

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	11
DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	12
Demonstração de Valor Adicionado	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
Balanço Patrimonial Passivo	16
Demonstração do Resultado	18
Demonstração do Resultado Abrangente	20
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	21

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	23
DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	24
Demonstração de Valor Adicionado	25

Comentário do Desempenho	26
Notas Explicativas	27
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	134

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	138
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.087.050.297
Preferenciais	265.583.803
Total	1.352.634.100
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	30/04/2014	Juros sobre Capital Próprio	29/05/2014	Ordinária		0,41579
Assembléia Geral Ordinária	30/04/2014	Juros sobre Capital Próprio	29/05/2014	Preferencial	Preferencial Classe A	2,26874
Assembléia Geral Ordinária	30/04/2014	Juros sobre Capital Próprio	29/05/2014	Preferencial	Preferencial Classe B	1,70155

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	94.056.289	94.242.804
1.01	Ativo Circulante	12.964.027	13.892.037
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.516.884	2.183.037
1.01.01.01	Caixa	469.336	1.303.236
1.01.01.02	Caixa Restrito	1.047.548	879.801
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.353.874	1.713.017
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	2.353.874	1.713.017
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	2.353.874	1.713.017
1.01.03	Contas a Receber	443.923	449.452
1.01.03.01	Clientes	443.923	449.452
1.01.04	Estoques	722	738
1.01.04.01	Almoxarifado	722	738
1.01.06	Tributos a Recuperar	464.717	554.725
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	464.717	554.725
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	8.183.907	8.991.068
1.01.08.03	Outros	8.183.907	8.991.068
1.01.08.03.01	Financiamentos e empréstimos	5.968.414	4.961.171
1.01.08.03.02	Conta de consumo de combustível	1.123.834	1.275.334
1.01.08.03.03	Remuneração de participações acionárias	425.976	379.943
1.01.08.03.04	Impostos e Contribuições sociais	306.620	1.545.376
1.01.08.03.05	Ativo financeiro-Concessão de serviço Público	1.592	759.433
1.01.08.03.07	Diversos	357.471	69.811
1.02	Ativo Não Circulante	81.092.262	80.350.767
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	28.739.569	29.892.346
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	195.103	188.650
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	195.103	188.650
1.02.01.03	Contas a Receber	187.329	211.800
1.02.01.03.01	Clientes	187.329	211.800
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.464.148	299.117
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.464.148	299.117
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	26.892.989	29.192.779
1.02.01.09.03	Ativo financeiro-Concessões de serviço público	2.525.656	2.659.432
1.02.01.09.04	Financiamentos e empréstimos	22.370.507	24.635.663
1.02.01.09.05	Cauções e Depósitos vinculados	1.119.985	803.048
1.02.01.09.06	Conta de consumo de combustível	8.141	16.275
1.02.01.09.07	Adiantamento para futuro aumento de capital	174.622	382.193
1.02.01.09.08	Diversos	694.078	696.168
1.02.02	Investimentos	52.225.662	50.329.250
1.02.02.01	Participações Societárias	52.225.662	50.329.250
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	3.860.273	3.717.266
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	47.111.748	45.358.687
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.253.641	1.253.297
1.02.03	Imobilizado	127.031	129.171
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	123.192	125.333
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	3.839	3.838

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	94.056.289	94.242.804
2.01	Passivo Circulante	4.596.950	4.384.084
2.01.02	Fornecedores	419.762	342.778
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	419.762	342.778
2.01.03	Obrigações Fiscais	25.736	49.187
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	25.736	49.187
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	25.736	49.187
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.668.579	1.199.102
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.668.579	1.199.102
2.01.05	Outras Obrigações	2.482.873	2.793.017
2.01.05.02	Outros	2.482.873	2.793.017
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	85.726	525.464
2.01.05.02.04	Empréstimo compulsório	59.289	7.935
2.01.05.02.05	Adiantamento de clientes	468.503	462.672
2.01.05.02.06	Conta de consumo de combustível	834.624	941.285
2.01.05.02.07	Obrigações de ressarcimento	890.499	583.046
2.01.05.02.08	Benefício Pós- emprego	8.106	13.079
2.01.05.02.10	Crédito do Tesouro Nacional	0	39.494
2.01.05.02.12	Obrigações estimadas	84.913	47.325
2.01.05.02.13	Instrumentos financeiros derivativos	30.083	36.848
2.01.05.02.14	Diversos	21.130	135.869
2.02	Passivo Não Circulante	28.521.784	29.365.010
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	18.927.696	20.623.906
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	18.927.696	20.623.906
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	9.916.922	10.651.683
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	9.010.774	9.972.223
2.02.02	Outras Obrigações	1.732.452	1.623.365
2.02.02.02	Outros	1.732.452	1.623.365
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	183.334	174.570
2.02.02.02.03	Empréstimo compulsório	411.488	358.905
2.02.02.02.05	Conta de consumo de combustíve I- CCC	465.471	455.455
2.02.02.02.06	Benefício Pós-Emprego	67.553	67.553
2.02.02.02.10	Diversos	604.606	566.882
2.02.03	Tributos Diferidos	83.710	342.236
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	83.710	342.236
2.02.04	Provisões	7.777.926	6.775.503
2.02.04.02	Outras Provisões	7.777.926	6.775.503
2.02.04.02.04	Provisões para contingências	2.606.741	2.496.739
2.02.04.02.05	Provisões para passivo a descoberto em controladas	4.083.710	3.217.274
2.02.04.02.06	Provisões Operacionais	1.087.475	1.061.490
2.03	Patrimônio Líquido	60.937.555	60.493.710
2.03.01	Capital Social Realizado	31.305.331	31.305.331
2.03.02	Reservas de Capital	26.048.342	26.048.342
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.384.310	3.384.310
2.03.02.07	Doações e subvenções	19.258.527	19.258.527

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.03.02.08	Outras reservas de capital	3.405.505	3.405.505
2.03.04	Reservas de Lucros	4.334.565	4.768.527
2.03.04.01	Reserva Legal	2.233.017	2.233.017
2.03.04.02	Reserva Estatutária	2.101.548	2.101.548
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	433.962
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	918.246	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	65.000	68.368
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.733.929	-1.696.858

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	816.732	1.554.293	526.383	1.088.268
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-64.197	-91.395	-29.495	-51.258
3.03	Resultado Bruto	752.535	1.462.898	496.888	1.037.010
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.360.198	-1.415.708	-1.142.058	-2.129.843
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.956.051	-3.536.539	-1.674.271	-2.960.898
3.04.02.01	Pessoal, material e serviço	-129.912	-253.666	-121.372	-242.015
3.04.02.02	Energia comprada para revenda	-750.678	-1.478.868	-665.262	-1.313.034
3.04.02.03	Depreciação e amortização	-1.572	-3.179	-1.648	-3.265
3.04.02.04	Provisões operacionais	-615.675	-1.007.763	-542.385	-930.523
3.04.02.05	Doações e contribuições	-35.121	-84.635	-40.706	-101.611
3.04.02.06	Plano de readequação do quadro de pessoal	0	0	-100.709	-100.709
3.04.02.07	Outras	-423.093	-708.428	-202.189	-269.741
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	595.853	2.120.831	532.213	831.055
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-607.663	47.190	-645.170	-1.092.833
3.06	Resultado Financeiro	461.102	834.089	994.373	1.285.871
3.06.01	Receitas Financeiras	914.370	1.793.625	1.218.131	1.964.442
3.06.02	Despesas Financeiras	-453.268	-959.536	-223.758	-678.571
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-146.561	881.279	349.203	193.038
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	41.937	0	-185.288	-64.923
3.08.01	Corrente	41.937	0	-185.288	-64.923
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-104.624	881.279	163.915	128.115
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-104.624	881.279	163.915	128.115
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,07735	0,65153	0,12118	0,09472
3.99.01.02	PNA	-0,07735	0,65153	0,12118	0,09472
3.99.01.03	PNB	-0,07735	0,65153	0,12118	0,09472

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0	0,64652	0,12161	0,09505
3.99.02.02	PNA	0	0,64652	0,12161	0,09505
3.99.02.03	PNBR	0	0,64652	0,12161	0,09505
3.99.02.04	PNB	0	0,64652	0,12161	0,09505

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	-104.624	881.279	163.915	128.115
4.02	Outros Resultados Abrangentes	15.730	-37.071	-55.027	-318.250
4.02.01	Ajustes acumulados de conversão	-1.253	-44.695	-29.076	13.962
4.02.02	IR/ CSSL diferidos	0	0	9.886	-4.747
4.02.03	Ajuste de hedge de fluxo de caixa	-8.503	-13.304	0	0
4.02.04	IR/ CSSL diferidos	2.891	4.523	0	0
4.02.05	Valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	60.523	119.386	-6.800	-114.596
4.02.06	IR/ CSSL diferidos	-20.578	-40.591	2.312	38.963
4.02.07	Participação no resultado abrangente das subsidiárias, coligadas e sociedades de contr compartilhado	-26.287	-94.530	-47.498	-381.563
4.02.08	IR/ CSSL diferidos	8.937	32.140	16.149	129.731
4.03	Resultado Abrangente do Período	-88.894	844.208	108.888	-190.135

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-20.001	1.136.011
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-751.745	-748.015
6.01.01.01	Resultado antes do IR e da CSSL	881.279	193.038
6.01.01.02	Dpreciação e amortização	3.179	3.265
6.01.01.03	Variação monetária/cambial	-289.889	-526.692
6.01.01.04	Encargos financeiros	-579.192	-724.181
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial	-2.120.831	-831.055
6.01.01.08	Provisões Contingências	110.003	107.682
6.01.01.09	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-50.845	48.860
6.01.01.10	Ajuste a valor presente	100.454	-17.635
6.01.01.11	Encargos de reserva global de reversão	159.390	176.181
6.01.01.12	Encargos sobre recursos de acionistas	44.818	150.507
6.01.01.15	Provisão para perda com Investimentos	-284.404	113.304
6.01.01.16	Provisão para passivo a descoberto	1.063.960	623.779
6.01.01.17	Provisão para plano de readequação do quadro de pessoal	0	100.710
6.01.01.18	Outras	210.333	-165.778
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	143.336	1.812.641
6.01.02.01	Contas a Receber	0	-489
6.01.02.03	Títulos e valores mobiliários	-624.192	1.948.015
6.01.02.08	Ativo financeiro de contratos de concessão	811.670	-44.285
6.01.02.11	Fornecedores	54.885	-14.157
6.01.02.13	Almoxarifado	16	87
6.01.02.17	Obrigações estimadas	37.588	28.045
6.01.02.19	Outros ativos e passivos operacionais	-136.631	-104.575
6.01.03	Outros	588.408	71.385
6.01.03.01	Pagamento de encargos financeiros	-314.885	-269.485
6.01.03.02	Pagamento de encargos da Reserva Global de Reversão	-112.766	-119.376
6.01.03.03	Recebimento de encargos financeiros	947.066	932.459
6.01.03.04	Pagamento de IR e CSSL	-138.649	-330.683
6.01.03.05	Recebimento de remuneração de investimentos em participações societárias	505.611	64.548
6.01.03.06	Depósitos judiciais	-297.969	-206.078
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	817.678	805.755
6.02.01	Concessão de empréstimos e financiamentos	-979.810	-902.143
6.02.02	Recebimento de empréstimos e financiamentos concedidos	1.945.506	2.029.928
6.02.04	Aquisição de ativo imobilizado	-82	-97
6.02.07	Aquisição/aporte de capital em participação societária	-134.142	-156.620
6.02.08	Concessão de Adiantamento para futuro aumento de capital	-13.794	-165.313
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.631.577	-1.959.544
6.03.01	Empréstimos e financiamentos obtidos a longo prazo	31.886	2.042.741
6.03.02	Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	-854.511	-923.764
6.03.03	Pagamento e remuneração aos acionistas	-808.952	-3.328.083
6.03.05	Empréstimo compulsório e Reserva Global de Reversão	0	249.562
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-833.900	-17.778
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.303.236	935.627

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	469.336	917.849

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	31.305.331	26.048.342	4.836.895	0	-1.696.858	60.493.710
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	31.305.331	26.048.342	4.836.895	0	-1.696.858	60.493.710
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-433.962	33.599	0	-400.363
5.04.08	Dividendos adicionais	0	0	-433.962	0	0	-433.962
5.04.09	Remuneração aos Acionistas não Reclamado-Prescrito	0	0	0	33.599	0	33.599
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-3.368	884.647	-37.071	844.208
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	881.279	0	881.279
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-3.368	3.368	-37.071	-37.071
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-13.304	-13.304
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-44.695	-44.695
5.05.02.06	IR/CS diferido s/Result. Abrangentes	0	0	0	0	-3.928	-3.928
5.05.02.07	Ajuste de avaliação patrimonial	0	0	-3.368	3.368	0	0
5.05.02.10	Valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	119.386	119.386
5.05.02.12	Ajuste de Controladas / Coligadas	0	0	0	0	-94.530	-94.530
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	31.305.331	26.048.342	4.399.565	918.246	-1.733.929	60.937.555

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	31.305.331	26.048.342	11.479.048	0	-1.748.776	67.083.945
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	31.305.331	26.048.342	11.479.048	0	-1.748.776	67.083.945
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-433.962	0	0	-433.962
5.04.06	Dividendos	0	0	-433.962	0	0	-433.962
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-4.592	132.707	-318.251	-190.136
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	128.115	0	128.115
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-4.592	4.592	-318.251	-318.251
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-114.596	-114.596
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-381.564	-381.564
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	13.962	13.962
5.05.02.06	IR/CS diferido s/Result. Abrangentes	0	0	0	0	163.947	163.947
5.05.02.07	Ajuste de avaliação patrimonial	0	0	-4.592	4.592	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	31.305.331	26.048.342	11.040.494	132.707	-2.067.027	66.459.847

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
7.01	Receitas	1.554.293	1.088.268
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.554.293	1.078.256
7.01.02	Outras Receitas	0	10.012
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.247.012	-2.558.981
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-760.381	-315.424
7.02.04	Outros	-2.486.631	-2.243.557
7.02.04.01	Energia comprada para revenda	-1.478.868	-1.313.034
7.02.04.02	Provisões Operacionais	-1.007.763	-930.523
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.692.719	-1.470.713
7.04	Retenções	-3.179	-3.265
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.179	-3.265
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-1.695.898	-1.473.978
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.914.456	2.730.040
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.120.831	831.055
7.06.02	Receitas Financeiras	1.793.625	1.898.985
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.218.558	1.256.062
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.218.558	1.256.062
7.08.01	Pessoal	201.713	297.039
7.08.01.01	Remuneração Direta	183.274	280.721
7.08.01.04	Outros	18.439	16.318
7.08.01.04.01	Plano de aposentadoria e pensão	18.439	16.318
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	91.395	116.181
7.08.02.01	Federais	91.395	116.181
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.044.171	714.727
7.08.03.01	Juros	959.536	613.116
7.08.03.03	Outras	84.635	101.611
7.08.03.03.01	Doações e contribuições	84.635	101.611
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	881.279	128.115
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	881.279	128.115

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	141.799.731	138.385.398
1.01	Ativo Circulante	26.848.604	39.079.833
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.057.267	4.477.384
1.01.01.01	Caixa	2.009.719	3.597.583
1.01.01.02	Caixa restrito	1.047.548	879.801
1.01.02	Aplicações Financeiras	7.100.541	6.095.908
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	7.100.541	6.095.908
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	7.100.541	6.095.908
1.01.03	Contas a Receber	3.295.886	3.587.282
1.01.03.01	Clientes	3.295.886	3.587.282
1.01.04	Estoques	1.009.503	958.337
1.01.04.01	Almoxarifado	665.773	614.607
1.01.04.02	Estoque	343.730	343.730
1.01.06	Tributos a Recuperar	696.047	839.767
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	696.047	839.767
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.689.360	23.121.155
1.01.08.03	Outros	11.689.360	23.121.155
1.01.08.03.01	Financiamentos e empréstimos	2.705.049	2.838.503
1.01.08.03.02	Conta de consumo de combustível - CCC	1.123.834	1.275.334
1.01.08.03.03	Remuneração de participações monetárias	213.319	268.060
1.01.08.03.04	Direito de Ressarcimento	356.755	10.910.073
1.01.08.03.05	Impostos e Contribuições Sociais	738.150	1.940.005
1.01.08.03.06	Indenizações - Lei 12.783/2013	4.494.568	3.476.495
1.01.08.03.07	Ativo financeiro - Concessão de Serviços Públicos	452.170	1.168.002
1.01.08.03.08	Instrumentos financeiros	144.501	108.339
1.01.08.03.09	Diversos	1.461.014	1.136.344
1.02	Ativo Não Circulante	114.951.127	99.305.565
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	64.797.198	51.063.476
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	198.080	192.580
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	198.080	192.580
1.02.01.03	Contas a Receber	1.627.315	1.522.621
1.02.01.03.01	Clientes	1.627.315	1.522.621
1.02.01.04	Estoques	460.444	507.488
1.02.01.04.02	Estoque de Combustível Nuclear	460.444	507.488
1.02.01.06	Tributos Diferidos	6.040.931	5.001.101
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.210.676	1.990.527
1.02.01.06.02	Imposto de renda e contribuição social	3.830.255	3.010.574
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	56.470.428	43.839.686
1.02.01.09.03	Ativo financeiro - Concessão de Serviço Público	24.260.280	23.704.037
1.02.01.09.04	Financiamentos e empréstimos	10.901.047	12.335.838
1.02.01.09.05	Cauções e depósitos vinculados	3.300.889	2.877.516
1.02.01.09.06	Conta de consumo de combustível	8.141	16.275
1.02.01.09.07	Adiantamento para futuro aumento de capital	1.003.352	490.429
1.02.01.09.08	Instrumentos financeiros derivativos	155.591	107.816
1.02.01.09.09	Direito de Ressarcimento	15.351.946	1.669.583

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1.02.01.09.10	Indenizações - Lei 12.783/2013	629.719	2.019.684
1.02.01.09.11	Diversos	859.463	618.508
1.02.02	Investimentos	19.166.033	17.414.993
1.02.02.01	Participações Societárias	19.166.033	17.414.993
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	17.748.371	15.973.126
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.417.662	1.441.867
1.02.03	Imobilizado	30.274.168	30.038.514
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	22.742.656	22.299.595
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	7.531.512	7.738.919
1.02.04	Intangível	713.728	788.582
1.02.04.01	Intangíveis	713.728	788.582
1.02.04.01.02	Outros	713.728	788.582

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	141.799.731	138.385.398
2.01	Passivo Circulante	21.800.994	25.734.736
2.01.02	Fornecedores	11.568.255	7.740.578
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	11.568.255	7.740.578
2.01.03	Obrigações Fiscais	969.686	854.688
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	969.686	854.688
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	819.990	839.426
2.01.03.01.02	Imposto de renda e contribuição social	149.696	15.262
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.321.163	2.164.165
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	3.114.208	1.969.765
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	2.177.136	1.117.367
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	937.072	852.398
2.01.04.02	Debêntures	15.519	12.804
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	191.436	181.596
2.01.05	Outras Obrigações	5.871.275	14.951.651
2.01.05.02	Outros	5.871.275	14.951.651
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	88.862	528.204
2.01.05.02.04	Empréstimo compulsório	59.289	7.935
2.01.05.02.05	Adiantamento de clientes	521.316	511.582
2.01.05.02.06	Conta de consumo de combustível	834.624	941.285
2.01.05.02.07	Obrigações de ressarcimento	890.499	8.377.400
2.01.05.02.08	Previdência complementar	211.147	265.082
2.01.05.02.09	Encargos Setoriais	742.819	714.862
2.01.05.02.10	Concessões a pagar UPB	2.912	3.567
2.01.05.02.11	Instrumentos financeiros derivativos	253.927	262.271
2.01.05.02.13	Créditos do Tesouro Nacional	0	39.494
2.01.05.02.14	Obrigações estimadas	1.313.360	1.288.713
2.01.05.02.15	Diversos	952.520	2.011.256
2.01.06	Provisões	70.615	23.654
2.01.06.02	Outras Provisões	70.615	23.654
2.01.06.02.04	Provisões para contingências	70.615	23.654
2.02	Passivo Não Circulante	58.843.517	51.961.754
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	31.759.662	32.604.028
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	29.653.784	30.506.522
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	20.385.568	20.278.507
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	9.268.216	10.228.015
2.02.01.02	Debêntures	207.466	205.878
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	1.898.412	1.891.628
2.02.02	Outras Obrigações	19.047.944	11.174.469
2.02.02.02	Outros	19.047.944	11.174.469
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	183.334	174.570
2.02.02.02.03	Empréstimo compulsório	411.488	358.905
2.02.02.02.05	Conta de consumo de combustível - CCC	465.471	455.455
2.02.02.02.06	Benefício Pós Emprego	1.279.290	1.218.688
2.02.02.02.07	Adiantamento de clientes	746.039	776.252

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.02.02.02.08	Concessões a pagar - Uso do Bem Público	60.614	60.904
2.02.02.02.09	Instrumentos financeiros derivativos	223.669	195.378
2.02.02.02.11	Fornecedor	731.457	791.293
2.02.02.02.12	Obrigações de ressarcimento	10.496.218	2.317.708
2.02.02.02.13	Encargos Setoriais	403.110	375.982
2.02.02.02.14	Contratos onerosos	2.448.429	3.224.482
2.02.02.02.15	Obrigações para desmobilização de ativos	1.174.343	1.136.342
2.02.02.02.17	Diversos	424.482	88.510
2.02.03	Tributos Diferidos	1.021.597	1.426.663
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.021.597	1.426.663
2.02.03.01.01	Imposto de renda e contribuição social	896.797	892.950
2.02.03.01.02	Imposto de renda e contribuição social	124.800	533.713
2.02.04	Provisões	7.014.314	6.756.594
2.02.04.02	Outras Provisões	7.014.314	6.756.594
2.02.04.02.04	Provisões contingências	5.926.839	5.695.104
2.02.04.02.05	Provisões operacionais	1.087.475	1.061.490
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	61.155.220	60.688.908
2.03.01	Capital Social Realizado	31.305.331	31.305.331
2.03.02	Reservas de Capital	26.048.342	26.048.342
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.384.310	3.384.310
2.03.02.07	Doações e subvenções	19.258.527	19.258.527
2.03.02.08	Outras reservas	3.405.505	3.405.505
2.03.04	Reservas de Lucros	4.334.565	4.768.527
2.03.04.01	Reserva Legal	2.233.017	2.233.017
2.03.04.02	Reserva Estatutária	2.101.548	2.101.548
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	433.962
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	918.246	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	65.000	68.368
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.733.929	-1.696.858
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	217.665	195.198

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	8.088.486	16.232.645	6.894.842	13.694.222
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.221.661	-2.357.343	-970.367	-1.962.428
3.03	Resultado Bruto	6.866.825	13.875.302	5.924.475	11.731.794
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.796.458	-12.498.095	-6.381.518	-12.391.570
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.832.540	-12.626.739	-6.461.279	-12.594.882
3.04.02.01	Pessoal, Material e Serviço	-2.108.072	-3.834.906	-2.001.654	-3.800.682
3.04.02.02	Energia comprada para revenda	-2.009.914	-3.684.766	-1.514.776	-3.002.455
3.04.02.03	Plano de readequação do quadro de pessoal	-50.272	-359.212	-1.228.208	-1.228.208
3.04.02.04	Combustível para produção de energia elétrica	-390.246	-707.289	-545.592	-1.102.634
3.04.02.05	Uso da rede elétrica	-401.181	-768.231	-433.818	-873.163
3.04.02.06	Remuneração e ressarcimento	-98.393	-231.316	-111.567	-223.748
3.04.02.07	Construção	-606.030	-1.143.084	-578.821	-1.188.532
3.04.02.08	Depreciação e amortização-Imobilizado e Intangível	-394.133	-775.048	-366.752	-710.815
3.04.02.09	Provisões operacionais	82.800	424.496	1.315.790	910.248
3.04.02.10	Doações e contribuições	-49.487	-113.324	-54.642	-130.315
3.04.02.11	Outras	-807.612	-1.434.059	-941.239	-1.244.578
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	36.082	128.644	79.761	203.312
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	70.367	1.377.207	-457.043	-659.776
3.06	Resultado Financeiro	1.931	-7.179	519.146	708.061
3.06.01	Receitas Financeiras	993.991	2.023.254	1.099.823	2.105.839
3.06.02	Despesas Financeiras	-992.060	-2.030.433	-580.677	-1.397.778
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	72.298	1.370.028	62.103	48.285
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-172.290	-477.067	106.649	86.581
3.08.01	Corrente	-172.290	-477.067	106.649	86.581
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-99.992	892.961	168.752	134.866
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-99.992	892.961	168.752	134.866
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-104.624	881.279	163.915	128.115

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	4.632	11.682	4.837	6.751
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,07735	0,65153	0,12118	0,09472
3.99.01.02	PNA	-0,07735	0,65153	0,12118	0,09472
3.99.01.03	PNB	-0,07735	0,65153	0,12118	0,09472
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0	0,64652	0,12161	0,09505
3.99.02.02	PNA	0	0,64652	0,12161	0,09505
3.99.02.03	PNBR	0	0,64652	0,12161	0,09505
3.99.02.04	PNB	0	0,64652	0,12161	0,09505

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-99.992	892.961	168.750	134.865
4.02	Outros Resultados Abrangentes	15.730	-37.071	-55.025	-318.249
4.02.01	Ajustes acumulados de conversão	-2.748	-46.190	-28.847	14.065
4.02.02	IR/ CSSL diferidos	0	0	9.808	-4.782
4.02.03	Ajuste de ganho e perdas atuariais	-60.099	-111.452	-33.916	-39.387
4.02.04	IR/ CSSL diferidos	20.434	37.894	11.532	13.392
4.02.05	Valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	95.692	140.516	-56.104	-492.073
4.02.06	IR/ CSSL diferidos	-32.535	-47.775	19.076	167.305
4.02.07	Participação no resultado abrangente das subsidiárias, coligadas e sociedades de contr compartilhado	137	-1.806	35.461	35.166
4.02.08	IR/ CSSL diferidos	461	1.122	-12.056	-11.956
4.02.09	Ajuste de hedge de fluxo de caixa	-8.503	-14.212	32	32
4.02.10	IR/ CSSL diferidos	2.891	4.832	-11	-11
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-84.262	855.890	113.725	-183.384
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-88.894	844.208	108.888	-190.135
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	4.632	11.682	4.837	6.751

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2014 à 30/06/2014	01/01/2013 à 30/06/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.992.444	5.660.374
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.865.345	410.114
6.01.01.01	Resultado antes do IR e da CSSL	1.370.028	48.285
6.01.01.02	Depreciação e amortização	775.048	710.815
6.01.01.03	Variação monetária/cambial líquidas	-539.663	-881.629
6.01.01.04	Encargos financeiros	537.409	27.739
6.01.01.06	Receita de ativo financeiro	-252.158	-182.687
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial	-128.644	-203.312
6.01.01.08	Provisões para contingências	210.115	254.254
6.01.01.09	Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	-825.715	-792.121
6.01.01.10	Ajuste a valor presente	141.978	7.313
6.01.01.11	Encargos de Reserva Global de Reversão	159.390	176.181
6.01.01.12	Encargos sobre recursos de acionistas	60.438	153.014
6.01.01.13	Provisão (reversão) para perda de Ativo financeiro	210.128	0
6.01.01.15	Provisão (reversão) para perda com Investimentos	-270.594	113.304
6.01.01.16	Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	-28.736	-637.565
6.01.01.17	Provisão (reversão) para plano de readequação do quadro de pessoal	359.212	1.228.208
6.01.01.18	Participação minoritária no resultado	-17.700	-10.229
6.01.01.19	Instrumentos financeiros- derivativos	-47.485	127.408
6.01.01.20	Diversos	152.294	271.136
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-62.005	-2.010.984
6.01.02.02	Contas a receber	156.702	131.671
6.01.02.03	Títulos e valores mobiliários	-987.015	-1.307.609
6.01.02.05	Estoque de combustível nuclear	47.044	20.470
6.01.02.06	Direito de ressarcimento	-3.129.045	-1.887.735
6.01.02.08	Ativo financeiro - concessões de serviço público	811.670	-44.285
6.01.02.11	Fornecedores	3.325.549	457.840
6.01.02.12	Adiantamento de clientes	-26.310	3.328
6.01.02.13	Almoxarifado	-51.166	-50.462
6.01.02.15	Encargos Setoriais	55.085	-17.418
6.01.02.16	Arrendamento mercantil	16.624	7.062
6.01.02.17	Obrigações estimadas	24.647	88.641
6.01.02.18	Obrigações de ressarcimento	384.156	1.385.541
6.01.02.19	Outros Ativos e Passivos Operacionais	-689.946	-798.028
6.01.03	Outros	189.104	7.261.244
6.01.03.01	Pagamento de encargos financeiros	-689.410	-509.687
6.01.03.02	Pagamento encargos da Reserva Global de Reversão	-112.766	-119.376
6.01.03.03	Recebimento de encargos financeiros	542.423	535.525
6.01.03.04	Pagamento de IR e CSSL	-260.572	-581.728
6.01.03.05	Depósitos judiciais	-414.035	16.697
6.01.03.06	Recebimento de receita anual permitida	340.646	239.639
6.01.03.07	Recebimento de remuneração de investimentos em part. societárias	117.070	140.951
6.01.03.08	Pagamento de previdência complementar	-46.932	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.01.03.09	Recebimento de indenizações do ativo financeiro	743.361	7.779.223
6.01.03.10	Pagamento de contingências cíveis	-30.681	-240.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.270.702	-3.366.685
6.02.01	Concessão de empréstimos e financiamentos	-39.955	-7.990
6.02.02	Recebimento de empréstimo e financiamento concedidos	1.046.346	1.021.574
6.02.03	Crédito de energia renegociados recebidos	0	133.785
6.02.04	Aquisição de ativo imobilizado	-1.005.977	-1.057.230
6.02.05	Aquisição de ativo intangível	-97.329	-20.357
6.02.06	Aquisição de ativos de concessão	-1.115.532	-1.197.176
6.02.07	Aquisição/aporte de capital em participação societária	-1.542.610	-2.250.687
6.02.08	Concessão para adiantamento para futuro aumento de capital	-535.083	-10.496
6.02.10	Outros	19.438	21.892
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-309.606	-1.422.808
6.03.01	Empréstimo e financiamento obtidos a Longo Prazo	1.656.267	3.059.299
6.03.02	Pagamento de empréstimo e financiamento - principal	-1.107.050	-1.345.929
6.03.03	Pagamento e remuneração aos acionistas	-809.794	-3.330.251
6.03.04	Pagamento de refinanciamento de impostos e contribuições principal	-49.029	-50.054
6.03.05	Empréstimo compulsório e Reserva Global de Reversão	0	249.562
6.03.06	Outros	0	-5.435
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.587.864	870.881
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.597.583	2.501.515
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.009.719	3.372.396

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	31.305.331	26.048.342	4.836.895	0	-1.696.858	60.493.710	195.198	60.688.908
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	31.305.331	26.048.342	4.836.895	0	-1.696.858	60.493.710	195.198	60.688.908
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-433.962	33.599	0	-400.363	0	-400.363
5.04.08	Dividendos adicionais	0	0	-433.962	0	0	-433.962	0	-433.962
5.04.09	Remuneração aos Acionistas não Reclamado-Prescrito	0	0	0	33.599	0	33.599	0	33.599
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-3.368	884.647	-37.071	844.208	22.467	866.675
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	881.279	0	881.279	11.682	892.961
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-3.368	3.368	-37.071	-37.071	10.785	-26.286
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-13.304	-13.304	0	-13.304
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-44.695	-44.695	0	-44.695
5.05.02.06	IR/CS diferido s/ Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-3.928	-3.928	0	-3.928
5.05.02.07	Ajuste de avaliação patrimonial	0	0	-3.368	3.368	0	0	0	0
5.05.02.10	Valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	119.386	119.386	0	119.386
5.05.02.11	Ajuste de Controladas / Coligadas	0	0	0	0	-94.530	-94.530	10.785	-83.745
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	31.305.331	26.048.342	4.399.565	918.246	-1.733.929	60.937.555	217.665	61.155.220

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	31.305.331	26.048.342	11.479.048	0	-1.748.776	67.083.945	196.648	67.280.593
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	31.305.331	26.048.342	11.479.048	0	-1.748.776	67.083.945	196.648	67.280.593
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-433.962	0	0	-433.962	0	-433.962
5.04.06	Dividendos	0	0	-433.962	0	0	-433.962	0	-433.962
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-4.592	132.707	-318.251	-190.136	13.979	-176.157
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	128.115	0	128.115	6.751	134.866
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-4.592	4.592	-318.251	-318.251	7.228	-311.023
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-114.596	-114.596	0	-114.596
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	-381.564	-381.564	7.228	-374.336
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	13.962	13.962	0	13.962
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	163.947	163.947	0	163.947
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes reflexos	0	0	-4.592	4.592	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	31.305.331	26.048.342	11.040.494	132.707	-2.067.027	66.459.847	210.627	66.670.474

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2014 à 30/06/2014	Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
7.01	Receitas	16.232.645	13.694.222
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	16.232.645	13.257.552
7.01.02	Outras Receitas	0	436.670
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.621.337	-8.365.159
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.159.395	-4.748.931
7.02.04	Outros	-4.461.942	-3.616.228
7.02.04.01	Encargos setoriais	-494.383	-421.387
7.02.04.02	Energia comprada para revenda	-3.684.766	-3.002.455
7.02.04.03	Combustível para produção de energia elétrica	-707.289	-1.102.634
7.02.04.04	Provisões operacionais	424.496	910.248
7.03	Valor Adicionado Bruto	6.611.308	5.329.063
7.04	Retenções	-775.048	-710.815
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-775.048	-710.815
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.836.260	4.618.248
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.151.898	2.056.609
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	128.644	203.312
7.06.02	Receitas Financeiras	2.023.254	1.853.297
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	7.988.158	6.674.857
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	7.988.158	6.674.857
7.08.01	Pessoal	2.611.413	3.809.978
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.481.119	3.706.682
7.08.01.04	Outros	130.294	103.296
7.08.01.04.01	Plano de aposentadoria e pensão	130.294	103.296
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.340.027	1.454.460
7.08.02.01	Federais	2.340.027	1.454.460
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.143.757	1.275.553
7.08.03.01	Juros	2.030.433	1.145.238
7.08.03.03	Outras	113.324	130.315
7.08.03.03.01	Doações e contribuições	113.324	130.315
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	892.961	134.866
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	881.279	128.115
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	11.682	6.751

Comentário do Desempenho**SUMÁRIO EXECUTIVO*****Eletrobras apresentou um lucro líquido de R\$881 milhões no resultado acumulado do primeiro semestre de 2014***

A Eletrobras apresentou, no resultado acumulado do primeiro semestre de 2014 (1S14), um lucro líquido de R\$881 milhões, em comparação com um lucro líquido de R\$ 128 milhões registrado no primeiro semestre de 2013 (1S13). No segundo trimestre de 2014 (2T14), a Eletrobras apresentou um prejuízo líquido de R\$ 105 milhões, tendo no primeiro trimestre de 2014 (1T14) apresentado um lucro líquido de R\$ 986 milhões e no segundo trimestre de 2013 (2T13) um lucro líquido de R\$ 164 milhões.

O resultado do 2T14 foi influenciado por algumas variáveis, dentre as quais destacamos:

De forma positiva: i) a Energia de Curto Prazo, principalmente em relação às operações no mercado de energia da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), relativas notadamente a Amazonas Energia e Furnas, produziu uma receita de R\$ 1.020 milhões (redução de 39,9% em relação ao 1T14; ii) a reversão de contratos onerosos no montante de R\$ 568 milhões, e; III) Reconhecimento do ativo -Direito de Ressarcimento referente à conta ACR (Ambiente de Contratação Regulada) da ordem de 100 milhões.

De forma negativa: i) Energia Elétrica Comprada para revenda no montante de R\$ 2.010 milhões no 2T14 (R\$ 1.675 milhões no 1T14); ii) Despesas judiciais da ordem de R\$ 360 milhões relativas, principalmente, ao empréstimo compulsório. iii) Provisão para perdas no ativo financeiro no montante de R\$ 131 milhões.

DESTAQUES DO RESULTADO CONSOLIDADO DO 2T14:

- » Variação negativa da Receita Operacional Líquida de R\$ 142 milhões influenciada, principalmente, pela menor receita nas operações no mercado de energia da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).
- » Pessoal, Material e Serviços (PMS): crescimento de 22,1%. A conta de Pessoal cresceu 22,8%, a conta de Serviços cresceu 20,9% e a conta de material apresentou um aumento de 17,7%.
- » Reversão de Provisões de Contratos Onerosos de R\$ 568 milhões.
- » Provisão para perdas no ativo financeiro no montante de R\$ 131 milhões.
- » Provisão para contingências de R\$ 210 milhões.
- » Impairment de R\$ 85 milhões em linhas de transmissão novas decorrente de reavaliação da performance dos contratos.
- » Resultado Líquido da Variação Cambial negativo da ordem de R\$ 104 milhões.

Notas Explicativas

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.
Eletrobras
(Companhia Aberta)
CNPJ 00.001.180/0001-26

Notas explicativas às informações trimestrais referente ao semestre findo em
30 de junho de 2014
(Em milhares de Reais)

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras ou Companhia) é uma companhia de capital aberto, com sede em Brasília - DF - Setor Comercial Norte, Quadra 4, Bloco B, 100, sala 203 - Asa Norte, registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM e na Securities and Exchange Commission - SEC, com ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (BOVESPA) - Brasil, Madri (LATIBEX) - Espanha e Nova York (NYSE) - Estados Unidos da América. A Companhia é uma sociedade de economia mista controlada pela União Federal. Tem como objeto social realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas geradoras, de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades. Tem como objeto, também, conceder financiamentos, prestar garantias, no País e no exterior, a empresas do serviço público de energia elétrica e que estejam sob seu controle acionário e em favor de entidades técnico-científicas de pesquisa; promover e apoiar a pesquisa de interesse do setor de energia elétrica, em especial ligadas às atividades de geração, transmissão e distribuição, bem como realizar estudos de aproveitamento de bacias hidrográficas para fins múltiplos; contribuir na formação do pessoal técnico necessário ao setor elétrico brasileiro, bem como na preparação de operários qualificados, mediante cursos especializados, podendo, também, conceder auxílio aos estabelecimentos de ensino do País ou bolsas de estudo no exterior e firmar convênios com entidades que colaborem na formação de pessoal técnico especializado; colaborar, técnica e administrativamente, com as empresas das quais participa acionariamente e com o Ministério de Minas e Energia.

A Companhia exerce a função de holding, gerindo investimentos em participações societárias, detendo o controle acionário direto em seis empresas de geração e/ou transmissão de energia elétrica, abaixo relacionadas:

- Furnas Centrais Elétricas S.A. - FURNAS;
- Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE;
- Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF;
- ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.;
- Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR; e
- Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE.

Notas Explicativas



Além do controle de empresas de geração e/ou transmissão de energia elétrica, acima listadas, a Companhia detém o controle acionário direto de cinco empresas distribuidoras de energia elétrica:

- Boa Vista Energia S.A. – Boa Vista;
- Companhia de Eletricidade do Acre – Eletroacre;
- Centrais Elétricas de Rondônia – Ceron;
- Companhia Energética de Alagoas – Ceal; e
- Companhia Energética do Piauí – Cepisa

A Companhia ainda detém o controle acionário da Amazonas Energia – AmE, não desverticalizada, atuando em Geração e Distribuição (Vide Nota 15) e da Eletrobras Participações S.A – Eletropar. Adicionalmente, detém participação acionária da Itaipu Binacional – Itaipu (em regime de controle conjunto nos termos do Tratado Internacional firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai), da Inambari Geração de Energia S.A., da Centrales Hidroelectricas de Centroamerica S.A.- CHC e da Rouar S.A., (em regime de controle conjunto com a estatal uruguaiana Usinas y Transmisiones Eléctricas de Uruguay – UTE).

A Companhia é controladora indireta ou participa de forma minoritária direta ou indiretamente em diversas outras sociedades nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. (Vide Nota 15)

A comercialização da energia gerada está baseada em dois ambientes distintos de mercado, sendo um regulado (energia destinada às concessionárias de distribuição) e outro caracterizado por contratos livremente pactuados (mercado livre). A Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, estabelece diferenciação entre energias provenientes de novos empreendimentos e de empreendimentos existentes, determinando a realização de leilões distintos para cada uma destas modalidades.

A Companhia é autorizada, diretamente ou por meio de suas subsidiárias ou controladas, a associar-se, com ou sem aporte de recursos, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão ou distribuição de energia elétrica.

A Companhia é responsável, também, pela gestão de recursos setoriais, representados pela Reserva Global de Reversão - RGR, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, Utilização de Bem Público - UBP e Conta de Consumo de Combustível - CCC. Estes fundos financiam programas do Governo Federal de universalização de acesso à energia elétrica, de eficiência na iluminação pública, de incentivos às fontes alternativas de energia elétrica, de conservação de energia elétrica e a aquisição de combustíveis fósseis utilizados nos sistemas isolados de geração de energia elétrica, cujas movimentações financeiras não afetam o resultado da Companhia (exceto pela taxa de administração em determinados Fundos).

A Companhia atua, também, como agente de comercialização de energia elétrica da Itaipu Binacional e dos agentes participantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa.

Notas Explicativas

A emissão dessas informações trimestrais foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 12 de agosto de 2014.

NOTA 2 - CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia, por intermédio de empresas controladas, detém diversas concessões de serviço público de energia elétrica nos segmentos de geração, transmissão e distribuição, cujo detalhamento, capacidade instalada e prazos de vencimento não se alteraram em relação à posição divulgada nas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2013, exceto pela SPE Belo Monte Transmissora de Energia S.A constituída pelas controladas Furnas e Eletronorte, conforme detalhamento na nota 15 item V.

Os prazos de vencimento das concessões irão ocorrer em diversas datas, havendo concentração nos anos de 2037 a 2042, após as prorrogações de grande parte das concessões da Companhia, nos termos da Lei 12.783/2013, divulgadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2013.

2.1. Prorrogação das concessões de serviço público de energia elétrica

Permanecem sem homologação pelo Poder Concedente as concessões relacionadas a ativos nos seguintes montantes:

Geração	30/06/2014
Modernizações e melhorias	1.483.540
Geração térmica	1.205.289
Transmissão	
Modernizações e melhorias (RBNI)	841.814
Rede básica - serviços existentes (RBSE)	7.490.046
Efeito na investida CTEEP - RBSE	525.247
Total	11.545.936

Em função da não homologação desses valores pelo Poder Concedente, tais valores não sofreram atualização monetária.

Através das Resoluções Normativas 589 e 596, a ANEEL, para fins de indenização, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) para os ativos de transmissão existentes em 31 de maio de 2000 ainda não depreciados (RBSE) e os critérios e procedimentos para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, de aproveitamentos hidrelétricos, cujas concessões foram prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783. A administração da Companhia em dezembro de 2013 encaminhou à ANEEL o cronograma de elaboração dos laudos desses ativos e ao longo do exercício de 2014 concluirá as avaliações a fim de obter a homologação.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Notas Explicativas



Essas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

3.1. Base de preparação

A preparação de demonstrações financeiras e informações trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia, no processo de aplicação das políticas contábeis do Sistema Eletrobras. Aquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas, estão divulgadas na Nota 4.

As informações trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e alguns ativos vinculados a concessões que foram mensurados pelo valor novo de reposição – VNR (geradoras e transmissoras) ou pela Base de Remuneração Regulatória – BRR (distribuidoras). O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3.2. Declaração de conformidade e apresentação das informações trimestrais

(a) Informações trimestrais consolidadas

As informações trimestrais consolidadas foram preparadas conforme os requerimentos de mensuração e apresentação dos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC (CPCs) e equivalentes nas normas internacionais de relatório financeiro (*Internacional Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e os requerimentos de divulgação das informações intermediárias constantes no Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, equivalente ao IAS 34 – *Interim Financial Reporting*.

(b) Informações trimestrais individuais

As informações trimestrais individuais da controladora foram preparadas conforme os requerimentos de mensuração e apresentação dos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e os requerimentos de divulgação das informações intermediárias constantes no Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária.

Nas informações trimestrais individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas informações trimestrais individuais quanto nas informações trimestrais consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso das informações trimestrais individuais, as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicadas nas informações trimestrais individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, que seria pelo custo ou valor justo caso fossem adotadas as IFRSs.

(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**(c.1) Normas novas e revisadas adotadas sem efeitos relevantes nas informações trimestrais consolidadas.****Alterações à IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros(*)**

As alterações à IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos e passivos financeiros. Especificamente, essas alterações esclarecem o significado de "atualmente possui o direito legal de compensar" e "realização e liquidação simultâneas".

IAS 36 – Redução no valor recuperável de ativo (alteração)(*)

As alterações retificam algumas consequências não intencionais das consequentes alterações ao IAS 36 decorrentes do IFRS 13. As alterações (a) alinham os requisitos de divulgação com a intenção do IASB e reduzem as circunstâncias em que é exigido o valor recuperável de ativos ou unidades geradoras de caixa a serem divulgados, (b) exigem a divulgação adicional sobre a mensuração do valor justo quando o valor recuperável dos ativos que apresentaram perda é baseado no valor justo menos os custos de alienação, e (c) apresentam uma exigência explícita de divulgar a taxa de desconto utilizada na determinação de *impairment* (ou reversões), onde o valor recuperável, com base no valor justo menos os custos de alienação, é determinado usando uma técnica de valor presente.

IAS 39 – Instrumentos financeiros Reconhecimento e mensuração (alteração)(*)

Clarifica que não há necessidade de descontinuar o *hedge accounting* no caso de novação do contrato de derivativo vinculado ao hedge desde que sejam atingidas certas condições.

IFRIC 21 – Taxas governamentais (nova interpretação) (*)

IFRIC 21 fornece orientações sobre quando reconhecer um passivo de uma taxa imposta por um governo, tanto para as taxas que são contabilizados de acordo com a IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e aqueles onde a data e o valor da taxa é certa.

A Interpretação aborda a contabilização de saídas impostas a entidades por parte dos governos (incluindo agências do governo e órgãos semelhantes), de acordo com as leis e/ou regulamentos. No entanto, ele não inclui o imposto de renda (ver IAS 12

Impostos sobre o Rendimento), multas e outras penalidades, responsabilidades decorrentes de regimes de comércio de emissões e saídas no âmbito de outras Normas.

(*) Essas alterações ainda não foram homologadas pelo comitê de pronunciamentos contábeis.

Notas Explicativas**(c.2) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas(*)**

O *International Accounting Standards Board – IASB* publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em períodos subsequentes:

Aplicáveis em ou a partir de 01 de janeiro de 2015:

IFRS 9 (novo pronunciamento) – introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.

Modificação as IFRS 9 e IFRS 7 – Data de aplicação mandatória da IFRS 9 e divulgações de transição.

A Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos ou alterações em suas informações trimestrais.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC já publicadas que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

Aplicável em ou a partir de 01 de janeiro de 2016:

Revisão do IAS 16 e IAS 41 – a alteração tem como objetivo definir e incluir o conceito de árvore frutífera no escopo do IAS 16. A Companhia não possui operações dessa natureza.

Revisão IAS 16 e IAS 38 – a modificação tem o propósito de incluir informações sobre o conceito de expectativa futura de redução no preço de venda e esclarecer sobre o método de depreciação baseado na receita gerada por uma atividade.

Revisão IFRS 11 – a alteração requer que o adquirente de uma participação em operação conjunta que constitui um negócio, conforme definido no IFRS 3, aplique os princípios do IFRS 3, exceto aqueles que entram em conflito com o IFRS 11.

A Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos ou alterações em suas informações trimestrais.

Aplicável em ou a partir de 01 de janeiro de 2017:

IFRS 15 (novo pronunciamento) – especifica como e quando será feito o reconhecimento assim como requerer que a entidade forneça aos usuários das demonstrações financeiras informações mais informativas e relevantes.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

(*) Essas alterações ainda não foram homologadas pelo comitê de pronunciamentos contábeis.

Notas Explicativas**3.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas**

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das informações trimestrais consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Sistema Eletrobras detém o controle. O Sistema Eletrobras controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Sistema Eletrobras. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Sistema Eletrobras deixa de ter o controle.

As informações trimestrais consolidadas incluem as informações trimestrais da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. Nas informações trimestrais individuais da Companhia as informações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Nas informações trimestrais individuais, a Companhia aplica os requisitos da Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensurados utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às informações trimestrais consolidadas descritos anteriormente.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas informações trimestrais consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

Quando necessário, as informações trimestrais das investidas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas adotadas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas da Companhia são eliminados integralmente nas informações trimestrais consolidadas.

(*) Essas alterações ainda não foram homologadas pelo comitê de pronunciamentos contábeis.

Notas Explicativas

As informações semestrais consolidadas refletem os saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2014 e comparadas com os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013, e das operações dos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013 da controladora, de suas controladas diretas e indiretas e de controle compartilhado.

A moeda funcional e de apresentação da controladora e de suas controladas é o real.

As controladas e controladas em conjunto estão substancialmente domiciliadas no Brasil.

A Companhia adota as seguintes principais práticas de consolidação:

- a) Eliminação dos investimentos da investidora nas empresas investidas, em contrapartida à sua participação nos respectivos patrimônios líquidos;
- b) Eliminação de saldos a receber e a pagar intercompanhias;
- c) Eliminação das receitas e despesas intercompanhias;
- d) Destaque da participação dos acionistas não controladores no Patrimônio Líquido e na Demonstração do Resultado das empresas investidas consolidadas.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral, conforme descrito no quadro abaixo. A participação é dada sobre o capital total da controlada.

<u>Controladas</u>	<u>30/06/2014</u>		<u>31/12/2013</u>	
	<u>Participação</u>		<u>Participação</u>	
	<u>Direta</u>	<u>Indireta</u>	<u>Direta</u>	<u>Indireta</u>
Amazonas Energia	100%	-	100%	-
Ceal	100%	-	100%	-
Cepisa	100%	-	100%	-
Ceron	100%	-	100%	-
CGTEE	100%	-	100%	-
Chesf	100%	-	100%	-
Eletroacre	94%	-	94%	-
Eletronorte	99%	-	99%	-
Eletronuclear	100%	-	100%	-
Eletropar	84%	-	84%	-
Eletrosul	100%	-	100%	-
Furnas	100%	-	100%	-
Boa Vista Energia	100%	-	100%	-
Estação Transmissora (*)	-	-	-	100%
Uirapuru	-	75%	-	75%
Chuí IX	-	99,99%	-	-
Coxilha Seca	-	99,99%	-	-
Hermenegildo I	-	99,99%	-	-
Hermenegildo II	-	99,99%	-	-
Hermenegildo III	-	99,99%	-	-

*Empresa incorporada (Vide Nota 3.3. (d))

As informações trimestrais consolidadas incluem os saldos e as transações dos fundos exclusivos cujos únicos quotistas são a Companhia e suas controladas, composto de títulos públicos, privados e debêntures de empresas com classificação de risco baixo e alta liquidez dos papéis.

Notas Explicativas



Os fundos de investimento, cujas demonstrações financeiras são regularmente revisadas/auditadas, estão sujeitos às obrigações restritas aos pagamentos de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuídas às operações dos investimentos, inexistindo obrigações financeiras relevantes.

(b) Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre os quais a Companhia tem influência significativa, e que não se configura como uma controlada nem em uma controlada em conjunto.

Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada.

Qualquer montante que exceda o custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da coligada na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

Quando a parcela da Companhia no prejuízo de uma coligada excede a participação naquela coligada (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido na coligada), a Companhia deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Companhia tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tiver efetuado pagamentos em nome da coligada.

(c) Participações em empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*)

Uma *joint venture* é um acordo contratual através do qual a Companhia e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da *joint venture* requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Quando uma controlada da Companhia exerce diretamente suas atividades por meio de uma *joint venture*, a participação da Companhia nos ativos controlados em conjunto e quaisquer passivos incorridos em conjunto com os demais controladores é reconhecida nas Demonstrações Financeiras da respectiva controlada e classificada de acordo com sua natureza. Os passivos e gastos incorridos diretamente relacionados a participações nos ativos controlados em conjunto são contabilizados pelo regime de competência. Qualquer ganho proveniente da venda ou do uso da participação da Companhia nos rendimentos dos ativos controlados em conjunto e sua participação em quaisquer despesas incorridas pela *joint venture* são reconhecidos quando for provável que os

Notas Explicativas

benefícios econômicos associados às transações serão transferidos para a/dá Companhia e seu valor puder ser mensurado de forma confiável.

A Companhia apresenta suas participações em entidades controladas em conjunto, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, usando o método de equivalência patrimonial.

(d) Incorporação de Subsidiárias

Em 31 de março de 2014, os acionistas da controlada Eletronorte aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da Estação Transmissora de Energia S.A. - Estação, sociedade de propósito específico controlada da Companhia, visando simplificar a estrutura legal e reduzir os custos administrativos, operacionais e fiscais, e com objetivo de maximizar a sua eficiência. Como resultado desta incorporação, a Estação foi extinta de pleno direito e a Eletronorte tornou-se sua sucessora.

NOTA 4 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas, na data base das informações trimestrais, para os quais não são facilmente obtidos através de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia e de suas controladas, a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos é inerentemente incerta, por decorrer do uso de julgamento.

As principais premissas das estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração da Companhia e de suas controladas, são as mesmas divulgadas na nota 4 nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2013.

Notas Explicativas**NOTA 5 – CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E CAIXA RESTRITO**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
I - Caixa e Equivalentes de Caixa:				
Caixa e Bancos	177.280	9.296	379.249	393.541
Aplicações Financeiras	292.056	1.293.940	1.630.470	3.204.042
	<u>469.336</u>	<u>1.303.236</u>	<u>2.009.719</u>	<u>3.597.583</u>
II - Caixa Restrito:				
Recursos da CCC	261.385	194.708	261.385	194.708
Comercialização - Itaipu	3.093	7.534	3.093	7.534
Comercialização - PROINFA	783.070	677.559	783.070	677.559
	<u>1.047.548</u>	<u>879.801</u>	<u>1.047.548</u>	<u>879.801</u>
	<u>1.516.884</u>	<u>2.183.037</u>	<u>3.057.267</u>	<u>4.477.384</u>

As disponibilidades financeiras são mantidas no Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle do Governo Federal, emanada do Decreto-Lei 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução 4.034, de 30 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta.

As aplicações financeiras, de liquidez imediata, encontram-se em fundos de investimento financeiro - extramercado, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa referencial média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

Recursos da CCC – São os recursos arrecadados pelo fundo CCC pelos concessionários do serviço público de energia elétrica.

NOTA 6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Por meio da Resolução nº 3.284, de 25 de maio de 2005, foi estabelecido que as aplicações das disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, somente podem ser efetuadas em fundos de investimento Extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil S.A, logo a Companhia e suas controladas aplicam seus recursos nos Fundos Extramercados lastreados em títulos públicos substancialmente de vencimento de longo prazo, cuja utilização contempla tanto o programa de investimento corporativo no curto prazo e, ainda, a manutenção do caixa operacional da Companhia.

Em relação às partes beneficiárias, é feito o ajuste a valor presente. Os certificados de investimentos decorrentes de incentivos fiscais do Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR e do Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM, estão ajustados por provisões para perdas na sua realização e, portanto, apresentados líquidos:

Notas Explicativas



O detalhamento dos títulos e valores mobiliários se dá como se segue:

CONTROLADORA					
CIRCULANTE					
Titulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	30/06/2014	31/12/2013
LTN	Banco do Brasil	Após 90 dias	Pre-fixado	1.934.148	1.322.991
NTN- B	Banco do Brasil	Após 90 dias	IPCA	74	70
NTN- F	Banco do Brasil	Após 90 dias	Pre-fixado	354.093	388.840
Outros	-	-	-	65.559	1.116
TOTAL CIRCULANTE	-	-	-	2.353.874	1.713.017

NÃO CIRCULANTE		
Titulos	30/06/2014	31/12/2013
FINOR/FINAM	1.290	1.195
PARTES BENEFICIÁRIAS	193.329	186.972
OUTROS	484	483
TOTAL NÃO CIRCULANTE	195.103	188.650

CONSOLIDADO				
CIRCULANTE				
Titulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	30/06/2014
LTN	Banco do Brasil	Após 90 dias	Pre-fixado	5.830.471
NTN- B	Banco do Brasil	Após 90 dias	IPCA	516.351
NTN- F	Banco do Brasil	Após 90 dias	Pre-fixado	477.468
OUTROS	-	-	-	276.251
TOTAL CIRCULANTE	-	-	-	7.100.541

NÃO CIRCULANTE				
Titulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	30/06/2014
NTN- B	Banco do Brasil	Após 90 dias	IPCA	300
NTN- P	Banco do Brasil	28/12/15	TR	-
FINOR/FINAM	-	-	-	1.290
PARTES BENEFICIÁRIAS	-	-	-	193.329
OUTROS	-	-	-	3.161
TOTAL NÃO CIRCULANTE	-	-	-	198.080

a) RENDIMENTOS DE PARCERIAS - Referem-se aos rendimentos decorrentes de investimento em regime de parceria (Tangará Energia), correspondente a uma remuneração média equivalente à variação do IGP-M acrescido de juros de 12% ao ano sobre o capital aportado. No primeiro trimestre, a Companhia decidiu constituir uma provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD sobre o valor do rendimento de parceria com a Tangará Energia, devido o risco de continuidade apresentado nas informações trimestrais da mesma.

Notas Explicativas

b) PARTES BENEFICIÁRIAS - Títulos adquiridos em decorrência da reestruturação do investimento da Companhia na controlada INVESTCO S.A. Estes ativos garantem rendimentos anuais equivalentes a 10% do lucro das empresas citadas abaixo, pagos juntamente com os dividendos, e serão resgatados no vencimento previsto para outubro de 2032, mediante sua conversão em ações preferenciais do capital social das referidas empresas, conforme a seguir demonstrado:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013
EDP Lajeado	184.577	184.577
Rede Lajeado	266.798	266.798
Paulista Lajeado	49.975	49.975
Ceb Lajeado	151.225	151.225
Valor de face	652.575	652.575
Ajuste a valor presente	(459.246)	(465.603)
Valor presente	193.329	186.972

c) FINOR/FINAM - Referem-se substancialmente a certificados de investimentos decorrentes de incentivos fiscais destinados à projetos nas áreas de atuação das controladas Chesf e Eletronorte. A Companhia mantém provisão para perdas na sua realização, constituída com base em valor de mercado, no montante de R\$ 247.237 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 247.332), sendo apresentada como redutora do respectivo ativo.

Notas Explicativas

**NOTA 7 – CLIENTES**

	CONSOLIDADO					31/12/2013
	30/06/2014					
	A vencer	Vencidos até 90 dias	+ de 90 dias	Créditos Renegociados	Total	
CIRCULANTE						Total
AES ELETROPAULO	32.267	-	344	-	32.611	36.270
AES SUL	24.718	3	-	-	24.721	18.870
AMPLA	21.815	12	-	-	21.827	18.976
CEA	9.075	42	-	175.415	184.532	266.383
CEB	12.045	-	-	-	12.045	5.849
CEEE	28.235	-	306	-	28.541	26.514
CELESC	33.802	-	-	-	33.802	33.866
CELG	53.744	-	-	196.578	250.322	192.788
CELPA	34.651	-	8.892	36.280	79.823	57.128
CELPE	20.778	16	56	-	20.850	23.156
CEMAR	18.341	-	-	-	18.341	16.330
CEMIG	41.081	-	44	-	41.125	38.673
CESP	3.026	-	-	-	3.026	3.121
COELBA	28.361	22	58	-	28.441	31.675
COELCE	24.490	227	510	-	25.227	22.240
COPEL	73.868	57	152	-	74.077	57.416
CPFL	25.438	-	358	-	25.796	28.782
EBE	6.743	-	41	-	6.784	6.009
ELEKTRO	37.718	8	-	-	37.726	30.147
ENERGISA	9.557	-	2.869	-	12.426	13.702
ENERSUL	12.146	-	5.141	-	17.287	12.966
ESCELSA	14.824	4	1.128	-	15.956	13.433
LIGHT	29.373	4	980	-	30.357	38.825
PIRATININGA	8.450	-	250	-	8.700	1.904
RGE	22.996	-	711	-	23.707	11.292
Rolagem da Dívida	-	-	-	21.764	21.764	111.864
Comercialização CCEE	70.567	-	2.508	-	73.075	258.346
Uso da Rede Elétrica	221.137	5.648	75.965	-	302.750	268.394
PROINFA	233.675	60.865	149.383	-	443.923	449.452
Fornecimento não faturado	24.507	-	-	-	24.507	27.574
Consumidores	575.225	300.211	386.159	205.833	1.467.428	1.423.081
Poder público	85.126	50.440	223.407	200.740	559.713	506.794
Outros	514.496	36.143	109.391	25.362	685.392	774.965
(-) PCLD	(101.377)	(73.982)	(724.875)	(440.482)	(1.340.716)	(1.239.504)
	2.250.898	379.720	243.778	421.490	3.295.886	3.587.282
NÃO CIRCULANTE						
CELG	-	-	-	47.325	47.325	83.431
CELPA	-	-	-	26.029	26.029	56.158
CEA	-	-	-	-	-	150.451
Comercialização na CCEE	-	-	293.560	-	293.560	293.560
Uso da Rede Elétrica	-	-	6.276	-	6.276	6.276
PROINFA	-	-	-	187.329	187.329	211.800
Rolagem da Dívida	-	-	12.493	1.360.865	1.373.358	1.055.055
Consumidores	-	-	-	219.262	219.262	323.021
Outros	-	-	14.111	4.877	18.988	20.173
(-) PCLD	-	-	(326.440)	(218.372)	(544.812)	(677.304)
	-	-	-	1.627.315	1.627.315	1.522.621
	2.250.898	379.720	243.778	2.048.805	4.923.201	5.109.903

I - Comercialização de energia elétrica - PROINFA

As operações de comercialização de energia elétrica no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA geraram um efeito líquido negativo no primeiro semestre de 2014 de R\$ 307.453 (31 de dezembro de 2013 – negativo em R\$ 42.598), não produzindo impacto no resultado líquido do exercício da Companhia, sendo este valor incluído na rubrica Obrigações de Ressarcimento. No saldo de consumidores revendedores está registrado o valor de R\$ 631.252 do Proinfa referente à Controladora (31 de dezembro de 2013 – R\$ 661.252).

Notas Explicativas**II - Rolagem da dívida dos Estados – Lei 8.727/1993**

O montante a receber da rolagem da dívida com os estados é de R\$ 1.395.122 (R\$ 1.166.919 em 31 de dezembro de 2013).

III - Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD

As Controladas constituem e mantêm provisões, a partir de análise dos valores constantes das contas a receber vencidas e do histórico de perdas, cujo montante é considerado pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. O saldo é composto como segue:

	CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013
Consumidores	627.313	473.400
Revendedores	964.655	1.149.848
CCEE - Energia de Curto Prazo	293.560	293.560
	<u>1.885.528</u>	<u>1.916.808</u>

A controlada Furnas mantém registrada uma provisão, constituída em 2007, no montante de R\$ 293.560 (31.12.2013 - R\$ 293.560). Esta provisão representa valores históricos relativos à comercialização de energia no âmbito do extinto Mercado Atacadista de Energia - MAE, referentes ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cuja liquidação financeira está suspensa, em função da concessão de liminares em ações judiciais propostas por concessionárias de distribuição de energia elétrica, contra a ANEEL e o MAE, hoje CCEE.

As movimentações na PCLD de contas de clientes de energia elétrica no consolidado são as seguintes:

CONSOLIDADO	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>1.916.808</u>
(+) Constituição	232.408
(-) Reversão	(210.299)
(-) Baixa	(53.389)
Saldo em 30 de junho de 2014	<u>1.885.528</u>

A constituição e a reversão da PCLD foram registradas no resultado do exercício como Provisões Operacionais (Nota 41). Os valores reconhecidos como PCLD são reconhecidos como perda definitiva quando não há mais expectativa de recuperação dos recursos.

Para fins fiscais, o eventual excesso de provisão constituída, em relação ao disposto na Lei 9.430/1996, está sendo adicionado à apuração do Lucro Real, para efeito de apuração do IRPJ devido e, também, à base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

Notas Explicativas

**NOTA 8 – INDENIZAÇÕES LEI 12.783/2013**

As controladas Chesf, Eletronorte e Eletrosul optaram pelo recebimento de 50% do valor à vista e o restante parcelado, e a controlada Furnas optou pelo recebimento de grande parte valor da indenização de forma parcelada, nos termos da Portaria Interministerial 580/MME/MF, de 1º de novembro de 2012.

Conforme previsto na legislação, o valor parcelado será recebido em parcelas mensais, até a data do encerramento original da concessão, atualizado pelo IPCA, acrescido da remuneração pelo custo médio ponderado de capital (WACC) de 5,59% real ao ano. A atualização é contada a partir de 4 de dezembro de 2012, data de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.

O valor referente às indenizações a receber do poder concedente em função das alterações da Lei 12.783/2013 está demonstrada abaixo:

	CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013
Saldo Inicial	5.496.179	14.437.272
Valores Recebidos	(743.361)	(9.819.946)
Atualização Monetária	371.469	878.853
Saldo Final	5.124.287	5.496.179
Total Circulante	4.494.568	3.476.495
Total Não Circulante	629.719	2.019.684
	5.124.287	5.496.179

Notas Explicativas

**NOTA 9 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS**

30/06/2014								
Controladas	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	
			NÃO				NÃO	
	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	CIRCULANTE	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	CIRCULANTE
FURNAS	5,96	20.318	304.344	3.091.814	-	-	-	-
CHESF	5,02	299	15.330	34.469	-	-	-	-
ELETROSUL	6,23	9.909	203.462	1.081.103	-	-	-	-
ELETRONORTE	5,85	8.133	283.404	2.946.063	-	-	-	-
ELETRONUCLEAR	5,00	83	56.879	1.000.609	-	-	-	-
CGTEE	5,08	19.127	260.244	1.595.567	-	-	-	-
CEAL	8,05	4.125	378.546	333.464	-	-	-	-
BOA VISTA	7,79	375	18.105	23.809	-	-	-	-
CERON	8,54	5.256	253.986	302.704	-	-	-	-
CEPISA	7,71	42.207	423.023	406.919	-	-	-	-
ELETROACRE	8,26	1.802	77.972	89.888	-	-	-	-
AMAZONAS	7,60	16.454	867.904	578.146	-	-	-	-
		128.088	3.143.199	11.484.555		-	-	-
ITAIPU	7,11	-	1.578.550	8.861.766	7,11	-	1.578.550	8.861.766
CEMIG	5,07	1.563	88.602	211.177	5,07	1.563	88.602	211.177
COPEL	6,39	939	52.082	137.124	6,39	939	52.082	137.124
CEEE	5,00	341	8.330	41.065	5,00	341	8.330	41.065
AES ELETROPAULO	9,44	336.247	11.515	-	9,44	336.247	11.515	-
CELPE	5,00	140	10.096	17.477	5,00	140	10.096	17.477
CEMAT	5,00	61.679	141.022	183.703	5,00	61.679	141.022	183.703
CELTINS	5,00	28.571	53.848	59.462	5,00	28.571	53.848	59.462
ENERSUL	5,17	413	13.102	46.680	5,17	413	13.102	46.680
CELPA	5,00	71.037	181.283	306.464	5,00	71.037	181.283	306.464
CEMAR	2,92	1.571	54.874	298.292	2,92	1.571	54.874	298.292
CESP	5,09	166	5.573	22.785	5,09	166	5.573	22.785
COELCE	5,00	375	11.581	63.337	5,00	375	11.581	63.337
COSERN	5,00	40	2.289	5.612	5,00	40	2.289	5.612
COELBA	5,00	776	29.096	126.134	5,00	776	29.096	126.134
CELG	6,64	581	16.655	74.488	6,64	581	16.655	74.488
ESCELSA	5,00	300	13.099	46.885	5,00	300	13.099	46.885
GLOBAL	5,00	77.945	44.100	-	5,00	77.945	44.100	-
CELESC DIST.	5,00	979	48.905	113.142	5,00	979	48.905	113.142
OUTRAS	6,44	74.790	117.571	270.359	6,44	74.792	125.491	285.454
(-) PCLD		(222.187)	(221.312)	-		(222.187)	(221.312)	-
		436.265	2.260.862	10.885.952		436.267,06	2.268.782	10.901.047
		564.353	5.404.061	22.370.507		436.267	2.268.782	10.901.047

Notas Explicativas



	31/12/2013							
	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	
	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Controladas e								
FURNAS	5,96	20.776	286.641	3.143.882	-	-	-	-
CHESF	5,02	-	15.774	40.820	-	-	-	-
ELETROSUL	6,23	5.714	171.686	1.177.312	-	-	-	-
ELETRONORTE	5,85	9.189	311.465	3.295.655	-	-	-	-
ELETRONUCLEAR	5,00	-	56.879	1.028.935	-	-	-	-
CGTEE	5,08	13.850	255.384	1.316.590	-	-	-	-
CEAL	8,05	4.125	152.320	464.900	-	-	-	-
BOA VISTA	7,79	209	6.057	19.548	-	-	-	-
CERON	8,54	3.815	111.107	379.608	-	-	-	-
CEPISA	7,71	7.671	182.317	596.060	-	-	-	-
ELETROACRE	8,26	817	38.630	118.627	-	-	-	-
AMAZONAS	7,60	8.942	467.396	736.736	-	-	-	-
		75.108	2.055.656	12.318.673		-	-	-
ITAIPU	7,11	-	1.605.271	10.282.335	7,11	-	1.605.271	10.282.335
CEMIG	5,07	1.783	76.362	264.361	5,07	1.783	76.362	264.361
COPEL	6,39	1.095	51.947	132.029	6,39	1.095	51.947	132.029
CEEE	5,00	417	6.882	48.947	5,00	417	6.882	48.947
AES ELETROPAULO	9,44	335.642	11.515	440	9,44	335.642	11.515	440
CELPE	5,00	164	10.096	22.209	5,00	164	10.096	22.209
CEMAT	5,00	49.692	333.377	-	5,00	49.692	333.377	-
CELTINS	5,00	23.431	116.558	-	5,00	23.431	116.558	-
ENERSUL	5,17	4.867	22.835	52.727	5,17	4.867	22.835	52.727
CELPA	5,00	71.060	158.518	327.086	5,00	71.060	158.518	327.086
CEMAR	2,92	1.728	66.030	318.517	2,92	1.728	66.030	318.517
CESP	5,09	175	5.603	25.362	5,09	175	5.603	25.362
COELCE	5,00	408	11.581	68.931	5,00	408	11.581	68.931
COSERN	5,00	45	2.289	6.692	5,00	45	2.289	6.692
COELBA	5,00	846	28.521	139.615	5,00	846	28.521	139.615
CELG	6,64	594	11.859	82.302	6,64	594	11.859	82.302
ESCELSA	5,00	331	13.099	53.146	5,00	331	13.099	53.146
GLOBAL	5,00	72.327	44.100	-	5,00	72.327	44.100	-
CELESC DIST.	5,00	1.137	44.552	136.147	5,00	1.137	44.552	136.147
OUTRAS	6,44	50.526	87.490	356.146	6,44	50.531	95.579	374.993
(-) PCLD		(204.899)	(289.446)	-		(204.899)	(289.446)	-
		411.369	2.419.039	12.316.991		411.375,21	2.427.128	12.335.838
		486.477	4.474.695	24.635.664		411.375	2.427.128	12.335.838

Os financiamentos e empréstimos concedidos são efetuados com recursos próprios da Companhia, além de recursos setoriais e de recursos externos captados através de agências internacionais de desenvolvimento, instituições financeiras e decorrentes do lançamento de títulos no mercado financeiro internacional.

Todos os financiamentos e empréstimos concedidos estão respaldados por contratos formais firmados com as mutuárias. Os recebimentos destes valores, em sua maioria, estão previstos em parcelas mensais, amortizáveis em um prazo médio de 10 anos, sendo a taxa média de juros, ponderada pelo saldo da carteira, de 6,59% ao ano.

Os financiamentos e empréstimos concedidos, com cláusula de atualização cambial, representam cerca de 42% do total da carteira (43% em 31 de dezembro de 2013). Já os que preveem atualização com base em índices que representam o nível de preços internos no Brasil atingem a 58% do saldo da carteira (57% em 31 de dezembro de 2013).

Os valores de mercado desses ativos são equivalentes aos seus valores contábeis, visto serem operações específicas do setor e formadas, em parte, através de recursos de Fundos Setoriais e que não encontram condições semelhantes como parâmetro de avaliação.

Notas Explicativas

As parcelas de longo prazo dos financiamentos e empréstimos concedidos com recursos ordinários e setoriais, inclusive os repasses, baseados nos fluxos de caixa previstos contratualmente, vencem em parcelas variáveis, conforme demonstrado abaixo:

	2015	2016	2017	2018	Após 2018	Total
Controladora	1.628.514	3.037.275	2.837.171	2.599.059	12.268.488	22.370.507
Consolidado	793.567	1.480.050	1.382.541	1.266.510	5.978.379	10.901.047

I – AES Eletropaulo/CTEEP – Ação Judicial

A Companhia possui recebíveis junto à Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A. vinculados a um processo judicial em andamento entre AES Eletropaulo e CTEEP.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável à AES Eletropaulo e/ou à CTEEP, a Companhia passa a ter um crédito de R\$ 1.952.280 (R\$ 1.896.067 em 31 de dezembro de 2013), sendo R\$ 347.762 (R\$ 347.597 em 31 de dezembro de 2013) já reconhecidos em seu ativo, na rubrica empréstimos e financiamentos, correspondente à parte considerada como incontroversa pela Companhia.

Não houve alteração relevante no andamento deste processo em relação à posição divulgada nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

II - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A Companhia reconhece provisões para créditos de liquidação duvidosa, no valor de R\$ 443.499 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 494.345) correspondente ao principal e ao serviço da dívida de devedores em inadimplência.

Tal volume de provisão é julgado suficiente pela administração da Companhia para fazer face a eventuais perdas nestes ativos, com base em análise do comportamento da carteira.

Na composição da provisão encontram-se os créditos junto à Celpa, controlada pela Equatorial Energia, no montante de R\$ 19.399 (R\$ 21.228 em 31 de dezembro de 2013). Tal provisão foi considerada necessária considerando o processo de recuperação judicial da Celpa

As movimentações na PCLD dos financiamentos e empréstimos concedidos da Companhia são as seguintes:

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2013	494.345
(+) Complemento	61.674
(-) Reversões / baixas	(112.520)
Saldo em 30 de junho 2014	443.499

Em função da transferência do controle acionário do Grupo Rede, controlador da CEMAT e da CELTINS, para a Energisa, foi revertida a provisão para créditos de liquidação duvidosa referente aos empréstimos recebíveis em aberto com a CEMAT e a CELTINS, no montante de R\$ 57.872 e R\$ 13.646, respectivamente. Esta reversão está

Notas Explicativas

fundamentada na nova expectativa de realização destes créditos, decorrente da aprovação, pela ANEEL, por meio das resoluções 4.463/2013 e 4.510/2014, do plano de recuperação e apresentado pela Energisa e da transferência do controle acionário do Grupo Rede.

A constituição e a baixa da PCLD foram registradas no resultado do exercício como Provisões Operacionais (Vide Nota 41). Os valores reconhecidos como PCLD são levados à perdas definitivas (baixados) quando não há mais expectativa de recuperação dos recursos.

NOTA 10 - REMUNERAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Os valores apresentados referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte, quando aplicável, decorrentes de investimentos de caráter permanente mantidos pela Companhia.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Eletrosul	263.857	62.811	-	-
Eletronorte	-	101.156	-	-
Eletropar	-	671	-	-
CGTEE	61.059	58.140	-	-
Itaipu	-	2.343	-	2.343
CEMAR	12.597	12.542	12.597	12.542
CTEEP	10.566	70.460	10.566	70.460
Lajeado Energia	54.505	54.505	54.505	54.505
Enerpeixe	-	-	25.960	25.960
Baguari	-	-	1.837	1.837
Serra do Facão	-	-	2.289	2.289
Transenergia Renovável	-	-	9.904	9.904
Transenergia São Paulo	-	-	5.441	5.441
Goiás Transmissão	-	-	20.051	20.051
Chapecoense	-	-	17.054	17.054
IE Madeira	-	-	-	7.556
Manaus Construtora	-	-	9.305	9.377
EAPSA	-	-	3.872	3.379
Outros	23.391	17.316	39.937	25.363
	<u>425.976</u>	<u>379.943</u>	<u>213.319</u>	<u>268.060</u>

Notas Explicativas



NOTA 11 – TRIBUTOS A RECUPERAR E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - ATIVO

I. Tributos a recuperar

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Ativo circulante:				
Imposto de renda - fonte	450.873	541.377	517.913	640.509
PIS/PASEP/COFINS compensáveis	13.844	13.347	115.734	126.207
ICMS a recuperar	-	-	29.893	25.078
Outros	-	-	32.507	47.972
	<u>464.717</u>	<u>554.724</u>	<u>696.047</u>	<u>839.766</u>
Ativo não circulante:				
ICMS a recuperar	-	-	1.694.253	1.578.385
PIS/COFINS a recuperar	-	-	498.464	398.010
Antecipações/ Saldo Negativo de IRPJ e CSLL	1.464.148	-	1.464.148	-
Outros	-	-	17.959	14.132
	<u>1.464.148</u>	<u>-</u>	<u>3.674.824</u>	<u>1.990.527</u>

II. Imposto de renda e contribuição social

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Ativo circulante:				
Antecipações/ Saldo Negativo de IRPJ e CSLL	<u>306.620</u>	<u>1.545.376</u>	<u>738.150</u>	<u>1.940.005</u>
Ativo não circulante:				
Antecipações/ Saldo Negativo de IRPJ e CSLL	1.464.148	-	1.464.148	-
IRPJ/CSLL Diferidos	<u>-</u>	<u>299.117</u>	<u>901.959</u>	<u>3.010.574</u>
	<u>1.464.148</u>	<u>299.117</u>	<u>2.366.107</u>	<u>3.010.574</u>
Passivo não circulante:				
IRPJ/CSLL Diferidos	<u>83.710</u>	<u>342.236</u>	<u>124.800</u>	<u>533.713</u>

Notas Explicativas



III. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Impostos diferidos ativos:				
Variação Cambial Passiva	38.800	22.434	38.800	22.434
Provisão de Juros sobre o capital próprio	-	38.257	-	38.257
Provisão para Contingências	117.380	105.170	699.368	661.139
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	38.449	37.390	258.901	245.371
Provisão p/ ajuste ao valor de mercado	26.389	22.942	26.430	22.981
Provisões Operacionais	-	-	315.140	275.462
Ajuste da Lei 11.638/2007- RTT (IFRS)	48.251	46.064	1.115.012	1.165.061
Créd. Tributário s/ Prejuízo Fiscal e Base Negativa	29.848	26.860	366.500	373.576
Outros	-	-	281.385	206.293
Total Ativo	299.117	299.117	3.101.536	3.010.574
Impostos diferidos passivos:				
Obrigações de benefícios definidos	73.373	65.015	73.373	65.015
Instrumentos Financeiros Disponíveis para venda	309.454	274.201	309.454	274.201
Depreciação acelerada	-	-	39.129	-
Receita de atual. créditos energia renegociados	-	-	175.514	-
Ajuste da Lei 11.638/2007- RTT (IFRS)	-	-	191.445	177.206
Outros	-	3.020	71.314	17.291
Total Passivo	382.827	342.236	860.229	533.713

IV. Imposto de renda e contribuição social reconhecidos em outros resultados abrangentes

	Controladora			Consolidado		
	01/04/2014 à 30/06/2014	01/01/2014 à 30/06/2014	01/01/2013 à 30/06/2013	01/04/2014 à 30/06/2014	01/01/2014 à 30/06/2014	01/01/2013 à 30/06/2013
Impostos diferidos						
Decorrente de receitas e despesas reconhecidas em outros resultados abrangentes:						
Ajuste de conversão de operações no exterior	-	-	-	-	-	-
Remensuração do valor justo de instrumentos de hedge contratados para hedge de fluxo de caixa	2.891	4.523	-	2.891	4.832	(11)
Remensuração do valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	(20.578)	(40.591)	38.963	(32.535)	(47.775)	167.305
Remensuração de planos de benefícios definidos	-	-	-	20.434	37.894	13.392
Participação no resultado abrangente das subsidiárias, coligadas e sociedades de controle compartilhado	8.937	32.140	129.731	461	1.122	(11.992)
Total do imposto de renda e da contribuição social reconhecidos em outros resultados abrangentes	(8.750)	(3.928)	168.694	(8.749)	(3.927)	168.694

Os ativos fiscais diferidos têm seu aproveitamento em função da realização dos eventos que lhe deram origem. Considerando o histórico de rentabilidade da Companhia, bem como a expectativa de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, o reconhecimento desses ativos está fundamentado na capacidade de realização do ativo, identificada a partir de análises de tendências futuras, revelada em estudo técnico elaborado com base em premissas e cenários macroeconômicos, comerciais e tributários, que podem sofrer alterações no futuro.

Não houve alteração significativa na expectativa de realização dos créditos tributários em relação à posição divulgada nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

Notas Explicativas

Desse modo, e conforme o disposto no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia mantém reconhecido em seu ativo o montante de R\$ 299.117, na rubrica de “Imposto de Renda e Contribuição Social”, no ativo não circulante. Esse montante é decorrente de diferenças temporárias entre as bases de cálculo tributária e contábil, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. A expectativa de realização desse ativo é apresentada a seguir:

	<u>30/06/2014</u>
Período de realização:	
2014	182.134
2015	102.203
2016	14.780
Total reconhecido no balanço patrimonial	<u>299.117</u>

V. ICMS, PIS/PASEP e COFINS a recuperar sobre aquisição de combustível

Os valores de PIS e COFINS a recuperar e ICMS a recuperar estão registrados no ativo não circulante na rubrica de tributos a recuperar.

A Companhia mantém expectativa de realizar esses créditos, sendo que de acordo com o § 8º da Lei 12.111/2009, os referidos impostos e contribuições deverão ser ressarcidos à CCC quando realizados, deste modo é mantido um passivo de R\$ 1.868.481 na rubrica Obrigações de Ressarcimento.

VI. Inconstitucionalidade do PIS/PASEP e COFINS

O Supremo Tribunal Federal - STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei 9.718/98, que ampliou a base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS e deu, naquela época, novo conceito ao faturamento. Tal conceito passou a abranger a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independente do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

Com base no Código Tributário Nacional - CTN, as empresas do Sistema Eletrobras buscam o reconhecimento de seu direito ao crédito e a restituição do valor pago a maior em decorrência da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo dessas contribuições. Até a conclusão destas informações trimestrais, não havia decisão final sobre a questão.

As empresas do Sistema Eletrobras possuem, portanto, créditos fiscais em potencial de PIS/PASEP e de COFINS, que estão em fase de determinação e, portanto, não reconhecidos nestas informações trimestrais, uma vez que a referida declaração de inconstitucionalidade somente beneficia as empresas autoras dos recursos extraordinários julgados.

VII. Medida Provisória 627/13 - Lei 12.793/2014

Notas Explicativas

No dia 14 de Maio de 2014, a Medida Provisória (MP) nº 627, veio a ser convertida na atual Lei 12.973/14 a qual revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) definição do tratamento específico sobre tributação de lucros ou dividendos; (iii) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na Lei 12.973/14 têm vigência a partir de 1º de Janeiro de 2015, sendo facultada aos contribuintes a opção pela antecipação de seus efeitos para 1º de janeiro de 2014. Antes, a opção pela antecipação dos novos critérios tributários poderia ser considerada vantajosa já que, eliminaria potenciais efeitos tributários, especialmente os relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação da MP, bem como resultados de equivalência patrimonial.

Porém, com a conversão desta Medida Provisória para o teor de Lei, a questão acerca da retroatividade da tributação de eventuais excessos de dividendos e juros sobre capital próprio deixou de ser um fator tão relevante perante a opção de antecipação pela adoção, uma vez que o texto fora da lei modificado a respeito da isenção de todos os contribuintes sob este aspecto - independente da antecipação pelo novo regime.

Portanto a administração optou pela não antecipação prevista na referida legislação tendo em vista os pontos elencados acima e ainda pelo fato da RFB não ter emitido regulamentação acerca do tratamento a ser aplicado diante de eventuais diferenças (entre RTT e o novo regime) na apuração de impostos ocorrida durante o primeiro semestre de 2014.

NOTA 12 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DE RESSARCIMENTO

	CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013
<u>Direitos de ressarcimento</u>		
a. CCC de Sistemas Isolados	15.215.654	12.069.553
b. Energia nuclear	392.361	510.103
c. Reembolso CDE	100.686	-
	<u>15.708.701</u>	<u>12.579.656</u>
Ativo circulante	356.755	10.910.073
Ativo não circulante	<u>15.351.946</u>	<u>1.669.583</u>
	<u>15.708.701</u>	<u>12.579.656</u>
<u>Obrigações de ressarcimento</u>		
a. CCC de Sistemas Isolados	11.386.717	10.695.108
	<u>11.386.717</u>	<u>10.695.108</u>
Passivo circulante	890.499	8.377.400
Passivo não circulante	<u>10.496.218</u>	<u>2.317.708</u>
	<u>11.386.717</u>	<u>10.695.108</u>

Notas Explicativas

a) Conta de consumo de combustível (CCC) de sistemas isolados

Com o advento da Lei 12.111/2009 e do Decreto 7.246/2010 foi alterada a sistemática de subvenção de geração de energia nos sistemas isolados. A subvenção pela CCC que até então subsidiava somente os custos com combustíveis, passa a reembolsar a diferença entre o custo total de geração da energia elétrica e a valoração da quantidade correspondente de energia elétrica pelo custo médio da potência e energia comercializadas no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, do Sistema Interligado Nacional – SIN.

No custo total de geração de energia elétrica nos sistemas isolados, são incluídos os custos relativos a:

- i. contratação de energia e de potência associada;
- ii. geração própria para atendimento da distribuição de energia elétrica;
- iii. encargos e impostos; e
- iv. investimentos realizados.

Incluem, também, no custo total de geração os demais custos associados à prestação do serviço de energia elétrica em regiões remotas dos Sistemas Isolados, caracterizadas por grande dispersão de consumidores e ausência de economia de escala.

A conta de consumo de combustível de sistemas isolados refere-se aos valores a receber e recebidos da CCC (parte a título de adiantamentos) nos respectivos períodos. A regulamentação da ANEEL referente à Lei nº 12.111/2009 encontra-se estabelecida, mas parte dos valores de reembolso dos adiantamentos ainda não foram aprovados pelo órgão regulador. Adicionalmente, quanto aos pagamentos preliminares recebidos, os valores ainda não foram reprocessados de forma definitiva. Portanto, os valores efetivamente recebidos não estão sendo baixados do ativo e em contrapartida foi criada uma rubrica no passivo circulante denominada de Obrigações de Ressarcimento. Com isto, Companhia apresenta um valor a receber de R\$ 15.215.654 (R\$ 12.069.553 em 31 de dezembro de 2013) e um passivo de R\$ 11.386.717 (R\$ 10.695.108 em 31 de dezembro de 2013) de obrigações de ressarcimento.

Após a promulgação da Lei nº 12.783, a Eletrobras não tem mais a obrigação de fazer contribuições à Conta CCC. Apesar disso, a Conta CCC não foi extinta. Os saldos disponíveis continuarão sendo distribuídos às empresas de geração e distribuição que incorram em despesas adicionais em razão do uso de usinas termelétricas em caso de condições hidrológicas desfavoráveis. De modo a assegurar a continuação da viabilidade da Conta CCC, a Lei nº 12.783 permite que sejam feitas transferências entre a Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") e a Conta CCC.

b) Energia nuclear

Conforme previsto no parágrafo 4º do art. 12 da Lei 12.111/2009, e no art. 2º da Resolução Homologatória da ANEEL nº 1.406, de 21 de dezembro de 2012, o diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa faturada pela Eletronuclear e da tarifa de referência, a ser repassado para Furnas, será rateado pelas concessionárias de serviço público de distribuição. A tarifa de referência foi definida no

Notas Explicativas

parágrafo 1º da citada Lei. Tais concessionárias são atendidas pelo Leilão de Compra de Energia Proveniente de Empreendimentos Existentes, em 7 de dezembro de 2004, na proporção das quantidades atendidas no contrato com início de suprimento em 2005. Dessa forma, a Companhia possui um direito de ressarcimento de R\$ 392.361 (R\$ 510.103 em 31 de dezembro de 2013).

De acordo com o disposto no parágrafo 1º da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.406/2012, esse montante será pago em duodécimos pelas concessionárias a Furnas, nos anos de 2013 a 2015, sendo recebido no primeiro trimestre 2014 o montante de R\$ 59.747.

c) Reembolso CDE

A Lei 12.783/13, o Decreto 7.945/13 alterado pelo Decreto nº 8.203/14 e posterior Decreto 8.221/14, promoveram algumas alterações sobre a contratação de energia e os objetivos do encargo setorial Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, e também instituíram (i) o repasse de recursos da CDE às concessionárias de distribuição de custos relacionados a risco hidrológico, exposição involuntária, ESS – Segurança Energética e CVA ESS e Energia para o período de 2013 e janeiro de 2014, e (ii) o repasse através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE às concessionárias de distribuição de custos relacionados à exposição involuntária e despacho das usinas termelétricas a partir de fevereiro de 2014.

Como consequência destas regulamentações, foram reconhecidos os valores de R\$ 133.419 e R\$ 100.686, no primeiro e segundo trimestres de 2014, respectivamente. Estes valores foram homologados pela ANEEL, por meio de despacho, para cobertura de exposição involuntária, efeitos disponibilidade – ACR e CCEAR-D termelétricas.

O montante total recebido no período foi de R\$ 133.419.

Os efeitos destes itens foram registrados como redução de custo com energia elétrica comprada para revenda (nota 40) em contrapartida a direitos de ressarcimento – Reembolso CDE/CCEE, de acordo com o CPC 07 / IAS 20 - Subvenção e Assistência Governamentais.

Notas Explicativas**NOTA 13 - ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR**

Abaixo, está apresentada a composição do estoque de longo prazo de combustível nuclear destinado à operação da UTN Angra I e UTN Angra II:

	CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013
CIRCULANTE		
Elementos prontos	343.730	343.730
	343.730	343.730
NÃO CIRCULANTE		
Elementos prontos	187.798	216.856
Concentrado de urânio	84.693	85.025
Em curso - combustível nuclear	187.953	205.607
	460.444	507.488
	804.174	851.218

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, segregado da seguinte forma:

- Concentrado de urânio e serviços em curso (para a transformação do concentrado de urânio em elementos de combustível nuclear) estão registrados pelos seus custos de aquisição;
- Elementos de combustível nuclear – estão disponíveis no núcleo do reator e no estoque da Piscina de Combustível Usado – PCU, sendo apropriado ao resultado do exercício em função da sua utilização no processo da geração de energia elétrica;
- Almoxarifado, classificado no ativo circulante e está registrado ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado.

NOTA 14 - ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

A Companhia e suas controladas apresentam, no ativo não circulante, valores correspondentes a adiantamentos para futuro aumento de capital nas seguintes investidas:

Notas Explicativas



	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Controladas				
Furnas	36.484	34.740	47.708	-
Chesf	-	-	491.401	277.800
Eletrosul	62.261	59.284	142.633	208.629
Eletronorte	12.984	16.065	317.611	-
CGTEE	18.150	4.147	-	-
Ceal	8.084	7.698	-	-
Ceron	245	233	-	-
Cepisa	16.416	15.631	-	-
Eletroacre	12.787	237.337	-	-
Amazonas	3.212	3.058	-	-
	<u>170.623</u>	<u>378.193</u>	<u>999.353</u>	<u>486.429</u>
Outros investimentos	<u>3.999</u>	<u>4.000</u>	<u>3.999</u>	<u>4.000</u>
	<u>174.622</u>	<u>382.193</u>	<u>1.003.352</u>	<u>490.429</u>

Os valores apresentados no consolidado referem-se a adiantamentos efetuados para as SPE's.

Notas Explicativas

**NOTA 15 – INVESTIMENTOS**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Avaliados por Equivalência Patrimonial				
a) Controladas				
Furnas	11.539.033	11.128.126	-	-
Chesf	11.459.781	11.258.430	-	-
Eletrósul	5.482.166	5.486.343	-	-
Eletronorte	13.104.263	11.872.900	-	-
Eletronuclear	5.365.189	5.829.246	-	-
Eletropar	119.894	118.790	-	-
Distribuidora Roraima	-	8.294	-	-
Distribuidora Acre	50.569	-	-	-
	<u>47.120.895</u>	<u>45.702.129</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
b) Coligadas e Empreendimentos controlados em conjunto				
Itaipu	110.125	117.130	110.125	117.130
Mangue Seco II	17.058	17.058	17.058	17.058
CHC	29.119	29.119	29.119	29.119
Norte Energia	727.658	631.123	2.336.573	2.104.536
Inambari	9.148	9.148	9.148	9.148
CEEE-GT	568.403	544.711	568.403	544.711
Emae	139.901	148.553	144.988	153.960
CTEEP	941.292	913.440	959.963	931.580
Cemar	466.354	463.394	466.354	463.394
Lajeado Energia	241.602	232.907	241.602	232.907
Ceb Lajeado	75.430	83.644	75.430	83.644
CEEE-D	112.374	146.649	112.374	146.649
Paulista Lajeado	25.546	27.669	25.546	27.669
Rouar	50.914	18.427	50.914	18.427
Cemat	345.349	334.294	345.349	334.294
Madeira Energia S.A.	-	-	2.611.296	2.506.082
ESBR Participações S.A.	-	-	2.928.823	2.752.140
Enerpeixe S.A.	-	-	554.460	525.379
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	-	-	778.850	685.927
Manaus Transmissora de Energia S.A.	-	-	515.842	525.558
Teles Pires Participações	-	-	529.783	525.582
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	-	-	687.076	462.170
Chapecoense Geração S.A.	-	-	402.338	345.387
Goiás Transmissão	-	-	114.320	131.579
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	-	-	205.955	195.154
Santa Vitória do Palmar Holding S.A.	-	-	156.605	185.970
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.	-	-	261.624	167.403
Integração Transmissora de Energia S.A.	-	-	163.278	160.151
Retiro Baixo Energia S.A.	-	-	115.384	113.181
MGE Transmissão	-	-	139.500	106.371
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	-	-	107.276	105.921
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	-	-	162.930	98.659
Energética Águas da Pedra S.A.	-	-	203.333	189.062
Baguari Energia S.A.	-	-	92.992	92.437
Transenergia Renovável S.A.	-	-	76.059	78.241
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	-	-	81.732	75.656
Chuí Holding S.A.	-	-	74.895	75.210
Brasventos Miassaba 3 Geradora	-	-	67.559	62.263
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	-	-	58.232	49.829
Transenergia São Paulo S.A.	-	-	49.909	49.632
Outros	-	-	1.124.522	837.398
	<u>3.860.273</u>	<u>3.717.266</u>	<u>17.757.519</u>	<u>16.316.568</u>
SUBTOTAL	<u>50.981.169</u>	<u>49.419.395</u>	<u>17.757.519</u>	<u>16.316.568</u>
Provisão para perdas em investimentos	(9.148)	(343.442)	(9.148)	(343.442)
TOTAL	<u>50.972.021</u>	<u>49.075.953</u>	<u>17.748.371</u>	<u>15.973.126</u>

Notas Explicativas



	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Investimentos mantidos a valor justo				
Celpe	25.749	17.435	25.749	17.435
Cellesc	64.548	82.901	64.548	82.901
Cesp	186.783	148.568	186.783	148.568
Coelce	182.418	210.589	182.418	210.589
AES Tietê	587.741	577.435	587.741	577.435
Energisa	77.756	84.906	77.756	84.906
CELPE	23.399	21.149	23.399	21.149
CGEEP	28.214	27.371	28.214	27.371
COPEL	35.973	34.136	35.973	34.136
CEB	7.117	6.703	7.117	6.703
Tangara	21.738	21.738	21.738	21.738
AES Eletropaulo	-	-	22.528	19.615
Energias do Brasil	-	-	16.120	16.861
CPFL Energia	-	-	34.634	32.522
Outros	12.205	20.366	102.944	139.938
	1.253.641	1.253.297	1.417.662	1.441.867

15.1 – Provisões para perdas em investimentos

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013
INAMBARI	9.148	9.148
CEMAT	-	334.294
	9.148	343.442

15.2 – Ajustes de políticas contábeis em coligadas

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013
CTEEP	840.885	816.980
EMAE	149.692	149.692
CEEE-GT	19.902	19.902
CEEE-D	19.997	19.997
	1.030.476	1.006.571

A Companhia efetuou ajustes nos resultados das empresas investidas, a fim de padronizar as políticas contábeis dessas empresas com as adotadas pela Companhia para a elaboração de suas informações trimestrais consolidadas. Os ajustes realizados referem-se principalmente a política contábil para reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa e reconhecimento das obrigações relacionadas a benefícios pós-emprego.

Notas Explicativas



15.3 - Muta  o dos investimentos

Controladas e coligadas	Saldo em 31/12/2013	Integraliza��o de capital/Baixa	Outros Resultados Abrangentes	Ganho / Perda de Capital	Redu��o de Capital	Dividendos e Juros sobre capital pr��prio	Equival��ncia patrimonial	Saldo em 30/06/2014
MUTA��O DOS INVESTIMENTOS - CONTROLADORA								
FURNAS	11.128.126	-	(23.649)	-	-	-	434.557	11.539.033
CHESF	11.258.430	-	(43.857)	-	-	-	245.208	11.459.781
ELETROSUL	5.486.343	-	(599)	-	-	(188.434)	184.856	5.482.166
ELETRONORTE	11.872.900	-	-	-	-	(303.467)	1.534.830	13.104.263
ELETRONUCLEAR	5.829.246	-	(4.738)	-	-	-	(459.319)	5.365.189
ELETROPAR	118.790	-	11.214	-	-	(2.010)	(8.100)	119.894
ED RORAIMA	8.294	-	-	-	-	-	(8.294)	-
ED ACRE	-	33.107	-	(12.722)	-	-	30.184	50.569
ITAIPU BINACIONAL	117.130	-	(7.005)	-	-	-	-	110.125
E��LICA MANGUE SECO	17.058	-	-	-	-	-	-	17.058
CHC	29.119	-	-	-	-	-	-	29.119
NORTE ENERGIA (BELO MONTE)	631.123	99.750	-	-	-	-	(3.215)	727.658
INAMBARI	9.148	-	(0)	-	-	-	-	9.148
CEEE-GT	544.711	-	9.035	-	-	-	14.657	568.404
EMAE	148.553	-	(3.079)	-	-	(1.666)	(3.906)	139.901
CTEEP	913.440	-	-	-	-	(10.569)	38.421	941.292
CEMAR	463.394	-	-	-	-	(56)	3.016	466.354
REDE LAJEADO	232.907	-	-	-	-	-	8.695	241.602
CEB LAJEADO	83.644	-	-	-	-	(14.947)	6.733	75.430
CEEE-D	146.649	-	4.096	-	-	-	(38.371)	112.374
PAULISTA LAJEADO	27.669	-	-	-	-	(4.288)	2.165	25.546
ROUAR	18.427	34.392	(1.494)	-	-	-	(411)	50.914
CEMAT	334.294	-	-	20.054	-	-	(8.999)	345.349
TOTAL DE INVESTIMENTOS	49.419.395	167.249	(60.077)	7.332	-	(525.436)	1.972.707	50.981.170
MUTA��O DO PASSIVO A DESCOBERTO - CONTROLADORA								
ED PIAUI	(219.476)	-	-	-	-	-	(14.169)	(233.645)
ED RORAIMA	-	-	-	-	-	-	(36.498)	(36.498)
ED RONDONIA	(188.655)	-	-	-	-	-	38.112	(150.543)
AMAZONAS	(2.492.500)	-	-	-	-	-	(624.268)	(3.116.768)
ED ACRE	(197.524)	197.524	-	-	-	-	-	-
CGTEE	(97.718)	-	-	-	-	-	(275.765)	(373.484)
ED ALAGOAS	(21.400)	-	-	-	-	-	(151.371)	(172.772)
TOTAL PASSIVO A DESCOBERTO	(3.217.274)	197.524	-	-	-	-	(1.063.959)	(4.083.709)
LIQUIDO	46.202.122	364.773	(60.077)	7.332	-	(525.436)	908.747	46.897.461

Controladas e coligadas	Saldo em 31/12/2012	Integraliza��o de capital	Outros Resultados Abrangentes	Ganho / Perda de Capital	Redu��o de Capital	Dividendos e Juros sobre capital pr��prio	Equival��ncia patrimonial	Saldo em 30/06/2013
MUTA��O DOS INVESTIMENTOS - CONTROLADORA								
FURNAS	11.252.674	500.000	(46.600)	(2.300)	-	-	233.616	11.937.391
CHESF	11.622.439	-	15.403	-	-	-	(263.969)	11.373.873
ELETROSUL	4.653.342	-	21	-	-	(46.841)	109.365	4.715.887
ELETRONORTE	10.543.614	-	-	-	-	-	977.771	11.521.385
ELETRONUCLEAR	6.345.704	-	5.185	-	-	-	(26.720)	6.324.169
ELETROPAR	136.549	-	(13.759)	-	-	(8.020)	776	115.546
ITAIPU BINACIONAL	102.175	-	8.605	-	-	-	-	110.780
CGTEE	210.190	74.695	-	-	-	-	(279.694)	5.191
CEAL	4.119	-	-	-	-	-	(4.119)	-
BOA VISTA	-	-	-	-	-	-	8.989	8.989
CELPA	94.673	-	-	-	-	-	-	94.673
CEEE-GT	738.009	-	(132.931)	-	-	-	16.302	621.381
CEMAT	420.787	-	-	-	-	-	(149.643)	271.144
EMAE	252.316	-	-	-	-	-	6.316	258.632
CTEEP	739.735	-	-	-	(3.962)	-	41.718	777.491
CEMAR	411.463	-	-	-	-	(57)	32.882	444.288
REDE LAJEADO	540.819	-	-	(78)	-	-	20.618	561.358
CEB LAJEADO	79.672	-	0	-	-	(5.927)	5.748	79.493
PAULISTA LAJEADO	27.425	-	-	-	-	(4.044)	2.092	25.473
CEEE-D	343.875	-	(128.840)	-	-	-	(42.637)	172.398
INAMBARI	9.250	470	(32)	-	-	-	(314)	9.374
CHC	28.584	-	-	-	-	-	-	28.584
E��LICA MANGUE SECO	17.006	-	-	-	-	-	(711)	16.295
NORTE ENERGIA (BELO MONTE)	409.386	145.500	-	-	-	-	(935)	553.951
INVESTIMENTOS	48.983.806	720.665	(292.946)	(2.378)	(3.962)	(64.890)	687.452	50.027.747
MUTA��O DO PASSIVO A DESCOBERTO - CONTROLADORA								
CEAL	-	-	-	-	-	-	(137.392)	(137.392)
CEPISA	(223.505)	-	-	-	-	-	(129.916)	(353.421)
CERON	(72.768)	94.296	-	-	-	-	(65.690)	(44.162)
BOA VISTA	(23.562)	-	-	-	-	-	23.562	-
AMAZONAS	(1.128.017)	-	-	-	-	-	(336.212)	(1.464.229)
ELETROACRE	(54.035)	-	-	-	-	-	340	(53.695)
PASSIVO A DESCOBERTO	(1.501.887)	94.296	-	-	-	-	(645.308)	(2.052.899)
LIQUIDO	47.481.919	814.962	(292.946)	(2.378)	(3.962)	(64.890)	42.144	47.974.848

O valor do passivo a descoberto est   registrado na rubrica Provis  o para passivo a descoberto em controladas.

Segue abaixo a movimentac  o dos investimentos mais relevantes da Companhia:

Notas Explicativas



Controladas e coligadas	Saldo em 31/12/2013	Integralização de capital/Baixa	Outros Resultados Abrangentes	Ganho / Perda de Capital	Redução de Capital	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Saldo em 30/06/2014
MUTUAÇÃO DOS INVESTIMENTOS - CONSOLIDADO								
ITAIPU BINACIONAL	117.130	-	(7.005)	-	-	-	-	110.125
EÓLICA MANGUE SECO	17.058	-	-	-	-	-	-	17.058
CHC	29.119	-	-	-	-	-	-	29.119
NORTE ENERGIA (BELO MONTE)	2.104.536	243.168	-	-	-	-	(11.131)	2.336.573
INAMBARI	9.148	-	-	-	-	-	-	9.148
CEEE-GT	544.711	-	9.035	-	-	-	14.657	568.404
EMAE	153.960	-	(3.191)	-	-	(1.730)	(4.050)	144.988
CTEEP	931.580	-	-	-	-	(10.767)	39.149	959.963
CEMAR	463.394	-	-	-	-	(56)	3.016	466.354
REDE LAJEADO	232.907	-	-	-	-	-	8.695	241.602
CEB LAJEADO	83.644	-	-	-	-	(14.947)	6.733	75.430
CEEE-D	146.649	-	4.096	-	-	-	(38.371)	112.374
PAULISTA LAJEADO	27.669	-	-	-	-	(4.288)	2.165	25.546
ROUAR	18.427	34.392	(1.494)	-	-	-	(411)	50.914
CEMAT	334.294	-	-	20.054	-	-	(8.999)	345.349
MADEIRA ENERGIA S.A.	2.506.082	156.000	-	-	-	-	(50.786)	2.611.296
ESBR PARTICIPAÇÕES S.A.	2.752.140	361.600	(1.200)	-	-	-	(183.717)	2.928.823
ENERPEIXE S.A.	525.379	-	-	-	-	-	29.081	554.460
INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA DO MADEIRA S.A.	685.927	66.150	-	-	-	7.556	19.217	778.850
MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	525.558	-	-	-	-	-	(9.716)	515.842
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	525.582	-	-	-	-	-	4.201	529.783
NORTE BRASIL TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	462.170	228.473	-	-	-	-	(3.567)	687.076
CHAPECOENSE GERAÇÃO S.A.	345.387	-	-	-	-	-	56.951	402.338
GOIÁS TRANSMISSÃO	131.579	-	-	-	-	-	(17.259)	114.320
STN - SISTEMA DE TRANSMISSÃO NORDESTE S.A.	195.154	-	-	-	-	(9.510)	20.311	205.955
SANTA VITÓRIA DO PALMAR HOLDING S.A.	185.970	(29.400)	-	-	-	-	35	156.605
TRANSMISSORA SUL BRASILEIRA DE ENERGIA S.A.	167.403	86.400	-	-	-	1.440	6.381	261.624
INTEGRAÇÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	160.151	-	-	-	-	(6.451)	9.578	163.278
RETIRO BAIXO ENERGIA S.A.	113.181	-	-	-	-	-	2.203	115.384
MGE TRANSMISSÃO	106.371	-	18.620	-	-	-	14.509	139.500
BRASNORTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	105.921	-	-	-	-	-	1.355	107.276
INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA GARANHUNS S.A.	98.659	57.330	-	-	-	-	6.941	162.930
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA S.A.	189.062	-	-	-	-	(493)	14.764	203.333
BAGUARI ENERGIA S.A.	92.437	-	-	-	-	-	555	92.992
TRANSENERGIA RENOVÁVEL S.A.	78.241	-	-	-	-	-	(2.182)	76.059
TRANSMISSORA MATOGROSSENSE DE ENERGIA S.A.	75.656	-	-	-	-	-	6.076	81.732
CHUI HOLDING S.A.	75.210	-	-	-	-	-	(315)	74.895
BRASVENTOS MIASSABA 3 GERADORA	62.263	-	-	-	-	-	5.296	67.559
TDG - TRANSMISSORA DELMIRO GOUVEIA S.A.	49.829	-	-	-	-	2.152	6.251	58.232
TRANSENERGIA SÃO PAULO S.A.	49.632	-	-	-	-	-	277	49.909
OUTROS	837.398	289.870	-	-	-	(14.854)	12.108	1.124.522
TOTAL DE INVESTIMENTOS	16.316.568	1.493.983	18.861	20.054	-	(51.947)	(39.999)	17.757.520

Controladas e coligadas	Saldo em 31/12/2012	Integralização de capital/Baixa	Outros Resultados Abrangentes	Ganho / Perda de Capital	Redução de Capital	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Saldo em 30/06/2013
MUTUAÇÃO DOS INVESTIMENTOS - CONSOLIDADO								
ITAIPU BINACIONAL	102.175	-	8.605	-	-	-	-	110.780
EÓLICA MANGUE SECO	17.006	-	-	-	-	-	(711)	16.295
NORTE ENERGIA (BELO MONTE)	1.365.096	291.000	-	193.806	-	-	(7.806)	1.842.096
INAMBARI	9.250	470	(32)	-	-	-	(314)	9.374
CHC	28.584	-	-	-	-	-	-	28.584
CEAL	4.119	-	-	-	-	-	(4.119)	-
CELPA	94.673	-	-	-	-	-	-	94.673
CEEE-GT	738.009	-	(132.931)	-	-	-	16.302	621.381
CEMAT	420.787	-	-	-	-	-	(149.643)	271.144
EMAE	252.316	-	-	-	-	-	6.316	258.632
CTEEP	739.735	-	-	-	(3.962)	-	41.718	777.491
CEMAR	411.463	-	-	-	-	(57)	32.882	444.288
REDE LAJEADO	540.819	-	-	(78)	-	-	20.618	561.358
CEB LAJEADO	79.672	-	0	-	-	(5.927)	5.748	79.493
PAULISTA LAJEADO	27.425	-	-	-	-	(4.044)	2.092	25.473
CEEE-D	343.875	-	(128.840)	-	-	-	(42.637)	172.398
ESBR PARTICIPAÇÕES S.A.	1.879.649	486.000	41	-	-	-	(7.856)	2.357.834
MADEIRA ENERGIA S.A.	1.669.041	498.069	-	-	-	-	(29.096)	2.138.014
INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA DO MADEIRA S.A.	514.112	80.850	-	-	-	-	20.930	615.892
ENERPEIXE S.A.	514.735	-	-	-	-	-	54.164	568.899
MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	476.619	8.398	-	12.920	-	-	(7.607)	490.330
NORTE BRASIL TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	388.108	-	-	-	-	805	7.686	396.599
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	89.818	300.049	-	-	-	-	(5.751)	384.116
CHAPECOENSE GERAÇÃO S.A.	303.627	-	-	-	-	(16.954)	48.883	335.556
STN - SISTEMA DE TRANSMISSÃO NORDESTE S.A.	188.861	-	-	-	-	(6.900)	11.710	193.671
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA S.A.	176.503	-	-	-	-	5.073	4.052	185.628
TRANSMISSORA SUL BRASILEIRA DE ENERGIA S.A.	6.301	157.753	-	-	-	-	830	164.884
INTEGRAÇÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	147.902	-	-	-	-	(59)	8.651	156.494
SANTA VITÓRIA DO PALMAR HOLDING S.A.	97.060	42.222	-	-	-	-	292	139.574
GOIÁS TRANSMISSÃO	101.646	28.910	-	-	-	300	751	131.607
BRASNORTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	109.609	-	-	-	-	-	2.218	111.827
RETIRO BAIXO ENERGIA S.A.	110.078	-	-	-	-	-	1.114	111.192
BAGUARI ENERGIA S.A.	89.239	-	-	-	-	(1.837)	2.828	90.230
MGE TRANSMISSÃO	63.431	21.070	-	-	-	201	(126)	84.576
SERRA DO FACÃO ENERGIA S.A.	104.098	-	-	-	-	(14.523)	(5.883)	83.692
TRANSENERGIA RENOVÁVEL S.A.	107.865	1.960	-	-	-	(3.814)	(25.638)	80.373
TRANSMISSORA MATOGROSSENSE DE ENERGIA S.A.	63.037	-	-	-	-	-	4.615	67.652
CHUI HOLDING S.A.	33.606	29.988	-	-	-	-	(111)	63.483
LIVRAMENTO HOLDING S.A.	35.280	28.605	-	-	-	-	(9.546)	54.339
TDG - TRANSMISSORA DELMIRO GOUVEIA S.A.	45.183	-	-	-	-	-	1.645	46.828
TOTAL DE INVESTIMENTOS	12.490.412	1.975.344	(253.156)	206.648	(3.962)	(47.736)	(799)	14.366.751

Notas Explicativas



15.4 Informações do valor de mercado das investidas

Empresas de capital aberto	Método de Avaliação	Participação	Valor de Mercad
			30/06/2014
CEEE-D	Equivalência Patrimonial	32,59%	128.255
CEEE-GT	Equivalência Patrimonial	32,59%	164.744
CEMAR	Equivalência Patrimonial	33,55%	884.122
CEMAT	Equivalência Patrimonial	40,92%	247.768
CTEP	Equivalência Patrimonial	35,23%	1.602.437
EMAE	Equivalência Patrimonial	39,02%	86.354
CELPA	Valor de mercado	1,15%	25.749
CELESC	Valor de mercado	10,75%	64.548
CESP	Valor de mercado	2,05%	186.783
COELCE	Valor de mercado	7,06%	182.418
AES Tiete	Valor de mercado	7,94%	587.741
CGEEP - DUKE	Valor de mercado	0,47%	28.214
ENERGISA S.A	Valor de mercado	2,91%	77.756
CELGP	Valor de mercado	0,07%	276
CELPE	Valor de mercado	1,56%	23.399
COPEL	Valor de mercado	0,56%	35.973
CEB	Valor de mercado	3,29%	7.117
AES Eletropaulo	Valor de mercado	1,25%	Não divulgado
Energias do Brasil	Valor de mercado	0,31%	Não divulgado

(*) Baseado na cotação das ações na data-base.

Notas Explicativas



Empresas de capital fechado	Método de Avaliação	Participação	Valor de Mercado	
			30/06/2014	31/12/2013
TANGARA	Valor de mercado	25,47%	Não divulgado	19.932
CDSA	Valor de mercado	0,13%	Não divulgado	368
Angical 2 Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	9	Não divulgado
Arapapá Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	10	Não divulgado
Carcará Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	(161)	Não divulgado
Ceb Lajeado	Equivalência Patrimonial	40,07%	Não divulgado	58.364
Lajeado Energia	Equivalência Patrimonial	40,07%	Não divulgado	303.276
Paulista Lajeado	Equivalência Patrimonial	40,07%	Não divulgado	22.532
Acuaú Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	10	Não divulgado
Amapari Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	98.437	109.563
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	86.105	81.638
Baguari Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	30,61%	296.438	301.961
Baraúnas I Energética S/A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	(28)	Não divulgado
Bom Jesus	Equivalência Patrimonial	49,00%	12.750	190
Brasnorle Transmissora de Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	49,71%	215.796	213.072
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	24,50%	93.882	92.340
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	24,50%	137.877	127.069
Cachoeira	Equivalência Patrimonial	49,00%	8.485	131
Caítitu 2 Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	9	Não divulgado
Caítitu 3 Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	9	Não divulgado
Caldas Novas	Equivalência Patrimonial	49,90%	23.785	21.311
Carnaúba I	Equivalência Patrimonial	49,00%	15.414	231
Carnaúba II	Equivalência Patrimonial	49,00%	12.584	190
Carnaúba III	Equivalência Patrimonial	49,00%	11.200	169
Carnaúba V	Equivalência Patrimonial	49,00%	16.741	251
Central Eólica Famosa I S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	(71)	14.822
Central Eólica Pau Brasil S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	(124)	9.878
Central Eólica Rosada S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	(95)	18.543
Central Eólica São Paulo S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	(82)	11.122
Cervantes I	Equivalência Patrimonial	49,00%	11.187	169
Cervantes II	Equivalência Patrimonial	49,00%	8.384	131
Chapecoense Geração S.A.	Equivalência Patrimonial	40,00%	1.005.844	863.468
Chuí	Equivalência Patrimonial	49,00%	152.846	153.490
Chuí IX	Equivalência Patrimonial	99,99%	-	Não divulgado
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	Equivalência Patrimonial	49,00%	37.579	35.980
Companhia Energética Sinop S.A.	Equivalência Patrimonial	24,50%	166.642	Não divulgado
Construtora Integração Ltda	Equivalência Patrimonial	24,50%	88.407	91.649
Corrupião 3 Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	9	Não divulgado
Costa Oeste	Equivalência Patrimonial	49,00%	49.731	8.733
Coxilha Seca	Equivalência Patrimonial	99,99%	23	Não divulgado
Energética Aguas da Pedra S.A.	Equivalência Patrimonial	24,50%	407.067	378.947
Energia dos Ventos I S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	14.828	10.963
Energia dos Ventos II S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	9.013	6.684
Energia dos Ventos III S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	13.357	9.880
Energia dos Ventos IV S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	19.478	14.327
Energia dos Ventos V S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	15.556	11.504
Energia dos Ventos VI S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	21.219	15.849
Energia dos Ventos VII S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	21.439	16.000
Energia dos Ventos VIII S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	15.516	11.463
Energia dos Ventos IX S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	15.653	11.731
Energia dos Ventos X S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	11.874	8.792
Enepeixe	Equivalência Patrimonial	40,00%	1.386.151	1.313.448
ESBR Participações S.A.	Equivalência Patrimonial	20,00%	7.322.059	6.880.352
Etau	Equivalência Patrimonial	27,40%	76.733	88.318
Extremoz Transmissora do Nordeste ETN S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	7.538	3.071
Fronteira Oeste	Equivalência Patrimonial	51,00%	-	10
Goiás Transmissão S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	242.306	460.188
Hermenegildo I	Equivalência Patrimonial	99,99%	-	Não divulgado
Hermenegildo II	Equivalência Patrimonial	99,99%	-	Não divulgado
Hermenegildo III	Equivalência Patrimonial	99,99%	-	Não divulgado
Inambari Geração de Energia	Equivalência Patrimonial	19,60%	673	31.255
Integração Transmissora de Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	24,50%	88.409	317.932
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	Equivalência Patrimonial	24,50%	1.425.907	1.514.466
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	332.508	201.342
Linha Verde Transmissora de Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	43.046	47.463
Livramento	Equivalência Patrimonial	52,50%	84.570	198.669
Luziânia - Niquelândia Transmissora S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	14.345	11.500
Madeira Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	39,00%	6.695.630	6.425.851
Manaus Construtora Ltda.	Equivalência Patrimonial	30,00%	23.524	18.116
Manaus Transmissora de Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	30,00%	1.117.104	1.061.735
Marumbi	Equivalência Patrimonial	20,00%	43.953	5.755
MGE Transmissão S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	292.695	217.084
Morro Branco I	Equivalência Patrimonial	49,00%	(29)	Não divulgado
Mussambê	Equivalência Patrimonial	49,00%	(29)	Não divulgado
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	24,50%	1.368.100	943.204
Norte Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	34,98%	4.599.531	4.212.159
Paranaíba	Equivalência Patrimonial	24,50%	172.728	72.657
Pedra Branca S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	28.604	28.768
Pitimbu	Equivalência Patrimonial	49,00%	12.689	190
Punaú I	Equivalência Patrimonial	49,00%	16.718	251
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	24,50%	93.696	83.460
Retiro Baixo Energética S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	235.482	230.982
Santa Vitória do Palmar	Equivalência Patrimonial	49,00%	319.603	379.531
São Caetano	Equivalência Patrimonial	49,00%	18.067	269
São Caetano I	Equivalência Patrimonial	49,00%	12.737	190
São Galvão	Equivalência Patrimonial	49,00%	16.965	251
São Pedro do Lago S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	32.560	30.852
Eólica Serra das Vacas I S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	9.918	Não divulgado
Eólica Serra das Vacas II S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	9.338	Não divulgado
Eólica Serra das Vacas III S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	9.708	Não divulgado
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	9.778	Não divulgado
Serra do Fação Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	49,47%	83.756	123.040
Sete Gameleiras S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	41.637	41.312
STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	420.317	398.274

Notas Explicativas



Empresas de capital fechado	Método de Avaliação	Participação	Valor de Mercado 30/06/2014
TDG ? Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	118.840
Teles Pires Participações S.A.	Equivalência Patrimonial	24,72%	1.139.169
Transenergia Goiás S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	4.965
Transenergia Renovável S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	155.221
Transenergia São Paulo S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	103.894
Transirapé	Equivalência Patrimonial	24,50%	59.400
Transleste	Equivalência Patrimonial	24,00%	59.400
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	160.675
Transnorte Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	91.046
Transudeste	Equivalência Patrimonial	25,00%	59.961
Triângulo Mineiro	Equivalência Patrimonial	49,00%	33.878
Teiú 2 Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	9
TSBE	Equivalência Patrimonial	80,00%	327.030
TSLE	Equivalência Patrimonial	51,00%	35.343
Uirapuru	Equivalência Patrimonial	75,00%	53.544
Usina Energia Eólica Caiçara I S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	13.017
Usina Energia Eólica Caiçara II S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	8.838
Usina Energia Eólica Junco I S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	24.571
Usina Energia Eólica Junco II S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	24.130
Ventos de Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	12.012
Vale do São Bartolomeu	Equivalência Patrimonial	39,00%	24.506
Ventos de Santa Joana I Energias Renováveis S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	12.013
Ventos de Santa Joana III Energias Renováveis S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	16.142
Ventos de Santa Joana IV Energias Renováveis S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	11.403
Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	12.013
Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	12.013
Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	27.821
Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	26.355
Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	23.711
Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	31.511
Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	26.993
Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	31.090
Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	28.760

15.5 Resumo das informações dos empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

I - Ativo e Passivo

30/06/2014						
Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	Participação	Ativo financeiro, intangível e imobilizado	Outros ativos	Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Patrimônio líquido
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	49,00%	257.944	12.102	22.561	31.689	215.796
CEEE-D	32,59%	1.693.066	1.244.312	391.530	2.139.677	406.171
CEEE-GT	32,59%	502.117	2.657.645	218.623	1.135.968	1.805.171
Chapecoense Geração S.A.	40,00%	3.181.457	460.676	1.735.817	900.472	1.005.844
Cia Hidrelétrica Teles Pires	49,00%	4.037.815	401.875	2.897.888	402.633	1.139.169
CTEEP	35,23%	30.939	6.617.309	348.668	1.240.223	5.059.357
Energética Aguas da Pedra S.A.	49,00%	786.244	95.668	425.428	49.417	407.067
Enerpeixe S.A.	40,00%	1.675.228	230.040	190.522	328.595	1.386.151
ESBR Participações S.A.	40,00%	18.698.934	1.745.438	10.693.152	2.429.161	7.322.059
Inambari Geração de Energia	49,00%	26	659	-	12	673
Integração Transmissora de Energia S.A.	49,00%	616.489	19.007	196.984	111.137	327.375
Interligação Elétrica do Madeira S.A	49,00%	4.261.106	115.558	2.466.681	484.076	1.425.907
Itaipu	50,00%	33.690.637	3.854.413	30.026.603	7.292.147	226.300
Madeira Energia S.A	39,00%	20.145.791	2.206.653	12.815.657	2.841.157	6.695.630
Manaus Transmissora de Energia S.A.	49,50%	2.244.761	181.007	875.648	508.016	1.042.104
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	49,00%	3.027.492	98.172	1.076.690	680.874	1.368.100
Norte Energia S.A	50,00%	15.993.777	1.218.696	11.887.878	725.064	4.599.531
Serra do Facão Energia S.A	49,47%	1.987.163	82.459	501.304	1.484.562	83.756
Sistema de Transmissão Nordeste S.A	49,00%	672.792	42.732	193.022	102.185	420.317
Outros		10.494.617	3.242.353	4.563.362	2.604.746	6.568.862

Notas Explicativas



II - Resultado

Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	30/06/2014					
	Receita operacional líquida	Receita financeira	Despesa financeira	Impostos sobre o lucro	Lucro líquido (prejuízo)	Depreciação e amortização
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	6.600	293	(1.284)	(767)	2.753	-
CEEE-D*	-	-	-	-	-	-
CEEE-GT*	-	-	-	-	-	-
Chapecoense Geração S.A.	413.695	9.243	(56.280)	(82.359)	142.375	(26.973)
Cia Hidrelétrica Teles Pires	-	-	(199)	(6.474)	(14.813)	-
CTEEP	398.479	85.351	(59.988)	(46.495)	175.653	4.345
Energética Aguas da Pedra S.A.*	-	-	-	-	-	-
Enerpeixe S.A.	181.654	3.846	(20.836)	(11.466)	72.704	(20.581)
ESBR Participações S.A.	280.409	777	(44.520)	309.461	(459.296)	(30.508)
Inambari Geração de Energia*	-	-	-	-	-	-
Integração Transmissora de Energia S.A	33.655	778	(9.613)	(3.456)	15.160	-
Interligação Elétrica do Madeira S.A	217.979	1.016	(83.735)	(11.662)	22.639	-
Itaipu	3.202.977	79.334	(1.200.626)	-	1.088.437	-
Madeira Energia S.A	1.172.214	17.896	(320.360)	3.587	(130.221)	(174.852)
Manaus Transmissora de Energia S.A.	28.483	2.500	(32.585)	7.150	(3.384)	-
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	40.043	-	(35.103)	381	4.736	-
Norte Energia S.A	-	55.634	(55.556)	8.814	(17.958)	(1.625)
Serra do Facão Energia S.A	109.748	1.744	(15.572)	(7.197)	(39.019)	(10.365)
Sistema de Transmissão Nordeste S.A	64.908	1.356	(9.122)	(7.278)	41.452	-
Outros	1.016.082	544.140	(494.939)	(31.298)	28.874	(23.469)

*Resultado de 30 de junho de 2014 ainda não divulgado.

I - Empresas de Distribuição:

a) Distribuição Alagoas - detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado de Alagoas mediante o Contrato de Concessão 07/2001-ANEEL, e seus aditivos celebrados, respectivamente, em 15 de maio de 2005 e em 08 de junho de 2009 com vigência até 07 de julho de 2015. Seu principal objetivo é projetar, construir e explorar o serviço público de distribuição aos consumidores finais de energia elétrica. A investida apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 541.476 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 219.360), prejuízos acumulados de R\$ 734.727 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 583.356) e passivo a descoberto de R\$ 172.771 (R\$ 21.400 em 31 de dezembro de 2013) e depende do suporte financeiro da Companhia.

b) Distribuição Rondônia - detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado de Rondônia mediante o Contrato de Concessão 05/2001-ANEEL e seus aditivos celebrados, respectivamente, em 12 de fevereiro de 2001 e de 11 de novembro de 2005, com vencimento em 07 de julho de 2015. Seu principal objetivo é projetar, construir e explorar o serviço público de distribuição aos consumidores finais de energia elétrica. A investida apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 1.272.701 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 311.403), prejuízos acumulados de R\$ 1.475.667 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 1.513.778) e passivo a descoberto de R\$ 150.543 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 188.654) e depende do suporte financeiro da Companhia.

c) Distribuição Piauí - detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado do Piauí, mediante Contrato de Concessão 04/2001 de 12 de fevereiro de 2001, com a ANEEL, com vencimento em 07 de julho de 2015. A principal atividade é a distribuição de energia elétrica. A investida apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 446.868 (31 de dezembro de 2013 - 176.070), prejuízos acumulados de R\$ 1.455.648 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 1.441.479) e passivo a descoberto de R\$ 233.646 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 219.477) e depende do suporte financeiro da Companhia.

Notas Explicativas

d) Amazonas Energia – tem como atividades principais a geração, distribuição e comercialização de energia elétrica no Estado do Amazonas. A Amazonas Energia tem geração própria (2.203,9 MW*) e complementa a sua necessidade para atendimento aos consumidores comprando energia de produtores independentes. A investida apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 8.524.475 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 2.950.392), prejuízos acumulados de R\$ 7.724.532 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 6.586.399) e passivo a descoberto de R\$ 3.116.770 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 2.492.502) e depende do suporte financeiro da Companhia. Está previsto para ocorrer em 2014 a desverticalização desta investida. Neste estudo está sendo considerada a transferência das atividades de geração para uma nova sociedade a ser criada no âmbito do Sistema Eletrobras.

e) Distribuição Roraima - Detém concessão pelo Contrato 21/2001 – ANEEL, de 21 de março de 2001 e Termo Aditivo de quatorze de outubro de 2005, para distribuição de energia elétrica no município de Boa Vista - RR, válida até o ano de 2015. A investida apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 201.683 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 33.611), prejuízos acumulados de R\$ 719.326 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 674.534) e passivo a descoberto de R\$ 36.498 (patrimônio líquido de R\$ 8.294 em 31 de dezembro de 2013) e depende do suporte financeiro da Companhia.

f) Distribuição Acre – detém a concessão para distribuição e comercialização de energia elétrica para todo o Estado do Acre, mediante contrato de concessão 06/2001, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 12 de fevereiro de 2001, com prazo de vigência até 07 de julho de 2015. O suprimento de energia elétrica da capital, Rio Branco, e das seis localidades interligadas ao Sistema Rio Branco, é feita pela Eletronorte. O interior do Estado, desde 1999, através de um contrato de Comodato, vem sendo suprido pela GUASCOR do Brasil Ltda., na forma de Produtor Independente de Energia- PIE, por intermédio de Sistemas Isolados de Geração. Destaque-se que, o suprimento de energia elétrica a todo o Estado, é feito através de Termoelétricas a Diesel (100%). A investida apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 100.097 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 19.921), prejuízos acumulados de R\$ 423.499 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 458.987) e patrimônio líquido de R\$ 52.290 (passivo a descoberto de R\$ 209.552 em 31 de dezembro de 2013) e depende do suporte financeiro da Companhia.

II – Empresas de Geração e Transmissão:

a) Eletrobras Termonuclear S.A. - controlada integral da Companhia, tem como atividade principal a construção e operação de usinas nucleares, e a realização de serviços de engenharia correlatos, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. A Companhia vem exercendo basicamente as atividades de exploração das usinas Angra 1 e Angra 2, com potência nominal de 1.990 MW*, bem como construção da usina Angra 3. A energia elétrica gerada pela Companhia foi fornecida exclusivamente para a controlada Furnas, mediante contrato de compra e venda de energia elétrica até 31 de dezembro de 2012. A partir de 1º de janeiro de 2013, a energia elétrica foi rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, de acordo com a metodologia estabelecida na Resolução Normativa nº 530, editada em

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

Notas Explicativas

21 de dezembro de 2012, pela ANEEL, para o cálculo das cotas-partes anuais referentes à energia das centrais de geração Angra 1 e Angra 2 e as condições para a comercialização dessa energia na forma do art.11, da Lei nº 12.111/2009.

b) Eletrosul Centrais Elétricas S.A. - tem como objetivo principal a transmissão e a geração de energia elétrica diretamente ou através da participação em Sociedades de Propósito Específicos. A Companhia realiza estudos, projetos, construção, operação e manutenção das instalações dos sistemas de transmissão e de geração de energia elétrica, estando essas atividades regulamentadas. A Companhia detém o controle da Uirapuru.

c) Itaipu Binacional - entidade binacional criada e regida, em igualdade de direitos e obrigações, pelo Tratado internacional assinado em 26 de abril de 1973, entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, sendo seu capital pertencente em partes iguais à Eletrobras e a Administración Nacional de Electricidad - ANDE.

Seu objetivo é o aproveitamento dos recursos hídricos do rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois países, desde o Salto de Guaíra até a foz do rio Iguaçu, mediante a construção e operação de Central Hidrelétrica, com capacidade total disponibilizada de 14 milhões de MW*. Em 2013 produziu um total de 98,6 milhões de MWh* quebrando seu próprio recorde mundial de produção de energia, que ocorreu em 2012.

d) Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF - concessionária de serviço público de energia elétrica que tem por finalidade gerar, transmitir e comercializar energia elétrica. O seu sistema de geração é hidrotérmico, com predominância de usinas hidrelétricas, responsáveis por percentual superior a 97% da produção total. As operações da CHESF na atividade de geração de energia contam com 14 usinas hidrelétricas e 1 usina termelétrica, perfazendo uma potência instalada de 10.615 MW*, e na atividade de transmissão o sistema é composto por 115 subestações e 19.669 Km* de linhas de alta tensão.

e) Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte - concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada pela Companhia, com atuação predominante nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. As operações da Companhia com a geração de energia elétrica contam com 4 usinas hidrelétricas, com capacidade instalada de 8.860,05MW* e 6 usinas termelétricas, com capacidade de 479,97MW*, perfazendo uma capacidade instalada de 9.340,02MW*. A transmissão de energia é efetuada por um sistema composto de 9.287,13 Km* de linhas de transmissão, 45 subestações no Sistema Interligado Nacional – SIN, 695,89 Km* de linhas de transmissão, 10 subestações no sistema isolado, perfazendo um total de 9.983,02 Km* de linhas de transmissão e 55 subestações.

Conforme detalhado na nota explicativa 3.2 item d, em 31 de março de 2014, os acionistas da controlada Eletronorte aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da Estação Transmissora de Energia S.A. - Estação, sociedade de propósito específico controlada da Companhia.

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

Notas Explicativas

Além disso, a controlada possui participação societária em diversas Sociedades de Propósito Específico – SPE, de geração e transmissão de energia elétrica.

Aquisição de participação acionária – Linha Verde Transmissora de Energia S.A.

A Diretoria Executiva da controlada Eletronorte aprovou no dia 02 de outubro de 2013, a aquisição da participação acionária da Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. na Sociedade de Propósito Específico Linha Verde Transmissora de Energia S.A, envolvendo a aquisição pela Eletronorte da totalidade da participação neste investimento.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou a transação em fevereiro de 2014. No entanto, a transação está condicionada à manifestação favorável da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel e Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, e Banco da Amazônia, pois esse último é responsável pelo financiamento obtido na Linha Verde Transmissora de Energia S.A.

f) Furnas Centrais Elétricas S.A.– FURNAS – controlada pela Companhia, atua na geração, transmissão e comercialização predominantemente na região abrangida pelo Distrito Federal e os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Pará, Tocantins, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia, além de participar de Sociedades de Propósito Específico. O sistema de produção de energia elétrica operado por FURNAS é composto por 9 usinas hidrelétricas de propriedade exclusiva, 2 em parceria com a iniciativa privada com uma potência instalada de 8.996 MW*, e 2 usinas termelétricas, sendo que 1 usina teve sua operação comercial suspensa no final de 2012, num total de 500 MW* de capacidade, totalizando 9.496 MW*.

g) Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE – tem por principal objeto social realizar estudos, projetos, construções e operações das instalações dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica, estando essas atividades regulamentadas. A Companhia detém concessão de geração para as seguintes usinas termelétricas: Usina Presidente Médici, Fases A e B, localizada no município de Candiota; Usina de São Jerônimo, localizada no município de São Jerônimo; e Usina NUTEPA, localizada no Município de Porto Alegre, todas no Estado do Rio Grande do Sul. A investida apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 456.516 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 359.585).

A CGTEE apresentou em 30 de junho de 2014 um prejuízo de R\$ 275.793, ante um prejuízo de R\$ 279.722 em 30 de junho de 2013. O resultado determinou um passivo a descoberto de R\$ 373.521 (R\$ 97.728 em 31 de dezembro de 2013).

Diante do quadro atual, a Companhia está em tratativas junto a Eletrobras para viabilizar ações que possibilitam a sua recuperação técnica e financeira e também está tendo todo o apoio financeiro da Eletrobras para sua manutenção operacional, bem como para execução dos investimentos futuros necessários.

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

Notas Explicativas**III - Demais Empresas**

a) Companhia Energética do Maranhão - CEMAR - concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica.

A Companhia detém a concessão para a distribuição de energia elétrica em 217 municípios do Estado do Maranhão, regulada pelo Contrato de Concessão nº 60, de 28 de agosto de 2000, celebrado com a ANEEL, o qual permanece com o seu termo de vigência até agosto de 2030, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos.

b) Eletrobras Participações S.A. - controlada pela Companhia, e tem por objeto social a participação no capital social de outras sociedades.

c) Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT - sociedade anônima de capital aberto sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul através da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-Par, empresa detentora de 65,92% do seu capital total. A Concessionária tem por objeto explorar sistemas de produção e transmissão de energia elétrica.

d) Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D - sociedade anônima de capital aberto sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul através da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-Par, empresa detentora de 65,92% do seu capital total. A Concessionária tem por objeto a distribuição de energia elétrica em 72 municípios do Rio Grande do Sul, atendendo aproximadamente 4 milhões de unidades consumidoras.

e) Companhia Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP- sociedade de capital aberto, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de transmissão de energia elétrica.

f) Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA - sociedade de capital aberto, sob o controle acionário da Equatorial Energia S.A. (Equatorial), que atua na distribuição e geração de energia elétrica no Estado do Pará, atendendo consumidores em 143 municípios, conforme Contrato de Concessão 182/1998, assinado em 28 de julho de 1998, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28 de julho de 2028. Além do contrato de distribuição, a CELPA possui Contrato de Concessão de Geração 181/98 de 34 Usinas Termelétricas, sendo 11 próprias e 23 terceirizadas, para a exploração de geração de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 28 de julho de 2028, renovável por igual período. A investida apresentava em 30 de junho de 2014 capital circulante líquido negativo de R\$ 109.180 (capital circulante líquido de R\$ 94.439 em 31 de dezembro de 2013).

Todos os créditos existentes contra a investida até a data do ajuizamento do seu pedido de recuperação judicial, ainda que não vencidos, ressalvadas as exceções legais, deverão ser pagos nos termos do plano de recuperação judicial, aprovado em 01 de setembro de 2012 em assembleia geral de credores.

Notas Explicativas

g) Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – EMAE -a concessionária de um complexo hidroenergético localizado no Alto Tietê, centrado na Usina Hidroelétrica Henry Borden. A EMAE dispõe, ainda, da UHE Rasgão e a UHE Porto Góes, ambas no Rio Tietê. No Vale do Paraíba, município de Pindamonhangaba, está instalada a UHE Isabel, atualmente fora de operação. A investida apresentava capital circulante líquido em 30 de junho de 2014 de R\$ 120.275 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 138.019).

h) Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.- CEMAT - sociedade por ações de capital aberto, sob o controle acionário da Energisa S.A., atuando na área de distribuição de energia elétrica, além da geração própria através de usinas térmicas para o atendimento a sistemas isolados em sua área de concessão que abrange o Estado de Mato Grosso, atendendo consumidores em 141 municípios. Conforme Contrato de Concessão de 03/1997, assinado em 11 de dezembro de 1997, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 11 de dezembro de 2027, renovável por igual período. Além do contrato de distribuição, a Companhia possui Contrato de Concessão de Geração 04/1997, de 3 Usinas Termelétricas com suas respectivas subestações associadas, com vencimento em 10 de dezembro de 2027.

Esta reversão está fundamentada na nova expectativa de realização do investimento, decorrente da aprovação, pela ANEEL, por meio das resoluções 4.463/2013 e 4.510/2014, do plano de recuperação e apresentado pela Energisa e da transferência do controle acionário do Grupo Rede.

i) Norte Energia S.A. – sociedade de propósito específico, de capital fechado, com propósito de conduzir todas as atividades necessárias à implantação, operação, manutenção e exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte), no rio Xingu, localizada no Estado do Pará e das instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora. A Companhia detém 49,98% do capital social da Norte Energia. Essa investida vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. A investida necessitará de recursos financeiros dos seus acionistas e de terceiros em montante significativo, para a conclusão de sua Usina Hidrelétrica. Em 30 de junho de 2014, a investida apresentava capital circulante líquido positivo de R\$ 1.410.152 (31 de dezembro de 2013 – capital circulante líquido negativo de R\$ 1.208.687).

j) Madeira Energia S.A. – sociedade anônima de capital fechado, constituída em 27 de agosto de 2007, e tem por objetivo a construção e exploração da Usina Hidrelétrica Santo Antônio localizada em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, e do seu Sistema de Transmissão Associado. A Companhia detém 39% do capital social da Madeira Energia. A investida está incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento de projeto para construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações.

k) ESBR Participações S.A. (ESBRP) – A ESBR Participações S.A. (“ESBRP”), sociedade anônima de capital fechado, tem por objeto social exclusivo a participação no capital social da Sociedade de Propósito Específico (SPE) denominada Energia Sustentável do Brasil S.A (“ESBR”), detentora da concessão de uso do bem público

Notas Explicativas

para exploração da Usina Hidrelétrica Jirau, em fase de construção no Rio Madeira, no Estado de Rondônia. A companhia detém 40% do capital ESBRP.

l) Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IEMadeira) - A IEMadeira foi constituída em 18 de dezembro de 2008 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão e subestações arrematadas nos Lotes D e F do Leilão nº 007/2008 da ANEEL:

A linha de transmissão Porto Velho – Araraquara entrou em operação comercial em 01 de agosto de 2013. As estações Inversora e Retificadora entraram em operação comercial em 12 de maio de 2014.

A companhia detém 49% do capital do IEMadeira.

m) Manaus Transmissora de Energia S.A. - A Manaus Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 22 de abril de 2008 com o propósito específico de explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, operação, manutenção e construção de instalações de transmissão da rede básica do sistema elétrico brasileiro interligado, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos em vigor.

A SPE detém a concessão, para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de Linha de Transmissão 500 kV Oriximiná/Cariri CD, SE Itacoatiara 500/138 kV e SE Cariri 500/230kV.

O contrato de concessão foi assinado em 16 de outubro de 2008, pelo prazo de trinta anos, e o início das atividades operacionais da SPE está previsto para abril de 2013.

A companhia detém 49,50% do capital da Manaus Transmissora de Energia S.A.

IV – Sociedades sob Gestão

a) Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA - a Companhia assinou, em 12 de novembro de 2012, um protocolo de intenções, visando à participação no processo de saneamento financeiro da empresa Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA. Este processo prevê que a Companhia assuma o controle acionário da CEA.

A Companhia e o Governo do Estado do Amapá celebraram, em 12 de setembro de 2013, um Acordo de Acionistas e um Acordo de Gestão, visando à recuperação econômico-financeira da empresa CEA que, após implementação de todos os seus termos, oferece uma opção de compra, pela Companhia, do controle acionário daquela empresa. Para isto, a Companhia assume a gestão executiva da CEA, por meio da sua representação majoritária no Conselho de Administração e indicação dos membros da Diretoria Executiva da CEA, os quais serão, posteriormente, substituídos por profissionais contratados no mercado.

Neste processo o Governo do Estado do Amapá obteve financiamento do Governo Federal, com a finalidade de quitação das dívidas da CEA junto ao Sistema Eletrobras e outros fornecedores, além de preparar um Plano de Contingências que será encaminhado à aprovação da ANEEL.

Notas Explicativas

b) Companhia Energética de Roraima - CERR - a Companhia assinou, em 26 de novembro de 2012, um protocolo de intenções, visando à participação no processo de saneamento financeiro da empresa Companhia Energética de Roraima - CERR. Este processo prevê que a Companhia poderá assumir o controle da CERR, por meio da aquisição do controle acionário da companhia.

A Companhia e o Governo do Estado de Roraima celebraram, inicialmente, um Acordo de Acionistas e um Acordo de Gestão, respeitadas as autorizações necessárias, visando à recuperação econômico-financeira da empresa CERR que, após implementação de todos os seus termos, oferece uma opção de compra pela Companhia, do controle acionário daquela empresa. Para isto, a Companhia assume a gestão executiva da CERR, por meio da sua representação majoritária no Conselho de Administração e indicação dos membros da Diretoria Executiva da CERR, os quais serão posteriormente substituídos por profissionais contratados no mercado.

Neste processo o Governo do Estado de Roraima obteve financiamento, com a finalidade de quitação das dívidas da CERR junto ao Sistema Eletrobras e outros fornecedores, além de preparar um Plano de Contingências que será encaminhado à aprovação da ANEEL.

c) Celg Distribuição – CELG-D - Em 24 de abril de 2012 foram assinados Acordo de Acionistas e Acordo de Gestão entre a Eletrobras e o Governo do Estado de Goiás, no âmbito da Celgpar, com o propósito de permitir que a Eletrobras assuma a gestão da Celg Distribuição S/A (Celg D) através da sua representação majoritária no Conselho de Administração da distribuidora, com o fim de promover o saneamento financeiro da CELD D, como também implantar na concessionária melhores práticas de governança corporativa, mediante indicação de quadros para a Administração e Conselho Fiscal, e, dotá-la de instrumentais para atender o mercado cativo de sua área de concessão em padrões condizentes à normatização da ANEEL.

Ainda, através do Acordo de Acionistas e Acordo de Gestão acima citados, e de acordo com a lei 12.688/12, a Eletrobras poderá futuramente, caso a concessão se mostre viável economicamente diante da reestruturação de suas dívidas e governança corporativa, adquirir o controle acionário da CELG D, mediante a aquisição de 51% do capital votante da concessionária.

No entanto, o processo de alienação acima referido encontra-se condicionado ao cumprimento de algumas outras condições e obrigações pelas Partes envolvidas, incluindo por exemplo:

- Aprovação pela Assembléia Geral de Acionistas da Eletrobras;
- Definição do preço e condições de transação da operação mediante contratação e aprovação de laudo independente de avaliação da empresa;
- Conclusão de due diligences pela Eletrobras;
- Negociação da minuta do Contrato de Compra e Venda de Ações;
- Autorização do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, nos termos do artigo 6º, IV, a do Anexo I ao Decreto número 7.675 de 20.01.2012, e da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Notas Explicativas



Em 29 de janeiro de 2014, a Eletrobras, CELGPAR e o Estado de Goiás assinaram um termo de entendimento a fim de reafirmar as seguintes condições para a continuidade do negócio:

- A participação acionária a ser adquirida pela Eletrobras será de até 51% das ações ordinárias da CELG D.
- O Estado e a CELGPAR obrigam-se a viabilizar a injeção de recursos pelo montante de até R\$ 1,9 bilhão na CELG D, concomitantemente a conclusão da transferência do controle à Eletrobras;
- Como condição à aquisição das ações pela Eletrobras os aportes deverão ser suficientes para tornar positivo o Patrimônio Líquido a mercado da CELG D;
- As partes obrigam-se a diligenciar no sentido de viabilizar a conclusão das avaliações da CELG D, segundo algumas condições definidas no termo;
- O Estado, a CELGPAR e a CELG D se obrigam a fornecer à Eletrobras todos os documentos por ela solicitados, necessários para a conclusão de sua avaliação.

Desta forma, a Eletrobras permanece, nesta data, a deter unicamente a participação acionária de 0,07% no capital social da CELGPAR, e entendemos não existir, em 30 de junho de 2014, como de fato ainda não se verificam todas as condições necessárias para que o controle da CELG D (conforme disposições do IAS 27R e CPC 36 R3 e da Lei 6404/76) tenha sido transferido para Eletrobras e, por consequência, a operação não satisfaz, neste momento, as condições estabelecidas no CPC 15 para a aquisição e consolidação das demonstrações financeiras da CELG D pela Eletrobras no período findo em 30 de junho de 2014.

V – Sociedades de Propósito Específico

Ao longo dos últimos anos, as Empresas do Sistema Eletrobras firmaram investimentos em parcerias em projetos com a iniciativa privada, onde a Companhia figura como acionista não controlador, detendo ações preferenciais. Estes empreendimentos têm como objeto a atuação na área de geração e transmissão de energia elétrica, cujos valores aportados estão classificados no Ativo – Investimentos.

No mesmo sentido, tendo em vista as necessidades de expansão dos investimentos no Setor Elétrico, as empresas controladas pela Companhia participam, também de forma minoritária, com ações ordinárias, em diversas empresas de concessão de serviços de energia elétrica, classificados em Ativo – Investimentos. Os investimentos mais relevantes com participação da Companhia e suas controladas em sociedades de propósito específico não diferem do apresentado das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, exceto pela SPE Belo Monte Transmissora de Energia S.A constituída pelas controladas Furnas e Eletronorte, conforme detalhamento abaixo:

Objeto - construção e operação da LT (2.902 km*) da UHE Belo Monte em 800 Kv* – Estações Conversoras de Xingu - PA e Estreito - MG;

Composição acionária – State Grid Brazil Holding (SGBH): 51%; Furnas: 24,5%; Eletronorte: 24,5%;

Ano de vencimento – 2048

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

Notas Explicativas



15.6 – Ações em garantia

Tendo em vista a Companhia ter diversas ações no âmbito do judiciário, onde figura como ré (Vide Nota 30), são oferecidos em garantia, nos recursos dessas ações judiciais, ativos que representam 6,82% (6,58% em 31 de dezembro 2013) do total da carteira de investimentos, conforme abaixo descrito:

CONTROLADORA			
30/06/2014			
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	VALOR DO INVESTIMENTO	PERCENTUAL DE BLOQUEIO	INVESTIMENTO BLOQUEADO
CTEEP	941.292	92,35%	869.283
EMAE	139.901	100,00%	139.901
CESP	186.783	99,44%	185.737
CEB	7.117	98,33%	6.998
AES TIETE	587.741	100,00%	587.741
COELCE	182.418	51,36%	93.690
CGEEP	28.214	100,00%	28.214
CEMAT	345.349	100,00%	345.349
CELPA	25.749	100,00%	25.749
CELPE	23.399	100,00%	23.399
CEEE - GT	568.403	100,00%	568.403
CEEE - D	112.374	100,00%	112.374
CELESC	64.548	98,09%	63.315
ENERGISA	77.756	90,65%	70.486
CEMAR	466.354	95,00%	443.036
SUBTOTAL	3.757.398		3.563.675
Outros Investimentos	48.468.263		-
TOTAL	52.225.662	6,82%	3.563.675

Notas Explicativas

**NOTA 16 – IMOBILIZADO**

Os itens do ativo imobilizado referem-se substancialmente à infraestrutura para geração de energia elétrica de concessões não prorrogadas nos termos da Lei 12.783/13.

Os bens que compõe o ativo imobilizado da Companhia, associados e identificados como ativos da concessão de serviço público, não podem ser vendidos nem dados em garantias a terceiros.

As Obrigações Especiais (obrigações vinculadas às concessões) correspondem a recursos recebidos de consumidores com o objetivo de contribuir na execução de projetos de expansão necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica e são alocadas aos empreendimentos correspondentes. Os ativos adquiridos com os correspondentes recursos são registrados no imobilizado da Companhia, conforme disposições estabelecidas pela ANEEL. Em virtude de sua natureza essas contribuições não representam obrigações financeiras efetivas, uma vez que não serão devolvidas aos consumidores.

CONSOLIDADO					
30/06/2014					
	Valor bruto	Depreciação acumulada	Obrigações vinculadas à Concessão	Impairment	Valor líquido
Em serviço					
Geração	43.770.720	(18.723.756)	(318.040)	(2.939.864)	21.789.060
Administração	2.241.559	(1.261.110)	(26.853)	-	953.596
	46.012.279	(19.984.866)	(344.893)	(2.939.864)	22.742.656
Em curso					
Geração	6.952.170	-	-	-	6.952.170
Administração	579.342	-	-	-	579.342
	7.531.512	-	-	-	7.531.512
	53.543.791	(19.984.866)	(344.893)	(2.939.864)	30.274.168
CONSOLIDADO					
31/12/2013					
	Valor bruto	Depreciação acumulada	Obrigações vinculadas à Concessão	Impairment	Valor líquido
Em serviço					
Geração	42.951.596	(18.396.555)	(488.501)	(2.699.425)	21.367.115
Administração	2.112.331	(1.179.851)	-	-	932.480
	45.063.926	(19.576.405)	(488.501)	(2.699.425)	22.299.595
Em curso					
Geração	7.059.539	-	-	-	7.059.539
Administração	679.380	-	-	-	679.380
	7.738.919	-	-	-	7.738.919
	52.802.846	(19.576.405)	(488.501)	(2.699.425)	30.038.514

Notas Explicativas



Movimentação do Imobilizado:

	CONSOLIDADO				
	Saldo em 31/12/2013	Adições	Transferência curso/serviço	Baixas	Saldo em 30/06/2014
Geração / Comercialização					
Em serviço	41.832.824	2.938	971.265	(85.157)	42.721.870
Depreciação acumulada	(18.396.555)	(596.884)	228.568	41.115	(18.723.756)
Em curso	7.059.539	943.774	(1.042.374)	(8.769)	6.952.170
Arrendamento Mercantil	1.118.772	-	(46.614)	(23.308)	1.048.850
Provisão p/ valor recuperação ativos (impairment)	(2.699.425)	3.916	(250.715)	6.360	(2.939.864)
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(460.289)	-	140.003	2.246	(318.040)
	28.454.866	353.744	(139.870)	(69.759)	28.741.230
Administração					
Em serviço	2.112.331	1.548	158.679	(30.999)	2.241.559
Depreciação acumulada	(1.179.851)	(64.526)	(36.511)	19.778	(1.261.110)
Em curso	679.380	57.717	(152.130)	(5.625)	579.342
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(28.212)	-	-	1.359	(26.853)
	1.583.648	(5.261)	(29.962)	(16.846)	1.532.938
TOTAL	30.038.514	348.483	(169.832)	(86.605)	30.274.168

	CONSOLIDADO					
	Saldo em 31/12/2012	Adições	Transferência curso/serviço	Baixas	Depreciação	Saldo em 30/06/2013
Geração / Comercialização						
Em serviço	37.524.419	18	3.226.853	(27.875)	-	40.723.415
Depreciação acumulada	(17.156.638)	(44.629)	12.459	4.231	(476.090)	(17.660.667)
Em curso	9.088.072	979.607	(3.245.732)	(48.936)	-	6.773.011
Arrendamento Mercantil	1.118.772	-	-	-	(23.308)	1.095.464
Provisão p/ valor recuperação ativos (impairment)	(2.082.853)	(1.353)	8	8.685	10.968	(2.064.545)
Obrigações Especiais Vinculadas à concessão	(492.702)	-	-	1.284	2.778	(488.640)
	27.999.070	933.643	(6.412)	(62.611)	(485.652)	28.378.038
Administração						
Em serviço	2.197.740	3.499	(5.288)	(84.915)	-	2.111.036
Depreciação acumulada	(1.130.055)	(3.115)	12.754	27.717	(48.887)	(1.141.586)
Em curso	428.077	123.203	(44.925)	(2.786)	-	503.569
	1.495.762	123.587	(37.459)	(59.984)	(48.887)	1.473.019
TOTAL	29.494.832	1.057.230	(43.871)	(122.595)	(534.539)	29.851.057

Taxa média de depreciação e depreciação acumulada:

	CONSOLIDADO			
	30/06/2014		31/12/2013	
	Taxa média de depreciação	Depreciação acumulada	Taxa média de depreciação	Depreciação acumulada
Geração				
Hidráulica	2,46%	12.634.278	2,46%	12.445.776
Nuclear	3,33%	3.527.113	3,33%	3.356.493
Térmica	2,11%	2.450.276	2,43%	2.493.879
Eólica	6,88%	52.483	4,00%	42.989
Comercialização	3,20%	59.606	3,15%	57.417
		18.723.756		18.396.554
Administração	6,95%	1.261.110	7,28%	1.179.851
		1.261.110		1.179.851
Total		19.984.866		19.576.405

Notas Explicativas

**NOTA 17 – ATIVO FINANCEIRO – CONCESSÕES E ITAIPU**

	CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013
Concessões de Transmissão		
Ativo Financeiro Receita Anual Permitida	9.148.707	8.245.051
Ativo Financeiro - Concessões Indenizáveis (*)	5.991.485	6.476.898
	<u>15.140.192</u>	<u>14.721.949</u>
Concessões de Distribuição		
Ativo Financeiro - Concessões Indenizáveis (*)	3.649.958	5.247.686
	<u>3.649.958</u>	<u>5.247.686</u>
Concessões de Geração		
Ativo Financeiro - Concessões Indenizáveis (*)	3.395.052	1.483.539
	<u>3.395.052</u>	<u>1.483.539</u>
	<u>22.185.202</u>	<u>21.453.174</u>
Ativo Financeiro Itaipu (item I)	2.527.248	3.418.865
	<u>2.527.248</u>	<u>3.418.865</u>
Total do ativo financeiro	<u>24.712.450</u>	<u>24.872.039</u>
Ativo Financeiro – Circulante	452.170	1.168.002
Ativo Financeiro – Não Circulante	24.260.280	23.704.037
Total do ativo (passivo) financeiro	<u>24.712.450</u>	<u>24.872.039</u>

(*) Os montantes relacionados aos ativos das concessões prorrogadas nos termos da Lei 12.783/2013 ainda não homologados pelo Poder Concedente estão apresentados na nota 2.1.

I – Ativo Financeiro de Itaipu

	CONTROLADORA	
	30/06/2014	31/12/2013
Contas a Receber	2.084.806	2.369.637
Direito de Ressarcimento	527.216	984.210
Fornecedores de Energia - Itaipu	(1.515.441)	(1.457.677)
Obrigações de ressarcimento	(1.094.989)	(1.136.737)
Total ativo (passivo) circulante	<u>1.592</u>	<u>759.433</u>
Contas a Receber	700.963	790.448
Direito de Ressarcimento	4.859.368	4.977.321
Obrigações de ressarcimento	(3.034.675)	(3.108.337)
Total ativo (passivo) não circulante	<u>2.525.656</u>	<u>2.659.432</u>
Total ativo (passivo)	<u>2.527.248</u>	<u>3.418.865</u>

Notas Explicativas



Os efeitos da constituição do ativo financeiro Itaipu estão inseridos acima e são detalhados a seguir:

a - Valores Decorrentes da Comercialização da Energia Elétrica de Itaipu Binacional

a.1 – Fator de ajuste

Ao amparo da Lei 11.480/2007, foi retirado o fator de ajuste dos contratos de financiamento celebrados com Itaipu Binacional, e dos contratos de cessão de créditos firmados com o Tesouro Nacional, a partir de 2007, ficando assegurada à Companhia a manutenção integral de seu fluxo de recebimentos.

Como decorrência, foi editado o Decreto 6.265, de 22 de novembro de 2007, regulamentando a comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional, definindo o diferencial a ser aplicado na tarifa de repasse, criando um ativo referente à parte do diferencial anual apurado, equivalente ao fator anual de ajuste retirado dos financiamentos, a ser incluído anualmente na tarifa de repasse, a partir de 2008, praticado pela Companhia, preservando o fluxo de recursos, originalmente estabelecido.

Dessa forma, passou a ser incluído na tarifa de repasse da potência proveniente da Itaipu Binacional, a partir de 2008, o diferencial decorrente da retirada do fator anual de reajuste, cujos valores são definidos anualmente através de portaria interministerial dos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia. Na tarifa de repasse em vigor em 2011, encontra-se incluído o montante equivalente a US\$ 214,989, o qual será recebido pela Companhia através de cobranças as distribuidoras, homologado pela portaria MME/MF 398/2008.

O saldo decorrente do fator de ajuste de Itaipu Binacional, inserido na rubrica Ativo Financeiro, apresentada no Ativo Não Circulante, monta a R\$ 4.859.368 em 30 de junho de 2014, equivalentes a US\$ 2.206.296 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 4.977.321, equivalentes a US\$ 2,125,244), dos quais R\$ 4.129.664, equivalentes a US\$ 1.874.989 serão repassados ao Tesouro Nacional até 2023, como decorrência da operação de cessão de crédito realizada entre a Companhia e o Tesouro Nacional, em 1999.

Tais valores serão realizados mediante a sua inclusão na tarifa de repasse a ser praticada até 2023.

a.2 - Comercialização de energia elétrica

A Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, atribuiu à Companhia a responsabilidade pela aquisição da totalidade da energia elétrica produzida por Itaipu Binacional a ser consumida no Brasil, passando a ser a comercializadora dessa energia elétrica.

Desta forma, foi comercializado no exercício de 2013 o equivalente a 134.839 GWh, sendo a tarifa de suprimento de energia (compra), praticada por Itaipu Binacional, de US\$ 22.60/kW e a tarifa de repasse (venda), US\$ 26,08/kW.

Notas Explicativas

O resultado da comercialização da energia elétrica da Itaipu Binacional, nos termos do Decreto 4.550, de 27 de dezembro de 2002, observadas as alterações introduzidas pelo Decreto 6.265, de 22 de novembro de 2007, tem a seguinte destinação:

1) se positivo, deverá ser destinado, mediante rateio proporcional ao consumo individual, a crédito de bônus nas contas de energia dos consumidores do Sistema Elétrico Nacional Interligado, integrantes das classes residencial e rural, com consumo mensal inferior a 350 kWh.

2) se negativo, é incorporado pela ANEEL no cálculo da tarifa de repasse de potência contratada no ano subsequente à formação do resultado.

Essa operação de comercialização não impacta o resultado da Companhia, sendo que nos termos da atual regulamentação o resultado positivo representa um direito incondicional de recebimento e se negativo uma obrigação efetiva.

No primeiro semestre de 2014, a atividade foi deficitária em R\$ 121.310 (R\$ 85.649 superavitária em 31 de dezembro de 2013), sendo a obrigação decorrente incluída como parte da rubrica de ativo financeiro.

b – Revisões Tarifárias Periódicas

As distribuidoras controladas pela Eletrobras passaram no exercício de 2013 pelo processo do Terceiro Ciclo de Revisão Tarifária-3RTP (3º Ciclo).

O processo de revisão tarifária tem como objetivo a reposição tarifária e a remuneração sobre os investimentos prudentes. Para o cálculo do reposicionamento tarifário, a ANEEL define: os custos operacionais eficientes, a partir da atualização dos custos operacionais definidos no último ciclo, os investimentos prudentes, que compõem a Base de Remuneração Regulatória, o nível de perdas regulatórias a serem repassadas aos consumidores e os custos não gerenciáveis.

Como resultado dessa revisão a ANEEL declarou o valor total da Base de Remuneração Regulatória – BRR para fins do 3º Ciclo de Revisão Tarifária para as distribuidoras da Companhia: Amazonas Energia - R\$ 1.461.655, Ceron - R\$ 374.753, Cepisa - R\$ 317.736, Eletronorte - R\$ 218.033, Ceal - R\$ 443.837 e Boa Vista - R\$ 142.272.

II - Ativo Financeiro – Concessão de serviço público de energia elétrica

A rubrica ativo financeiro - concessão, no montante de R\$ 22.185.202 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 21.453.174) refere-se ao ativo financeiro a realizar, detido pelas empresas do Sistema Eletrobras, sendo nas concessões de distribuição, apurado pela aplicação do modelo misto, e nas concessões de geração e transmissão pela aplicação do modelo financeiro, ambos previstos no ICPC 01 (IFRIC 12).

Notas Explicativas

**NOTA 18 – ATIVO INTANGÍVEL**

	CONSOLIDADO				
	SALDO EM 31/12/2013	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFERÊNCIAS CUSTO / SERVIÇO	SALDO EM 30/06/2014
Vinculados à Concessão - Geração	172.777	(15.539)	(6.180)	13.678	164.736
Em serviço	69.386	(16.105)	(4.412)	52.614	101.483
Ativo Intangível	503.573	124	(4.412)	60.405	559.690
Amortização acumulada	(405.854)	(16.229)	-	42.616	(379.467)
Obrigações especiais	(28.333)	-	-	-	(28.333)
Impairment	-	-	-	(50.407)	(50.407)
Em curso	103.391	566	(1.768)	(38.936)	63.253
Ativo Intangível	118.086	566	(1.768)	(38.936)	77.948
Obrigações especiais	(14.695)	-	-	-	(14.695)
Vinculados à Concessão - Distribuição	220.077	12.415	(16.035)	(55.165)	161.292
Em serviço	90.884	2.101	(4.785)	12.548	100.748
Ativo Intangível	1.478.117	-	(15.867)	(149.413)	1.312.837
Amortização acumulada	(1.061.958)	(68.052)	843	22.434	(1.106.733)
Obrigações especiais	(280.405)	17.265	10.239	123.023	(129.878)
Contrato de concessão oneroso	-	49.663	-	-	49.663
Impairment	(44.870)	3.225	-	16.504	(25.141)
Em curso	129.193	10.314	(11.250)	(67.713)	60.544
Ativo Intangível	154.296	11.290	(10.527)	5.680	160.739
Obrigações especiais	(22.693)	(865)	(723)	307	(23.974)
Impairment	(2.410)	(111)	-	(73.700)	(76.221)
Vinculados à Concessão - Transmissão	7.359	-	(3.793)	-	3.566
Em serviço	2.252	-	-	(11)	2.241
Ativo Intangível	2.552	-	-	(11)	2.541
Amortização acumulada	(300)	-	-	-	(300)
Em curso	5.107	-	(3.793)	11	1.325
Ativo Intangível	5.107	-	(3.793)	11	1.325
Não Vinculados à Concessão (Outros Intangíveis)	388.369	55.842	926	(61.003)	384.134
Administração					
Em serviço	637.973	61.114	-	10.243	709.330
Amortização acumulada	(342.318)	(29.504)	926	(17.752)	(388.648)
Impairment	-	-	-	(43.521)	(43.521)
Em curso	126.550	24.235	-	(9.959)	140.826
Outros	(33.836)	(3)	-	(14)	(33.853)
Total	788.582	52.718	(25.082)	(102.490)	713.728

Notas Explicativas



	CONSOLIDADO					SALDO EM 30/06/2013
	SALDO EM 31/12/2012	ADIÇÕES	BAIXAS	AMORTIZAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS CUSTO / SERVIÇO	
Vinculados à Concessão - Geração	118.949	2.897	(4.676)	(4.171)	1.750	114.749
Em serviço	55.299	-	-	(4.171)	10.114	61.242
Ativo Intangível	101.606	-	-	(314)	10.114	111.406
Amortização acumulada	(46.307)	-	-	(3.857)	-	(50.164)
Em curso	63.650	2.897	(4.676)	-	(8.364)	53.507
Ativo Intangível	63.650	2.897	(4.676)	-	(8.364)	53.507
Vinculados à Concessão - Distribuição	770.071	910	5.032	(51.811)	1.451	725.653
Em serviço	665.511	(32.903)	5.546	(51.811)	43.732	630.074
Ativo Intangível	2.547.969	156	(75.319)	-	45.679	2.518.485
Amortização acumulada	(1.243.884)	(41.122)	55.948	(71.284)	-	(1.300.342)
Obrigações especiais	(415.806)	-	24.917	18.349	(1.946)	(374.487)
Contrato de concessão oneroso	-	8.063	-	-	-	8.063
Impairment	(222.768)	-	-	1.124	-	(221.644)
Em curso	104.560	33.813	(514)	-	(42.281)	95.579
Ativo Intangível	228.691	37.363	(514)	-	(47.159)	218.382
Obrigações especiais	(40.205)	(3.550)	-	-	4.878	(38.877)
Impairment	(66.736)	-	-	-	-	(66.736)
Contrato de concessão oneroso	(17.190)	-	-	-	-	(17.190)
Vinculados à Concessão - Transmissão	-	789	-	-	-	789
Em serviço	-	-	-	-	719	719
Ativo Intangível	-	-	-	-	719	719
Em curso	-	789	-	-	(719)	70
Ativo Intangível	-	789	-	-	(719)	70
Não Vinculados à Concessão (Outros Intang)	315.543	15.760	(784)	(24.631)	(2.841)	303.049
Administração						
Em serviço	533.364	2.189	(2.547)	-	8.912	541.918
Amortização acumulada	(242.419)	(1.333)	1.763	(24.631)	-	(266.620)
Em curso	72.277	14.897	-	-	(11.753)	75.421
Outros	(47.679)	7	-	-	-	(47.670)
Total	1.204.563	20.357	(428)	(80.614)	360	1.144.240

O Ativo intangível é substancialmente amortizado durante o prazo de concessão.

NOTA 19 – VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS DE LONGO PRAZO

Quando apropriado, a Companhia estima o valor recuperável de seus ativos de longo prazo com base em valor em uso tendo em vista não haver mercado ativo para a infraestrutura vinculada à concessão. O valor em uso é avaliado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos. O fluxo de caixa é projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão. Quando identificada a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de ativos de longo prazo, esta provisão é reconhecida no resultado do período na rubrica Provisões Operacionais.

A Companhia não identificou no período indicativo para novo teste ou reversão de *impairment* e, portanto, manteve a mesma provisão reconhecida em dezembro de 2013.

Notas Explicativas

**NOTA 20 – FORNECEDORES**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
CIRCULANTE				
Bens, Materiais e Serviços	92.041	37.155	10.000.554	6.572.112
Energia Comprada para Revenda	327.721	305.623	1.210.233	882.008
CCEE - Energia de curto prazo	-	-	357.468	207.963
	<u>419.762</u>	<u>342.778</u>	<u>11.568.255</u>	<u>7.662.083</u>
NÃO CIRCULANTE				
Bens, Materiais e Serviços	-	-	197.610	185.235
Energia Comprada para Revenda	-	-	533.847	606.058
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>731.457</u>	<u>791.293</u>
	<u>419.762</u>	<u>342.778</u>	<u>12.299.712</u>	<u>8.453.376</u>

NOTA 21 – ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
CIRCULANTE				
Venda antecipada de energia - ALBRAS	-	-	52.813	48.910
Adiantamentos de clientes - PROINFA	468.503	462.672	468.503	462.672
	<u>468.503</u>	<u>462.672</u>	<u>521.316</u>	<u>511.582</u>
NÃO CIRCULANTE				
Venda antecipada de energia - ALBRAS	-	-	746.039	776.252
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>746.039</u>	<u>776.252</u>
TOTAL	<u>468.503</u>	<u>462.672</u>	<u>1.267.355</u>	<u>1.287.834</u>

I – ALBRÁS

A controlada Eletronorte celebrou venda de energia elétrica com a ALBRÁS, em 2004, para fornecimento por um período de 20 anos, sendo 750 MW médios/mês, até dezembro de 2006 e 800 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, tendo como parâmetro a tarifa de equilíbrio da UHE Tucuruí, acrescida de um prêmio, calculado em função da cotação do alumínio na *London Metal Exchange (LME)* - Inglaterra. Essa constituição de preço se constitui em um derivativo embutido (Vide Nota 42).

Com base nestas condições, a ALBRÁS, fez uma oferta de pré-compra de energia elétrica com pagamento antecipado, que se constitui em créditos de energia que serão amortizados durante o período de fornecimento, em parcelas fixas mensais expressas em MW médios, de acordo com a tarifa vigente no mês do faturamento, como detalhado a seguir:

Cliente	Datas do contrato		Volume em Megawatts Médios (MW)
	Inicial	Final	
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	750 até 31/12/2006 e 800 a partir de 01/01/2007 de 304 a 328 de 353,08 a 492
Alcoa	01/07/2004	31/03/2014	
BHP	01/07/2004	31/12/2024	

Notas Explicativas



Notas Explicativas**II - PROINFA**

O PROINFA, instituído pela Lei 10.438/2002, e suas alterações, tem como objetivo a diversificação da matriz energética brasileira com a utilização de fontes renováveis de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis.

A Companhia assegura a compra da energia elétrica produzida, pelo período de 20 anos, contados a partir de 2006, e repassa esta energia às concessionárias de distribuição, consumidores livres e autoprodutores, excluídos os consumidores de baixa renda, na proporção de seus consumos.

As concessionárias de distribuição e de transmissão pagam à Companhia o valor de energia em quotas, equivalente ao custo correspondente à participação dos consumidores cativos, dos consumidores livres e dos autoprodutores conectados às suas instalações, em duodécimos, no mês anterior ao de competência do consumo da energia.

As operações relativas à compra e venda de energia no âmbito do PROINFA não afetam o resultado da Companhia.

NOTA 22 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS**I) Reserva Global de Reversão (RGR)**

A Companhia é autorizada a sacar recursos da RGR, aplicando-os na concessão de financiamentos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, melhoria do serviço e na realização dos programas do Governo Federal.

Desta forma, a Companhia toma recursos junto à RGR, reconhecendo uma dívida para com este Fundo, e aplica em projetos específicos de investimento, por ela financiados, que tenham por objetivo:

- a) expansão dos serviços de distribuição de energia elétrica;
- b) incentivo às fontes alternativas de energia elétrica;
- c) estudos de inventário e viabilidade de aproveitamento de potenciais hidráulicos;
- d) implantação de centrais geradoras de potência até 5.000 kW, destinadas exclusivamente ao serviço público em comunidades populacionais atendidas por sistema elétrico isolado;
- e) iluminação pública eficiente;
- f) conservação de energia elétrica através da melhoria da qualidade de produtos e serviços;
- g) universalização de acesso à energia elétrica.

Notas Explicativas



A Eletrobras remunera os recursos sacados da RGR e utilizados na concessão de financiamentos às empresas do setor elétrico brasileiro, com juros de 5% ao ano. Em 30 de junho de 2014, o saldo dos recursos sacados junto ao fundo, totaliza R\$ 7.916.922 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 8.401.683), incluídos na rubrica Financiamentos e empréstimos, do passivo.

Os recursos que compõem o Fundo RGR não fazem parte destas demonstrações, constituindo-se em entidade distinta da Companhia.

Composição dos empréstimos e financiamentos:

	30/06/2014							
	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	
	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Moeda Estrangeira								
Instituições financeiras								
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	4,40%	1.733	40.980	122.940	4,40%	1.869	40.980	372.777
Corporación Andino de Fomento - CAF	2,51%	7.543	634.269	1.195.216	2,51%	7.543	634.269	1.195.216
Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW	3,86%	-	-	178.614	3,86%	-	-	178.614
Eximbank	2,15%	890	47.743	143.222	2,15%	890	47.743	143.222
BNP Paribas	1,53%	196	76.276	527.559	1,53%	196	76.276	527.559
Outras		1.156	2.731	125.598		1.155	2.732	125.598
		11.518	801.999	2.293.149		11.653	802.000	2.542.986
Bônus								
Vencimento 30/11/2015	7,75%	5.039	-	660.750	7,75%	5.039	-	660.750
Vencimento 30/07/2019	6,87%	72.589	-	2.202.500	6,87%	72.589	-	2.202.500
Vencimento 27/10/2021	5,75%	45.029	-	3.854.375	5,75%	45.029	-	3.854.375
		122.657	-	6.717.625		122.657	-	6.717.625
Outros								
MORGAN		-	-	-		394	368	6.558
LLOYDS		-	-	-		-	-	1.047
		-	-	-		394	368	7.605
		134.175	801.999	9.010.774		134.704	802.368	9.268.216
Moeda Nacional								
Reserva Global de Reversão		-	-	7.916.922		-	-	7.916.922
Outras Instituições Financeiras		-	-	-		11.173	75.471	945.328
Banco do Brasil		-	-	-		45.134	86.770	2.233.282
Caixa Econômica Federal		-	-	-		73.828	765.551	2.221.450
BNDES		232.405	500.000	2.000.000		248.792	870.417	7.068.586
		232.405	500.000	9.916.922		378.927	1.798.209	20.385.568
		366.580	1.301.999	18.927.696		513.631	2.600.577	29.653.784

Notas Explicativas



	31/12/2013							
	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	
	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Moeda Estrangeira								
Instituições financeiras								
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	4,40%	2.093	43.586	152.553	4,40%	2.222	43.586	395.070
Corporación Andino de Fomento - CAF	2,51%	10.280	526.593	1.608.550	2,51%	10.280	526.593	1.608.550
Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW	3,86%	15	-	191.143	3,86%	15	-	191.143
Eximbank	2,15%	1.040	49.016	171.550	2,15%	1.040	49.016	171.550
BNP Paribas	1,53%	251	81.128	601.680	1,53%	251	81.128	601.680
Outras		583	2.371	101.817		652	3.553	106.813
		14.262	702.694	2.827.293		14.460	703.876	3.074.806
Bônus								
Vencimento 30/11/2015	7,75%	5.360	-	702.780	7,75%	5.360	-	702.780
Vencimento 30/07/2019	6,87%	78.740	-	2.342.600	6,87%	78.740	-	2.342.600
Vencimento 27/10/2021	5,75%	48.641	-	4.099.550	5,75%	48.641	-	4.099.550
		132.741	-	7.144.930		132.741	-	7.144.930
Outros								
Tesouro Nacional - ITAIPU		-	-	-		8	464	-
MORGAN		-	-	-		428	400	7.163
LLOYDS		-	-	-		-	22	1.115
		-	-	-		436	886	8.278
		147.003	702.694	9.972.223		147.637	704.762	10.228.014
Moeda Nacional								
Reserva Global de Reversão		-	-	8.401.683		-	-	8.401.683
Outras Instituições Financeiras		-	-	-		13.251	100.170	1.078.525
Banco do Brasil		-	-	-		19.797	24.883	1.904.708
Caixa Econômica Federal		-	-	-		42.655	205.298	2.185.315
BNDES		99.404	250.000	2.250.000		118.286	593.027	6.708.276
		99.404	250.000	10.651.683		193.989	923.378	20.278.507
		246.407	952.694	20.623.906		341.626	1.628.140	30.506.521

a) As dívidas são garantidas pela União e/ou pela Eletrobras, estão sujeitos a encargos, cuja taxa média em 2014 é de 6,73% a.a (5,91% a.a. em 2013), e possuem o seguinte perfil:

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	30/06/2014		31/12/2013		30/06/2014		31/12/2013	
	Saldo em milhares de reais	%	Saldo em milhares de reais	%	Saldo em milhares de reais	%	Saldo em milhares de reais	%
Moeda estrangeira								
USD não indexado	7.005.935	34%	7.475.916	34%	7.014.302	21%	7.485.043	23%
USD com LIBOR	2.570.545	12%	2.933.253	13%	2.820.518	9%	3.175.899	10%
EURO	178.614	1%	191.146	1%	178.614	1%	191.146	1%
IENE	191.855	1%	221.606	1%	191.855	1%	221.606	1%
Outros	-	0%	-	0%	-	0%	6.719	0%
Subtotal	9.946.948	48%	10.821.921	50%	10.205.288	31%	11.080.413	34%
Moeda nacional								
CDI	-	0%	-	0%	4.645.024	14%	3.787.920	12%
TJLP	-	0%	-	0%	5.541.773	17%	4.977.824	15%
SELIC	2.732.405	13%	2.599.404	12%	2.732.405	8%	2.599.404	8%
Outros	-	0%	-	0%	15.502	0%	10.166	0%
Subtotal	2.732.405	13%	2.599.404	12%	12.934.704	39%	11.375.314	35%
Não Indexado	7.916.922	38%	8.401.683	38%	9.628.000	29%	10.020.560	31%
Total	20.596.275	100%	21.823.008	100%	32.767.992	100%	32.476.287	100%

Notas Explicativas

b) A parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos tem seu vencimento assim programado:

	2015	2016	2017	2018	Após 2018	Total
Controladora	1.324.617	1.123.242	1.110.963	824.538	14.544.337	18.927.696
Consolidado	1.713.683	1.934.389	2.304.958	2.940.014	20.760.741	29.653.784

c) Em 30 de setembro de 2013, foi assinado o contrato de empréstimo ponte nº 0418.626-06/2013 entre a Caixa Econômica Federal e a ELETRONUCLEAR, com garantia da ELETROBRAS, no valor de R\$ 1 bilhão, destinado a aquisição de materiais, equipamentos importados e serviços estrangeiros para a construção da usina Angra 3, tendo sido sacado um montante de R\$ 760.000 até 30 de junho de 2014 (R\$ 200.000 até 31 de dezembro de 2013).

d) Neste semestre a controlada Chesf captou um empréstimo junto a Caixa Econômica Federal, visando constituição de capital de giro. Este contrato tem um prazo de 60 meses, com juros de 115% do CDI e amortização em 08 (oito) parcelas semestrais com carência de 12 (doze) meses para a primeira, a contar da concessão do empréstimo. Os encargos serão pagos trimestralmente. São motivos de vencimento antecipado da dívida e imediata execução do título, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, além dos casos previstos em lei: infringência de qualquer obrigação contratual;

II – Operação de arrendamento financeiro:

O valor nominal utilizado no cálculo dos ativos e passivos originados pelos referidos contratos foi encontrado tomando como referência o valor fixado para a contratação de potencia mensal contratada, multiplicada pela capacidade instalada (60 a 65 MW) e pela quantidade de meses de vigência do contrato.

A conciliação entre o total dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento financeiro da Companhia e o seu valor presente, esta demonstradas no quadro abaixo:

	CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013
Menos de um ano	339.872	321.758
Mais de um ano e menos de cinco anos	1.699.363	1.608.784
Mais de cinco anos	1.671.040	1.742.850
Encargos de financiamentos futuros sobre os arrendamentos financeiros	93.821	209.509
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento	3.804.096	3.882.901
Ajuste a valor presente	(1.714.248)	(1.809.677)
Total de pagamentos mínimos de arrendamento financeiros	2.089.848	2.073.224
Menos de um ano	191.436	181.596
Mais de um ano e menos de cinco anos	957.182	907.981
Mais de cinco anos	941.230	983.647
Valor presente dos pagamentos	2.089.848	2.073.224

III – GARANTIAS

Notas Explicativas

A Companhia participa na qualidade de interveniente garantidora de diversos empreendimentos cujos montantes garantidos, projeções e valores já pagos estão demonstrados nos quadros abaixo.

Notas Explicativas



Empresa	Empreendimento		Banco Financiador	Modalidade	Participação da Controladora	Valor do Financiamento*	Saldo Devedor em 30/06/2014	Saldo Garantidor Eletrobras	Projeção de Saldo Devedor - Fim do Exercício			Saldo a Desembolsar	Termo da Garantia
									2014	2015	2016		
Eletrobras	Norte Energia		BNDES	SPE	15,00%	2.025.000	1.198.152	11.982	1.238.544	1.323.024	1.413.337	228.931	15/01/2042
Eletrobras	Norte Energia		CEF	SPE	15,00%	1.050.000	626.215	6.262	649.860	699.574	753.092	118.705	15/01/2042
Eletrobras	Norte Energia		BTG Pactual	SPE	15,00%	300.000	178.919	1.789	185.674	199.878	215.169	33.916	15/01/2042
Eletrobras	Norte Energia		Garantia de Fiel Cumpr. Contrato	SPE	15,00%	156.915	125.532	1.255	125.532	109.841	109.841	-	30/04/2019
Eletrosul	ESBR		BNDES	SPE	20,00%	1.909.000	2.164.566	21.646	2.262.234	2.239.807	2.209.339	-	15/01/2034
Eletrosul	Cerro Chato I, II e III		Banco do Brasil	SPE	100,00%	223.419	170.258	1.703	156.302	128.308	100.313	-	15/07/2026
Eletrosul	RS Energia		BNDES	SPE	100,00%	126.221	82.768	828	76.889	65.060	53.231	-	15/06/2021
Eletrosul	Artemis Transmissora de Energia		BNDES	SPE	100,00%	170.029	61.407	614	54.116	39.478	24.839	-	15/10/2018
Eletrosul	Norte Brasil Transmissora		BNDES	SPE	24,50%	257.250	266.593	2.666	315.862	303.809	290.154	-	15/01/2029
Eletrosul	Norte Brasil Transmissora		Debêntures	SPE	24,50%	49.000	53.897	539	52.248	54.861	57.604	-	15/01/2029
Eletrosul	Porto Velho Transmissora de Energia		BNDES	SPE	100,00%	283.411	271.202	2.712	267.813	248.371	228.925	-	15/08/2028
Eletrosul	UHE Mauá		BNDES	SPE	49,00%	182.417	166.621	1.666	160.546	148.275	136.004	-	15/01/2028
Eletrosul	UHE Mauá		BNDES/Banco do Brasil	SPE	49,00%	182.417	166.672	1.667	160.599	148.323	136.048	-	15/01/2028
Eletrosul	UHE Passo de São João		BNDES	Corporativo	100,00%	183.330	158.208	1.582	151.718	138.620	125.522	-	15/07/2026
Eletrosul	SC Energia		BNDES/Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	50.000	21.496	215	19.319	14.965	10.603	-	15/05/2019
Eletrosul	SC Energia		BNDES/BDRE	Corporativo	100,00%	50.000	21.457	215	19.285	14.918	10.552	-	15/05/2019
Eletrosul	SC Energia		BNDES	Corporativo	100,00%	103.180	43.417	434	39.020	30.186	21.351	-	15/05/2019
Eletrosul	SC Energia		BNDES	Corporativo	100,00%	67.017	38.333	383	35.507	29.826	24.145	-	15/03/2021
Eletrosul	UHE São Domingos		BNDES	Corporativo	100,00%	207.000	207.116	2.071	199.792	184.992	170.193	-	15/06/2028
Eletrosul	RS Energia		BNDES	SPE	100,00%	41.898	35.261	353	33.891	31.124	28.358	-	15/03/2027
Eletrosul	RS Energia		BNDES	SPE	100,00%	9.413	9.292	93	8.943	8.237	7.531	-	15/08/2027
Eletrosul	RS Energia		BNDES	SPE	100,00%	12.000	7.639	76	7.352	6.771	6.191	-	15/08/2027
Eletrosul	UHE Passo de São João		BNDES	Corporativo	100,00%	14.750	13.075	131	12.539	11.456	10.374	-	15/07/2026
Eletrosul	Projetos Corporativos		Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	250.000	251.055	2.511	251.055	223.160	195.265	-	15/11/2023
Eletrosul	UHE Teles Pires**		BNDES LP	SPE	24,50%	296.940	492.486	4.925	-	-	-	57.649	15/02/2036
Eletrosul	UHE Teles Pires**		BNDES/ BB	SPE	24,50%	294.000	-	-	-	-	-	54.709	15/02/2036
Eletrosul	UHE Teles Pires**		FI-FGTS	SPE	24,50%	160.680	190.446	1.904	173.037	162.540	152.044	-	31/05/2032
Eletrosul	Livramento Holding		BNDES	SPE	24,50%	91.943	81.181	812	78.433	73.373	68.313	-	15/06/2030
Eletrosul	Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.		BNDES	SPE	80,00%	208.116	212.853	2.129	207.238	191.981	176.724	-	15/07/2028
Eletrosul	Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.		BNDES	SPE	49,00%	17.846	14.835	148	18.466	17.330	16.194	-	01/11/2022
Eletrosul	Santa Vitória do Palmar Holding S.A.		BNDES	SPE	49,00%	198.048	261.655	2.617	269.790	269.149	251.785	-	15/04/2016
Eletrosul	Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.		NP Banrisul	SPE	51,00%	153.000	162.024	1.620	-	-	-	-	12/07/2014
Eletronorte	São Luis II e III		BNDES	Corporativo	100,00%	13.653	10.158	102	9.671	8.695	7.720	-	15/11/2024
Eletronorte	Miranda II		BNDES	Corporativo	100,00%	47.531	29.209	292	27.320	23.541	19.762	-	15/11/2024
Eletronorte	Ribeiro Gonç./Balsas		BNB	Corporativo	100,00%	70.000	66.111	661	64.167	60.278	56.389	-	03/06/2031
Eletronorte	Lechuga/J. Teixeira		BASA	Corporativo	100,00%	25.720	23.607	236	22.798	21.179	19.560	-	10/01/2029
Eletronorte	UHE Tucuruí		BNDES	Corporativo	100,00%	931.000	228.913	2.289	178.043	76.304	-	-	15/09/2016
Eletronorte	Substation Nobres		BNDES	Corporativo	100,00%	10.000	-	-	-	-	-	10.000	15/03/2028
Eletronorte	Subestação Miramar/Tucuruí		BNDES	Corporativo	100,00%	31.000	-	-	-	-	-	31.000	15/08/2028
Eletronorte	Ampliação da Subestação Lexuga		BNDES	Corporativo	100,00%	35.011	-	-	-	-	-	35.011	15/10/2028
Eletronorte	Norte Brasil Transmissora		BNDES	SPE	24,50%	257.250	266.593	2.666	315.862	303.809	290.154	-	15/01/2029
Eletronorte	Norte Brasil Transmissora		Debêntures	SPE	24,50%	49.000	53.897	539	52.248	54.861	57.604	-	15/01/2029
Eletronorte	Linha Verde Transmissora		BTG Pactual	SPE	49,00%	57.820	58.606	586	-	-	-	-	31/04/2014
Eletronorte	Linha Verde Transmissora		BASA	SPE	49,00%	90.650	71.381	714	96.773	105.483	112.867	-	10/11/2032
Eletronorte	Manaus Transmissora		BASA	SPE	30,00%	61.250	96.423	964	101.236	108.604	93.207	-	10/07/2030
Eletronorte	Manaus Transmissora		BASA	SPE	30,00%	36.750	48.846	488	48.626	48.557	41.673	-	15/06/2032
Eletronorte	Manaus Transmissora		BNDES	SPE	30,00%	98.000	117.685	1.177	111.043	101.634	87.225	-	31/12/2026
Eletronorte	Estação Transmissora de Energia		BNDES	SPE	100,00%	505.477	489.667	4.897	472.684	438.719	404.753	-	30/11/2028
Eletronorte	Estação Transmissora de Energia		BASA	SPE	100,00%	221.789	246.904	2.469	239.677	225.225	210.772	-	30/07/2031
Eletronorte	Estação Transmissora de Energia		BASA	SPE	100,00%	221.789	222.985	2.230	223.151	223.344	222.577	-	15/10/2030
Eletronorte	Rio Branco Transmissora		BNDES	SPE	100,00%	138.000	133.653	1.337	128.412	117.929	107.447	-	15/03/2027
Eletronorte	Transmissora Matogrossense Energia		BASA	SPE	49,00%	39.200	39.819	398	39.819	39.819	36.975	-	01/02/2029
Eletronorte	Transmissora Matogrossense Energia		BNDES	SPE	49,00%	42.777	36.528	365	35.012	31.945	28.878	-	15/05/2026
Eletronorte	Norte Energia		BNDES	SPE	19,98%	2.697.300	1.595.938	15.959	1.649.741	1.762.268	1.882.565	304.936	15/01/2042
Eletronorte	Norte Energia		CEF	SPE	19,98%	1.398.600	834.119	8.341	865.613	931.833	1.003.118	158.115	15/01/2042
Eletronorte	Norte Energia		BTG Pactual	SPE	19,98%	399.600	238.320	2.383	247.318	266.238	286.605	45.176	15/01/2042
Eletronorte	Rei dos Ventos 1 Eolo		Votorantin	SPE	24,50%	30.851	31.294	313	30.270	28.229	26.188	-	15/10/2029
Eletronorte	Brasventos Miasaba 3		Votorantin	SPE	24,50%	30.984	31.508	315	30.476	28.422	26.367	-	16/10/2029
Eletronorte	Rei dos Ventos 3		Votorantin	SPE	24,50%	32.533	32.981	330	31.901	29.751	27.600	-	17/10/2029
Eletronorte	Transnorte		Itau BBA	SPE	49,00%	88.200	90.650	907	96.061	-	-	-	29/05/2015
Eletronuclear	Angra III		BNDES	Corporativo	100,00%	6.146.256	2.260.555	22.606	3.337.135	6.769.461	6.906.711	-	15/06/2036
Eletronuclear	Angra III		CX. ECONÔMICA	Corporativo	100,00%	1.000.000	760.813	7.608	-	-	-	-	30/05/2014
Chesf	ESBR		BNDES	SPE	20,00%	1.909.000	2.164.566	21.646	2.262.234	2.239.807	2.209.339	-	15/01/2034
Chesf	Manaus Transmissora		BASA	SPE	19,50%	39.813	62.675	627	65.804	70.593	60.585	-	10/07/2030
Chesf	Manaus Transmissora		BASA	SPE	19,50%	23.888	31.750	317	31.607	31.562	27.087	-	15/06/2032
Chesf	Manaus Transmissora		BNDES	SPE	19,50%	63.700	76.495	765	72.178	66.062	56.696	-	31/12/2026
Chesf	Norte Energia		BNDES	SPE	15,00%	2.025.000	1.198.152	11.982	1.238.544	1.323.024	1.413.337	228.931	15/01/2042
Chesf	Norte Energia		CEF	SPE	15,00%	1.050.000	626.215	6.262	649.860	699.574	753.092	118.705	15/01/2042
Chesf	Norte Energia		BTG Pactual	SPE	15,00%	300.000	178.919	1.789	185.674	199.878	215.169	33.916	15/01/2042
Chesf	IE Madeira		BASA FNO	SPE	24,50%	65.415	70.576	706	72.310	75.897	77.193	-	30/06/2016
Chesf	IE Madeira		BNDES	SPE	24,50%	455.504	437.739	4.377	421.602	389.970	358.338	-	30/06/2016
Chesf	IE Madeira		Debêntures	SPE	24,50%	85.750	96.645	966	101.471	110.121	115.411	-	18/03/2025
Chesf	TDG		BNB	SPE	49,90%	29.764	29.283	293	29.879	28.997	27.821	-	01

Notas Explicativas

A Companhia registrou na rubrica provisões operacionais no passivo não circulante o valor justo referente aos montantes garantidos pela Companhia sobre recursos já liberados pelos bancos financiadores. A provisão é efetuada com base no valor justo da garantia da Eletrobras, conforme demonstrado abaixo:

Valor Provisionado:

Garantia devida em 31/12/2013	272.795
Movimentação 1º semestre 2014	41.136
Garantia devida em 30/06/2014	313.931

Informações detalhadas sobre os principais investimentos estão divulgadas na nota explicativa 22 item III das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

NOTA 23 – DEBÊNTURES

Referem-se a debêntures não conversíveis emitidas pela controlada Eletronorte no valor de R\$ 222.985 (R\$ 218.682 em 31 de dezembro de 2013), remuneradas pela variação da TJLP acrescida de 0,15% ao ano, com vencimento em 10 de julho 2031.

NOTA 24 - EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

O Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, instituído pela Lei 4.156/1962 com o objetivo de gerar recursos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, foi extinto pela Lei 7.181, de 20 de dezembro de 1983, que fixou a data de 31 de dezembro de 1993 como o prazo final de arrecadação.

Na primeira fase desse Empréstimo Compulsório, encerrada com o advento do Decreto-Lei 1.512/1976, a cobrança do tributo alcançou diversas classes de consumidores de energia, e os créditos dos contribuintes foram representados por Obrigações ao Portador emitidas pela Companhia.

No segundo momento, iniciado com as disposições contidas no referido Decreto-Lei, o Empréstimo Compulsório em questão passou a ser cobrado somente de indústrias com consumo mensal de energia superior a 2.000 kwh, e os créditos dos contribuintes deixaram de ser representados por títulos, passando a ser simplesmente escriturados pela Companhia.

O saldo do Empréstimo Compulsório remanescente, após a 4ª conversão em ações, ocorrida em 30 de abril de 2008, relativa aos créditos constituídos de 1988 a 2004, estão registrados no passivo circulante e não circulante, vencíveis a partir de 2008, e remunerados à taxa de 6% ao ano, acrescidos de atualização monetária com base na variação do IPCA-E, e correspondem, em 30 de junho de 2014, a R\$ 470.777 (31 de dezembro de 2013- R\$ 366.840), dos quais R\$ 411.488 no não circulante (31 de dezembro de 2013 - R\$ 358.905).

Notas Explicativas**I - Obrigações ao Portador emitidas pela Companhia**

As Obrigações ao Portador, emitidas em decorrência do Empréstimo Compulsório, não constituem títulos mobiliários, não são negociáveis em Bolsa de Valores, não têm cotação e são inexigíveis. Desta forma, a Administração da Companhia esclarece que a Companhia não possui debêntures em circulação.

A emissão desses títulos decorreu de uma imposição legal e não de uma decisão empresarial da Companhia. Do mesmo modo, sua tomada pelos obrigacionistas não emanou de um ato de vontade, mas de um dever legal, por força da Lei 4.156/1962.

A CVM, em decisão de seu Colegiado proferida no processo administrativo CVM RJ 2005/7230, movido por detentores das mencionadas obrigações, afirma textualmente que "as obrigações emitidas pela Companhia em decorrência da Lei 4.156/1962 não podem ser consideradas como valores mobiliários".

Entendeu ainda a CVM que não há qualquer irregularidade nos procedimentos adotados pela Companhia em suas Demonstrações Financeiras, no que se referem às citadas obrigações, tampouco na divulgação quanto à existência de ações judiciais.

A inexigibilidade dessas Obrigações ao Portador foi reforçada por decisões do Superior Tribunal de Justiça, que corroboram o entendimento de que esses títulos estão prescritos e que não se prestam para garantir execuções fiscais.

Portanto, as Obrigações ao Portador emitidas na primeira fase desse empréstimo compulsório, tal como decidido pela CVM, não se confundem com debêntures. Além disso, por força do disposto no artigo 4º, § 11 da Lei 4.156/1962 e no artigo 1º do Decreto 20.910/1932, são inexigíveis, condição confirmada no Informativo 344 do Superior Tribunal de Justiça - STJ, de onde consta que essas Obrigações não podem ser utilizadas como garantia de execuções fiscais, por não terem liquidez e não serem debêntures.

Desta forma, o passivo relativo ao Empréstimo Compulsório refere-se aos créditos residuais, constituídos de 1988 a 1994, dos consumidores industriais com consumo superior a 2.000 kW/h, referentes à segunda fase desse Empréstimo Compulsório, bem como aos juros não reclamados relativos a esses créditos, conforme demonstrado:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013
CIRCULANTE		
Juros a Pagar	59.289	7.935
NÃO CIRCULANTE		
Créditos arrecadados	411.488	358.905
TOTAL	470.777	366.840

Notas Explicativas

**NOTA 25 - CONTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEL - CCC**

A Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), criada pelo Decreto 73.102, de 7 de novembro de 1973, tem a finalidade aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoeleétrica, especialmente na Região Norte do país.

Nos termos da Lei 8.631, de 04 de março de 1993, a Companhia administra os valores relativos aos recolhimentos efetuados pelos concessionários do serviço público de energia elétrica, para crédito na Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, correspondentes às quotas anuais destinadas aos dispêndios com combustíveis para geração de energia elétrica. Os valores registrados no ativo circulante, em contrapartida ao passivo circulante, correspondem às disponibilidades de recursos, mantidos em caixa restrito, e às quotas não quitadas pelas concessionárias.

Conta Consumo de Combustíveis - CCC

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013
Ativo Circulante	1.123.834	1.275.334
Ativo não Circulante	8.141	16.275
Total	1.131.975	1.291.609
Passivo Circulante	834.624	941.285
Passivo não Circulante	465.471	455.455
Total	1.300.095	1.396.740

A promulgação da Lei 12.783/2013 extinguiu a obrigatoriedade de contribuição deste encargo para os concessionários do serviço público de energia elétrica.

Notas Explicativas

**NOTA 26 – TRIBUTOS A RECOLHER E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - PASSIVO**

a) Tributos a recolher

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Passivo circulante:				
Tributos Retidos na Fonte (IRRF)	16.892	19.009	157.724	120.871
PASEP e COFINS	8.837	30.178	161.898	174.842
ICMS	7	-	151.689	117.685
PAES / REFIS	-	-	174.766	163.218
INSS/FGTS	-	-	92.159	113.483
Outros	-	-	81.754	149.327
Total	25.736	49.187	819.990	839.426

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Passivo não circulante:				
Tributos Retidos na Fonte (IRRF)	-	-	4.436	-
PASEP e COFINS	-	-	53.367	30.131
ICMS	-	-	13.647	14.575
PAES / REFIS	-	-	804.584	825.472
INSS/FGTS	-	-	17.232	18.656
Outros	-	-	3.531	4.116
Total	-	-	896.797	892.950

b) Imposto de renda e contribuição social

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Passivo circulante:				
Imposto de Renda corrente	-	-	114.564	11.457
Contribuição Social corrente	-	-	35.132	3.805
	-	-	149.696	15.262
Passivo não circulante:				
IRPJ/CSLL diferidos	83.710	342.236	124.800	533.713

Notas Explicativas



c) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	CONTROLADORA					
	01/04/2014 à 30/06/2014		01/01/2014 à 30/06/2014		01/01/2013 à 30/06/2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	(146.561)	(146.561)	881.279	881.279	193.038	193.038
Total do IRPJ e CSLL calculado às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	36.640	13.190	(220.320)	(79.315)	(48.260)	(17.373)
Efeitos de adições e exclusões:						
Receita de Dividendos	10.774	3.879	11.538	4.154	9.967	3.588
Equivalência patrimonial	148.963	53.627	530.208	190.875	207.764	74.795
Provisão p/ Redução ao Valor de Mercado	-	-	(27.713)	(9.977)	(188.443)	(67.839)
Impostos diferidos não reconhecidos/baixados	(136.784)	(48.880)	(261.735)	(94.225)	-	-
Doações	(5.647)	(2.034)	(17.518)	(6.307)	-	-
Demais adições e exclusões	(23.374)	(8.416)	(14.459)	(5.206)	(28.618)	(10.503)
Total da receita (despesa) de IRPJ e CSLL	30.571	11.366	-	-	(47.590)	(17.332)
Alíquota efetiva	20,86%	7,76%	-	-	24,65%	8,98%

	CONSOLIDADO					
	01/04/2014 à 30/06/2014		01/01/2014 à 30/06/2014		01/01/2013 à 30/06/2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	72.298	72.298	1.370.028	1.370.028	48.285	48.285
Total do IRPJ e CSLL calculado às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(18.075)	(6.507)	(342.507)	(123.303)	(12.071)	(4.346)
Efeitos de adições e exclusões:						
Receita de Dividendos	11.516	4.146	12.280	4.421	9.967	3.588
Equivalência patrimonial	9.021	3.247	32.161	11.578	50.828	18.298
Provisão p/ Redução ao Valor de Mercado	-	-	(27.713)	(9.977)	-	-
Impostos diferidos não reconhecidos/baixados	(313.413)	(113.060)	(379.961)	(158.405)	-	-
Compensação de Prejuízo Fiscal	(25.081)	(12.815)	78.623	24.517	-	-
Incentivos Fiscais	45.662	(27)	214.344	(27)	-	-
Demais adições e exclusões	181.642	61.454	148.708	38.194	27.088	(6.771)
Total da receita (despesa) de IRPJ e CSLL	(108.728)	(63.562)	(264.065)	(213.002)	75.812	10.769
Alíquota efetiva	150,39%	87,92%	19,27%	15,55%	157,01%	22,30%

d) Incentivos Fiscais - SUDENE

A Medida Provisória 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, alterada pela Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005, possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura considerado, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimento em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

Sobre os contratos de concessões nº 006/2004 da geração e nº 061/2001 da transmissão (ambos assinados pela CHESF), o direito ao incentivo da redução de 75% do imposto de renda abrange os anos de 2008 a 2017. Para os contratos da transmissão números 008/2005 e 007/2005 o direito ao incentivo da redução foi concedido para o período de 2011 a 2020. Para os contratos com incentivo fiscal a alíquota do imposto de renda de 25% passa a ser de 6,25%.

Notas Explicativas**e) Parcelamento Especial - PAES**

As controladas Furnas, Eletrosul, Eletroacre e Distribuição Alagoas optaram pelo refinanciamento de débitos tributários. O prazo de financiamento é limitado a 180 meses e o saldo devedor é corrigido pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP e SELIC.

f) Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) – Lei 12.865/2013

Furnas, em 30 de dezembro de 2013, optou pelo REFIS, referente aos processos de PASEP, COFINS e PASEP/COFINS. O saldo em 30 de junho de 2014 é de R\$ 424.237 (R\$ 420.197 em 31 de dezembro de 2013).

NOTA 27 – ENCARGOS SETORIAIS

	CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013
PASSIVO CIRCULANTE		
Quota RGR	270.531	273.705
Quota CDE	5.961	1.661
Quota PROINFA	24.521	22.181
Compensação pelo Uso de Recursos Hídricos	84.374	78.494
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	5.140	3.789
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	318.353	297.131
Programa de Eficiência Energética - PEE	30.585	32.900
Outros	3.354	5.001
	<u>742.819</u>	<u>714.862</u>
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Quota RGR	32.376	32.376
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	322.681	300.586
Programa de Eficiência Energética - PEE	48.053	43.020
	<u>403.110</u>	<u>375.982</u>
TOTAL	<u>1.145.929</u>	<u>1.090.844</u>

As explicações sobre a natureza dos principais encargos setoriais estão divulgadas na nota explicativa 27 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

NOTA 28 - REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

	CONTROLADORA	
	30/06/2014	31/12/2013
Circulante		
JCP exercício	-	433.962
Dividendos não reclamados	79.795	85.521
Dividendos retidos exercícios anteriores	5.931	5.981
	<u>85.726</u>	<u>525.464</u>

O estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima

Notas Explicativas

para as ações preferenciais das classes A e B, de 8% e 6%, respectivamente, do valor nominal do capital social relativo a essas espécies e classes de ações, prevendo a possibilidade de pagamento de juros sobre capital próprio.

I – Dividendos Não Reclamados

O saldo da remuneração aos acionistas, demonstrado no passivo circulante, contém a parcela de R\$ 79.795 (R\$ 85.521 em 31 de dezembro de 2013), referente a remunerações não reclamadas dos exercícios de 2010, 2011 e 2012. A remuneração relativa ao exercício de 2009 e anteriores, está prescrita, nos termos do Estatuto da Companhia.

NOTA 29 – BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS**29.1 Benefício pós-emprego**

As empresas do Sistema Eletrobras patrocinam planos de previdência aos seus empregados, bem como planos de assistência médica e seguro de vida pós-emprego em determinados casos. Esses benefícios são classificados como benefícios definidos (BD) e de contribuição definida (CD).

Devido à estrutura descentralizada do Sistema Eletrobras, cada segmento patrocina seu próprio pacote de benefícios a empregados. De forma geral, o Grupo oferece aos seus atuais e futuros aposentados e aos seus dependentes benefícios do tipo previdenciário, de assistência à saúde e seguro de vida pós-emprego, conforme apresentado na tabela a seguir:

Tipos de benefícios pós-emprego patrocinados pelas empresas do Sistema Eletrobras					
Empresa	Planos de benefícios previdenciários			Outros benefícios pós-	
	Plano BD	Plano Saldado	Plano CD	Seguro de Vida	Plano de Saúde
Eletrobras	X		X	X	
Amazonas	X		X		
Boa Vista	X		X		X
Ceal	X		X		X
Cepisa	X		X		
Ceron			X		
CGTEE	X				
Chesf	X	X	X	X	
Eletroacre			X		
Eletronorte	X		X	X	X
Eletronuclear	X				X
Eletrosul	X		X		X
Furnas	X		X	X	X

A Companhia e suas controladas avaliam seus passivos atuariais anualmente e consequentemente, os valores apresentados no balanço patrimonial podem sofrer alteração em razão da avaliação que será realizada para a data base de 31 de dezembro de 2014.

Maiores informações sobre os planos de benefícios pós emprego estão divulgadas na nota 30 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

Notas Explicativas**29.2 Plano de Incentivo ao Desligamento – PID**

A controlada Eletronuclear instituiu em fevereiro de 2014 o Plano de Sucessão Programada dos Empregados – PSPE, conforme aprovado na 282ª reunião do conselho de Administração da controlada, de 19/12/2012, com o início das adesões para março de 2014 e término em abril de 2014. Os desligamentos ocorrerão de agosto de 2014 a dezembro de 2015.

A controlada reconheceu no passivo uma provisão para cobrir os custos totais com o programa no valor de R\$ 358.401, sendo R\$ 234.873 no passivo circulante e R\$ 123.528 no passivo não circulante, em contra partida à rubrica de Plano de readequação do quadro de pessoal no resultado do exercício.

NOTA 30 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas trabalhista e cível, que se encontram em vários estágios de julgamento.

A administração da Companhia adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como provável, são constituídas provisões;
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como possível, não é realizada provisão e suas informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas, quando relevantes, e
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como remoto, não é realizada provisão e somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações relevantes, que, a critério da administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das Demonstrações Financeiras.

Portanto, para fazer face a eventuais perdas, são constituídas as provisões para contingências, julgadas pela administração da Companhia e de suas controladas, amparadas em seus consultores jurídicos, como suficientes para cobrir eventuais perdas em processos judiciais.

Na data de encerramento destas Demonstrações Financeiras, a Companhia apresenta as seguintes provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais, por natureza, consideradas pela Administração da Companhia como sendo de risco de desembolso futuro provável:

Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
CIRCULANTE				
Trabalhistas	-	-	7.048	8.786
Tributárias	-	-	44.074	-
Cíveis	-	-	19.493	14.868
	-	-	70.615	23.654
NÃO CIRCULANTE				
Trabalhistas	137.301	128.792	877.671	912.564
Tributárias	-	-	171.832	295.494
Cíveis	2.469.440	2.367.946	4.877.336	4.487.045
	2.606.741	2.496.738	5.926.839	5.695.103
	2.606.741	2.496.738	5.997.454	5.718.757

Estas provisões tiveram, neste período, a seguinte evolução:

	MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2013	2.496.738	5.718.757
Constituição de provisões	173.939	519.381
Reversão de provisões	(63.936)	(309.270)
Atualização Monetária	-	104.320
Baixas	-	(5.053)
Pagamentos	-	(30.681)
Saldo em 30/06/2014	2.606.741	5.997.454

Para todos os processos os quais as Administrações das referidas empresas e da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, entendem que a probabilidade de perda é possível, não há registro de provisão.

As informações referentes às contingências possíveis e a descrição das demandas judiciais relevantes para a Companhia e suas controladas encontra-se divulgadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2013, não tendo ocorrido mudança relevante no período.

NOTA 31 - OBRIGAÇÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

A Companhia reconhece obrigações para descomissionamento de usinas termoeletricas, que se constituem em um programa de atividades exigidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, que permite dismantlar com segurança e mínimo impacto ao meio ambiente essas instalações nucleares, ao final do ciclo operacional.

Notas Explicativas

Dadas as características específicas de operação e manutenção de usinas termoeletricas, sempre que ocorrerem alterações no valor estimado do custo de desmobilização, decorrentes de novos estudos em função de avanços tecnológicos, deverão ser alteradas as quotas de descomissionamento, de forma a ajustar o saldo da obrigação à nova realidade.

O saldo da obrigação, registrada a valor presente, em 30 de junho de 2014 é de R\$ 1.174.343 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 1.136.342).

	CONSOLIDADO
Saldo do Passivo, a Valor Presente, em 31/12/2013	1.136.342
Ajuste a Valor Presente / Variação Cambial no período	38.001
Saldo do Passivo, a Valor Presente, em 30/06/2014	1.174.343

NOTA 32 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Os recursos são oriundos do Tesouro Nacional sendo destinados aos projetos abaixo:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013
Aquisição de participação acionaria CEEE / CGTEE	164.314	156.460
Linha de transmissão Banabuí - Fortaleza	2.774	2.641
UHE de Xingó	7.794	7.421
Linha de transmissão no Estado da Bahia	1.220	1.162
Fundo Federal de Eletrificação - Lei 5.073/66	7.232	6.886
	183.334	174.570

NOTA 33 – CONTRATOS ONEROSOS

	CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013
Transmissão		
Contrato 061/2001	384.483	-
Contrato 062/2001	760.882	905.316
Outros	14.878	-
	1.160.243	905.316
Geração		
Itaparica	192.408	863.146
Jirau	258.680	711.881
Camaçari	260.644	267.117
Funil	92.205	95.903
Coaracy Nunes	75.193	85.860
Outros	409.056	295.259
	1.288.186	2.319.166
TOTAL	2.448.429	3.224.482

Do montante da provisão para contratos onerosos mantida em 30 de junho de 2014, R\$ 2.114.556 (R\$ 2.426.741 em 31 de dezembro de 2013) decorrem de contratos de concessão prorrogados nos termos da Lei 12.783/13, pelo fato da tarifa determinada

Notas Explicativas

apresentar um desequilíbrio em relação aos atuais custos de operação e manutenção. Diante disto, a obrigação presente de acordo com cada contrato foi reconhecida e mensurada como provisão podendo ser revertida em função de ajustes do programa de redução de custos e/ou revisão tarifária.

UHE Jirau

A variação registrada na provisão referente a UHE Jirau entre 31 de dezembro de 2013 e 30 de junho de 2014, refere-se principalmente à variação no valor do PLD médio histórico de R\$ 109,78/MWh para R\$ 142,28 /MWh.

Programa de Reassentamento da UHE Itaparica

A partir da construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica e em função da formação do lago de Itaparica, 10.500 famílias foram deslocadas, das quais 6.100 eram de pequenos agricultores, e entre estas, estavam 200 famílias indígenas da tribo Tuxá, tendo como consequência a criação do Programa de Reassentamento de Itaparica, que tem por objetivo reassentar as famílias deslocadas da área inundada pelo reservatório da usina, atual Luiz Gonzaga, localizada entre os estados de Pernambuco e Bahia.

A reversão parcial do Contrato Oneroso de Itaparica no período foi decorrente principalmente pela assunção pela Codevasf da Operação e Manutenção da infraestrutura de irrigação de uso comum.

NOTA 34 - COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os compromissos de longo prazo da Companhia, relacionados, principalmente, a contratos de compra de energia elétrica e combustível são:

1. Compra de energia

Empresas	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019
Amazonas	609.258	648.698	689.412	716.130	769.566	3.048.209
CGTEE	88.200	88.200	88.200	88.200	88.200	352.800
Chesf	307.700	249.800	237.800	226.500	226.500	2.343.000
Distribuidora Alagoas	538.914	601.006	614.124	774.432	774.432	774.432
Distribuidora Piauí	454.299	478.567	455.059	455.059	455.059	11.376.465
Distribuidora Acre	102.994	146.926	167.133	167.279	-	-
Eletronorte	85.938	89.572	36.245	37.651	37.651	75.302
Eletrosul	247.709	220.505	209.687	191.438	191.438	2.442.473
Furnas	494.387	520.062	519.482	513.594	520.323	513.594
Total	2.929.399	3.043.336	3.017.142	3.170.282	3.063.168	20.926.274

Notas Explicativas**2. Fornecedores de combustíveis**

Empresas	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019
CGTEE	156.673	124.581	84.655	88.888	575.278	575.278
Eletronorte	49.067	-	-	-	-	-
Eletronuclear	279.166	233.203	6.232.631	6.232.631	6.232.631	6.232.631
Total	484.906	357.784	6.317.286	6.321.519	6.807.909	6.807.909

A principal atividade de compras de combustíveis está na controlada Eletronuclear, que possui contratos assinados com as Indústrias Nucleares Brasileiras - INB para aquisição de Combustível Nuclear para produção de energia elétrica, destinadas as recargas das usinas UTN Angra I e UTN Angra II, bem como a carga inicial e futuras recargas de UTN Angra III.

3. Compra de Energia de Produtor Independente - Proinfa

A Companhia apoia o desenvolvimento de projetos para a diversificação da matriz energética brasileira. Através do programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica, instituído pela Lei 10.438, de abril de 2002, buscando soluções de cunho regional para o uso de fontes renováveis de energia e incentivado o crescimento da indústria nacional.

O Proinfa prevê a operação de 144 usinas, totalizando 3.299,40 MW de capacidade instalada. As usinas do programa responderão pela geração de aproximadamente 12.000GWh/ano, equivalente a 3,2% do consumo total anual do país. Os 3.299,40 MW contratados estão divididos em 1.191,24 MW provenientes de 63 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's), 1.422,92 MW de 54 usinas eólicas e 685,24 MW de 27 usinas a base de biomassa. Em 2006, a Companhia concordou em adquirir energia elétrica produzida pelo PROINFA por um período de 20 anos e transferir essa energia elétrica às concessionárias de transmissão e distribuição, que por sua vez transferem a energia elétrica aos consumidores livres e autoprodutores, excluídos os consumidores de baixa renda, na proporção de seus consumos. Cada concessionária de transmissão e distribuição pagam à Companhia o custo anual de energia elétrica fornecida aos consumidores cativos, consumidores livres e autoprodutores conectados às suas instalações, em doze pagamentos mensais, cada um deles antecipadamente ao mês no qual a energia deve ser consumida.

4. Venda de energia

Empresas	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019
CGTEE	646.380	538.737	543.621	570.802	599.342	3.094.865
Chesf	567.430	200.030	199.490	-	-	-
Eletronorte	3.451.823	2.436.281	1.323.984	299.404	299.404	1.497.020
Eletronuclear	2.102.608	2.102.608	2.102.608	2.102.608	2.102.608	-
Eletrosul	287.844	288.633	287.844	288.423	288.423	5.693.287
Furnas	2.901.572	2.909.520	2.572.723	2.572.723	2.572.723	1.523.623
Total	9.957.657	8.475.809	7.030.270	5.833.960	5.862.500	11.808.795

Contratos assinados pelas empresas listadas acima com outras empresas do setor elétrico visando o suprimento/venda de energia elétrica. No caso no qual a Companhia não tenha geração de energia em quantidade suficiente em determinado período, pode-se recorrer a compra de energia elétrica no âmbito da Câmara de

Notas Explicativas

Comercialização de Energia Elétrica-CCEE para honrar o contrato de fornecimento de energia. Todavia, neste caso, a Companhia fica exposta ao valor do período do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD, que pode ser maior que os valores de venda expostos nos contratos acima, ficando a Companhia sujeita a perdas financeiras nestas operações.

5. Compromissos sócio ambientais

Empresas	2015	2016	Após 2016
Eletronuclear	71.505	84.283	133.569
Eletronorte	21.317	2.961	50.332
Total	92.822	87.244	183.901

A) Angra III

Termos de compromissos assumidos com os Municípios de Angra dos Reis, Rio Claro e Paraty, nos quais, a ELETRONUCLEAR se compromete a celebrar convênios específicos de portes socioambientais vinculados a UTN Angra III, visando à execução dos programas e projetos em consonância com as condicionantes estabelecidas pelo IBAMA.

B) Plano de Inserção Regional – Tucuruí

Em decorrência de exigências legais, relacionadas às obras de expansão da Usina Hidrelétrica Tucuruí e da elevação da cota do seu reservatório, de 72 para 74 metros, houve necessidade de se efetivar o processo de licenciamento desse empreendimento junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), do Estado do Pará, tendo sido definido por aquele órgão, como condicionante para liberação da Licença de Instalação (LI), que a ELETRONORTE implantasse diversos programas de mitigação e compensações socioambientais.

C) Licenças Ambientais

As ações de caráter socioambiental constituídas para provisões de contingências de riscos ambientais nas unidades de negócio da ELETROSUL asseguram o compromisso da obtenção de emissões de Licenças Ambientais, bem como autorização para corte de vegetação, com o respaldo do Ministério público que fiscaliza a edificação desses investimentos.

6. Aquisição de Imobilizado e Intangível

Empresas	2015	2016	Após 2016
Eletronuclear	2.425.476	2.510.153	1.712.943
Chesf	123.472	-	-
Eletronorte	12.828	-	-
Total	2.561.776	2.510.153	1.712.943

(*) Contratos assinados com fornecedores diversos para aquisição de equipamentos para substituição no ativo imobilizado, principalmente, das usinas Angra I, Angra II e Angra III, necessários à manutenção operacional desses ativos.

Notas Explicativas



7. Uso do bem público

Empresas	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019
Eletronorte	2.885	2.909	2.690	2.487	27.184	27.184
Total	2.885	2.909	2.690	2.487	27.184	27.184

8. Custo de Construção

Empresas	2015
Chesf	280.099
Total	280.099

9. Empreendimentos em conjuntos – Aquisição de imobilizado

Empresas	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019
Chesf	1.096.041	608.064	213.287	95.465	18.615	7.101
Eletronorte	805	299	135	25	10	10
Eletrosul	588.554	231.100	11.741	-	-	-
Total	1.685.400	839.463	225.163	95.490	18.625	7.111

NOTA 35 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

I - Capital Social

O Capital Social da Companhia em 30 de junho de 2014 é de R\$ 31.305.331 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 31.305.331) e suas ações não têm valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital e na distribuição de dividendos, às taxas anuais de 8% para as ações de classe "A" (subscritas até 23 de junho de 1969) e 6% para as de classe "B" (subscritas a partir de 24 de junho de 1969), calculados sobre o capital correspondente a cada classe de ações.

O Capital Social está representado por 1.352.634.100 ações escriturais e está distribuído, por principais acionistas e pelas espécies de ações, em 30 de junho de 2014, conforme a seguir:

ACIONISTA	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS				CAPITAL TOTAL	
	QUANTIDADE	%	Série A	%	Série B	%	QUANTIDADE	%
União	554.395.652	51,00	-	-	1.544	0,00	554.397.196	40,99
BNDESPAR	141.757.951	13,04	-	-	18.691.102	7,04	160.449.053	11,86
BNDES	74.545.264	6,86	-	-	18.262.671	6,88	92.807.935	6,86
FND	45.621.589	4,20	-	-	-	-	45.621.589	3,37
FGHAB	1.000.000	0,09	-	-	-	-	1.000.000	0,07
FGI	-	-	-	-	8.750.000	3,30	8.750.000	0,65
Outros	269.729.841	24,81	146.920	100,00	219.731.566	82,78	489.608.327	36,20
	1.087.050.297	100,00	146.920	100,00	265.436.883	100,00	1.352.634.100	100,00

Do total das 450.744.807 (já deduzidas as 226 ações ordinárias, referentes aos Diretores e Membros do Conselho de Administradores da Eletrobras) ações em poder dos minoritários, 276.456.888, ou seja, 61,3% são de propriedade de investidores não residentes, sendo 171.866.680 de ordinárias, 28 de preferenciais da classe "A" e 104.590.180 de preferenciais da classe "B".

Notas Explicativas



Da participação total de acionistas domiciliados no exterior, 73.999.965 ações ordinárias e 24.335.882 ações preferenciais da classe "B" estão custodiadas, lastreando o Programa de *American Depositary Receipts – ADR's*.

II - Reservas de Capital

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013
Compensação de insuficiência de remuneração - CRC	18.961.102	18.961.102
Ágio na emissão de ações	3.384.310	3.384.310
Especial - Decreto-Lei 54.936/1964	387.419	387.419
Correção monetária do balanço de abertura de 1978	309.655	309.655
Correção monetária do Empréstimo Compulsório - 1987	2.708.432	2.708.432
Doações e subvenções - FINOR, FINAM e outros	297.424	297.424
	<u>26.048.342</u>	<u>26.048.342</u>

III - Reservas de Lucros

O Estatuto Social da companhia prevê a destinação de 50% do lucro líquido do exercício para a constituição de Reserva de Investimentos e de 1% para a Reserva de Estudos e Projetos, sendo sua constituição limitada a 75% e a 2% do capital social.

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013
Legal (art. 193 - Lei 6.404/1976)	2.233.017	2.233.017
Estatutárias (art. 194 - Lei 6.404/1976)	2.101.548	2.101.548
	<u>4.334.565</u>	<u>4.334.565</u>

NOTA 36 – LUCRO POR AÇÃO

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

01/04/2014 a 30/06/2014				
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações	(84.082)	(11)	(20.531)	(104.624)
	(84.082)	(11)	(20.531)	(104.624)
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Média ponderada da quantidade de ações	1.087.050	147	265.437	1.352.634
% de ações em relação ao total	80,37%	0,01%	19,62%	100%
Resultado por ação básico (R\$)	(0,08)	(0,08)	(0,08)	
01/01/2014 a 30/06/2014				
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações	708.244	96	172.940	881.279
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Média ponderada da quantidade de ações	1.087.050	147	265.437	1.352.634
% de ações em relação ao total	80,37%	0,01%	19,62%	100%
Resultado por ação básico (R\$)	0,65	0,65	0,65	

Notas Explicativas



01/01/2013 a 30/06/2013				
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações	102.960	14	25.141	128.115
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Média ponderada da quantidade de ações em mil	1.087.050	147	265.437	1.352.634
% de ações em relação ao total	80,37%	0,01%	19,62%	100,00%
Resultado por ação básico (R\$)	0,09	0,09	0,09	

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: dívida conversível (empréstimo compulsório). Pressupõe-se que a dívida conversível foi convertida em ações ordinárias e que o lucro líquido é ajustado para eliminar a despesa financeira menos o efeito fiscal.

30/06/2014					
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B Convertidas	Preferencial B	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações	702.803	95	6.770	171.611	881.279
	702.803	95	6.770	171.611	881.279
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B - Convertidas	Preferencial B	Total
Média ponderada da quantidade de ações em mil	1.087.050	147	10.471	265.437	1.363.105
% de ações em relação ao total	79,75%	0,01%	0,77%	19,47%	100,00%
Resultado por ação diluído (R\$)	0,65	0,65	0,65	0,65	

30/06/2013					
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B Convertidas	Preferencial B	Total
Prejuízo atribuível a cada classe de ações	92.928	13	12.484	22.691	128.115
	92.928	13	12.484	22.691	128.115
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B - Convertidas	Preferencial B	Total
Média ponderada da quantidade de ações em mil	1.087.050	147	146.030	265.437	1.498.664
% de ações em relação ao total	72,53%	0,01%	9,74%	17,71%	100,00%
Resultado por ação diluído (R\$)	0,09	0,09	0,09	0,09	

Notas Explicativas

**NOTA 37 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	01/04/2014 à 30/06/2014	01/01/2014 à 30/06/2014	01/01/2013 à 30/06/2013	01/04/2014 à 30/06/2014	01/01/2014 à 30/06/2014	01/01/2013 à 30/06/2013
RECEITAS OPERACIONAIS						
Geração						
Suprimento (venda) de Energia Elétrica	733.129	1.434.163	1.285.558	3.023.650	5.558.466	4.528.343
Fornecimento de Energia Elétrica	-	-	-	726.770	1.666.453	1.665.761
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-	22.699	1.020.271	2.717.596	1.489.152
Receita de Operação e Manutenção de Usinas Renovadas	-	-	-	443.118	898.816	1.087.881
Receita de Construção de Usinas Renovadas	-	-	-	36.593	59.429	238.420
Efeito Financeiro de Itaipu	62.607	81.802	(230.001)	62.607	81.802	(230.001)
	<u>795.736</u>	<u>1.515.965</u>	<u>1.078.256</u>	<u>5.313.009</u>	<u>10.982.562</u>	<u>8.779.556</u>
Transmissão						
Receita de Operação e Manutenção de Linhas Renovadas	-	-	-	190.751	385.139	132.472
Receita de Operação e Manutenção	-	-	-	387.105	768.869	955.830
Receita de Construção	-	-	-	406.618	738.973	559.045
Financeira - Retorno do Investimento	-	-	-	103.268	252.158	232.074
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.087.742</u>	<u>2.145.139</u>	<u>1.879.421</u>
Distribuição						
Fornecimento de Energia Elétrica	-	-	-	1.288.911	2.304.285	2.207.508
Receita de Construção	-	-	-	162.819	344.682	544.623
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.451.730</u>	<u>2.648.967</u>	<u>2.752.131</u>
Outras receitas	<u>20.996</u>	<u>38.328</u>	<u>10.012</u>	<u>236.005</u>	<u>455.977</u>	<u>439.425</u>
	<u>816.732</u>	<u>1.554.293</u>	<u>1.088.268</u>	<u>8.088.486</u>	<u>16.232.645</u>	<u>13.850.533</u>
(-) Deduções à Receita Operacional						
(-) ICMS	-	-	-	(329.089)	(616.887)	(612.792)
(-) PASEP e COFINS	(64.197)	(91.395)	(51.258)	(655.869)	(1.241.099)	(1.005.813)
(-) Encargos setoriais	-	-	-	(233.145)	(494.383)	(421.387)
(-) Outras Deduções (inclusive ISS)	-	-	-	(3.558)	(4.974)	(5.567)
	<u>(64.197)</u>	<u>(91.395)</u>	<u>(51.258)</u>	<u>(1.221.661)</u>	<u>(2.357.343)</u>	<u>(2.045.559)</u>
Receita operacional líquida	<u>752.535</u>	<u>1.462.898</u>	<u>1.037.010</u>	<u>6.866.825</u>	<u>13.875.302</u>	<u>11.804.974</u>

Durante o período, a Companhia auferiu elevadas receitas na comercialização da energia elétrica de curto prazo em razão do aumento verificado no Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que é o preço determinado semanalmente para cada patamar de carga com base no custo marginal de operação e é utilizado para valorar a compra ou a venda de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP).

NOTA 38 – RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Investimentos em controladas				
Equivalência patrimonial	<u>1.950.296</u>	<u>732.526</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Investimentos em coligadas				
Juros sobre o capital próprio			-	-
Equivalência patrimonial	<u>55.633</u>	<u>6.892</u>	<u>13.742</u>	<u>111.675</u>
Outros investimentos				
Juros sobre o capital próprio	7.667	1.139	7.667	1.139
Dividendos	46.153	39.868	46.153	39.868
Remuneração dos investimentos em parcerias	11.759	9.829	11.759	9.829
Rendimentos de capital - ITAIPU	<u>49.323</u>	<u>40.802</u>	<u>49.323</u>	<u>40.802</u>
	<u>114.902</u>	<u>91.637</u>	<u>114.902</u>	<u>91.637</u>
	<u>2.120.831</u>	<u>831.055</u>	<u>128.644</u>	<u>203.312</u>

Notas Explicativas

**NOTA 39 - PESSOAL, MATERIAL E SERVIÇOS**

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	01/04/2014 à 30/06/2014	01/01/2014 à 30/06/2014	01/01/2013 à 30/06/2013	01/04/2014 à 30/06/2014	01/01/2014 à 30/06/2014	01/01/2013 à 30/06/2013
Pessoal	103.406	201.713	196.330	1.439.324	2.611.413	2.581.771
Material	665	1.306	2.585	79.441	146.934	161.949
Serviços	25.841	50.647	43.100	589.307	1.076.559	1.049.888
	<u>129.912</u>	<u>253.666</u>	<u>242.015</u>	<u>2.108.072</u>	<u>3.834.906</u>	<u>3.793.608</u>

NOTA 40 - ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA E ENCARGOS SOBRE O USO DA REDE ELÉTRICA

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	01/04/2014 à 30/06/2014	01/01/2014 à 30/06/2014	01/01/2013 à 30/06/2013	01/04/2014 à 30/06/2014	01/01/2014 à 30/06/2014	01/01/2013 à 30/06/2013
Encargos de Uso da Rede	-	-	-	401.181	768.231	852.817
Energia comprada para revenda						
Suprimento	500.007	1.101.015	1.123.505	56.373	1.285.753	1.919.285
Comercialização na CCEE	245.025	369.246	184.107	1.939.168	2.377.990	1.028.648
Proinfa	-	-	-	3.678	7.368	7.457
Outros	5.647	8.607	5.422	10.695	13.655	12.196
	<u>750.678</u>	<u>1.478.868</u>	<u>1.313.034</u>	<u>2.009.914</u>	<u>3.684.766</u>	<u>2.967.586</u>
	<u>750.678</u>	<u>1.478.868</u>	<u>1.313.034</u>	<u>2.411.095</u>	<u>4.452.997</u>	<u>3.820.403</u>

NOTA 41 - PROVISÕES (REVERSÕES) OPERACIONAIS

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	01/04/2014 à 30/06/2014	01/01/2014 à 30/06/2014	01/01/2013 à 30/06/2013	01/04/2014 à 30/06/2014	01/01/2014 à 30/06/2014	01/01/2013 à 30/06/2013
Garantias	20.561	41.136	23.476	20.561	41.136	23.476
Contingências	167.881	110.003	107.682	210.334	210.115	254.254
PCLD - Consumidores e Revendedores	-	-	-	48.028	22.109	(694.648)
PCLD - Financiamentos e Empréstimos	(15.372)	(50.845)	48.860	(15.372)	(50.845)	57.083
Passivo a descoberto em Controladas	424.491	1.063.960	623.779	-	-	-
Contratos Onerosos	-	-	-	(568.054)	(825.715)	(791.364)
Perdas em Investimentos	38.042	(284.404)	113.304	38.042	(270.594)	113.304
Passivo Atuarial	-	-	-	5.655	5.655	23.413
Impairment	-	-	-	84.621	84.621	(757)
Ajuste a Valor de Mercado	(3)	110.852	(11.488)	(3)	110.852	(11.488)
Provisão p/ perda Ativo Financeiro	-	-	-	130.617	210.128	217.039
Outras	(19.925)	17.061	24.910	(37.229)	38.042	164.090
	<u>615.675</u>	<u>1.007.763</u>	<u>930.523</u>	<u>(82.800)</u>	<u>(424.496)</u>	<u>(645.598)</u>

A variação registrada na rubrica de Contratos Onerosos refere-se substancialmente à reversão do Contrato de Itaparica no trimestre (vide nota 33) e aumento no valor do PLD médio histórico em 2014 (vide nota 37) no período.

Em função da transferência do controle acionário do Grupo Rede, controlador da CEMAT, para a Energisa, foi revertida a provisão para créditos de liquidação duvidosa referente ao investimento da CEMAT, no montante de R\$ 334.293.

Notas Explicativas

**NOTA 42 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS****1 - Gestão do Risco de Capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013
Total dos empréstimos e financiamentos	32.767.992	32.476.287
(-) Caixa e Equivalente de Caixa e Títulos e valores mobiliários	9.308.340	9.886.071
Dívida Líquida	23.459.652	22.590.216
(+) Total do Patrimônio Líquido	61.155.220	60.688.908
Total do Capital	84.614.872	83.279.124
Índice de Alavancagem Financeira	28%	27%

Notas Explicativas**2 – Classificação por categoria de instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados em categorias de ativos e passivos financeiros, as quais contemplam inclusive os instrumentos derivativos, conforme segue:

ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Empréstimos e Recebíveis	31.674.701	33.686.247	59.808.308	58.377.973
Caixa e equivalentes de caixa	177.280	9.296	379.249	393.541
Clientes	631.252	661.252	4.923.201	5.109.903
Empréstimos e financiamentos	28.338.921	29.596.834	13.606.096	15.174.341
Direitos de Ressarcimento	-	-	15.708.701	12.579.656
Ativo Financeiro - Concessões geração/transmissão	2.527.248	3.418.865	20.066.774	19.624.353
Indenizações - Lei 12.783/2013	-	-	5.124.287	5.496.179
Mantidos Até o Vencimento	193.329	186.972	196.490	190.730
Títulos e Valores Mobiliários	193.329	186.972	196.490	190.730
Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado	2.647.704	3.008.635	9.032.693	9.517.955
Caixa e equivalentes de caixa	292.056	1.293.940	1.630.470	3.204.042
Títulos e Valores Mobiliários	2.355.648	1.714.695	7.102.131	6.097.758
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	300.092	216.155
Disponíveis para venda	1.253.641	1.253.297	6.063.338	6.689.554
Investimentos (Participações Societárias)	1.253.641	1.253.297	1.417.662	1.441.867
Ativo Financeiro - Concessões de distribuição	-	-	4.645.676	5.247.686
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Mensurados pelo Custo Amortizado	21.906.536	22.748.832	58.830.780	54.059.643
Fornecedores	419.762	342.778	12.299.712	8.531.871
Empréstimos e financiamentos	20.596.275	21.823.008	32.767.992	32.476.287
Debêntures	-	-	222.985	218.682
Obrigações de Ressarcimento	890.499	583.046	11.386.717	10.695.108
Arrendamento Mercantil	-	-	2.089.848	2.073.224
Concessões a Pagar UBP	-	-	63.526	64.471
Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado	-	-	447.513	420.801
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	447.513	420.801
Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado	30.083	36.848	30.083	36.848
Instrumentos Financeiros Derivativos - Fluxo de Hedge	30.083	36.848	30.083	36.848

2.1 – Mensuração - Ativos Financeiros

- Equivalentes de caixa: mantidos para a negociação à curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado.
- Títulos e valores mobiliários – Curto e Longo Prazo – usualmente mantidos para a negociação e designados no reconhecimento inicial pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado do período.
- Clientes: são registrados pelo seu valor nominal, similar aos valores justos e prováveis de realização. Os créditos renegociados são registrados assumindo a intenção de mantê-los até o vencimento, pelos seus valores prováveis de realização, similares aos valores justos.

Notas Explicativas

d) Empréstimos e financiamentos: são ativos financeiros com recebimentos fixos ou determináveis, sendo seus valores mensurados pelo custo amortizado, mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

Os financiamentos concedidos estão restritos às concessionárias de serviço público de energia elétrica e, desta forma, a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital da empresa) é definida levando em conta prêmio de risco compatível com as atividades do setor. Na impossibilidade de buscar alternativas que não o próprio setor elétrico, o valor presente desses empréstimos corresponde ao seu valor contábil.

e) Ativos financeiros da concessão: são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo da concessão. São classificados com empréstimos e recebíveis, no caso dos ativos relacionados a geração e transmissão, e como disponível para venda no caso da distribuição.

f) Instrumentos financeiros derivativos: são mensurados pelo valor justo e seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado, quando não designados, ou no Patrimônio Líquido, quando classificado como hedge de fluxo de caixa de acordo com o CPC 38.

g) Direitos de ressarcimento: são ativos financeiros que representam direitos ligados às atividades de geração e distribuição da Companhia, mensurados por meio de normatização dos órgãos reguladores e classificados como empréstimos e recebíveis. (vide nota 12).

h) Indenizações – Lei 12.783/2013: São as indenizações estabelecidas nas concessões renovadas pela Lei 12.783/2013. Estes ativos financeiros são registrados como empréstimos e recebíveis.

i) Investimentos - Mantidos a Valor Justo: São participações societárias registradas por valor justo, é utilizada como base de mensuração a cotação das ações em mercado aberto para as Companhias negociadas em bolsa e, para as demais, o valor patrimonial quando não é praticável uma estimativa de valor justo.

2.2 – Mensuração - Passivos Financeiros:

a) Fornecedores: são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

b) Empréstimos e financiamentos: são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Nessa classificação de passivo financeiro destacam-se os empréstimos e financiamentos obtidos junto às instituições financeiras aos fund b – Revisões Tarifárias Periódicas. Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos obtidos são similares aos seus valores contábeis.

Os financiamentos captados são compostos de financiamentos contratados junto a agências multilaterais internacionais (BID, BIRD, CAF), não sendo praticável descontá-los a uma taxa diferente da estabelecida no acordo da dívida brasileira. Os

Notas Explicativas



demais empréstimos são captados a taxas de mercado, fazendo com que o valor contábil seja próximo ao seu valor presente.

- c) Demais passivos financeiros: são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, e seus valores justos são similares aos seus valores contábeis.

3 - Gestão de Riscos Financeiros:

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

3.1 - Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia apresenta exposição a riscos financeiros que causam volatilidade nos seus resultados bem como em seu fluxo de caixa. A Companhia apresenta relevante exposição entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte americano, proveniente principalmente dos contratos de financiamento com Itaipu Binacional.

Nesse contexto foi aprovada a Política de *hedge* Financeiro da Companhia. O objetivo da atual política é monitorar e mitigar a exposição às variáveis de mercado que impactem ativos e passivos da Companhia e de suas controladas, reduzindo assim os efeitos de flutuações indesejáveis destas variáveis em suas Demonstrações Financeiras.

Com isso, a referida política visa que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

Junto com a política foi aprovada a criação do Comitê de *hedge* Financeiro no âmbito da Diretoria Financeira, que tem como função principal definir as estratégias e os instrumentos de *hedge* a serem apresentados à Diretoria Executiva da Companhia.

Levando-se em conta as diferentes formas de se realizar o *hedge* dos descasamentos apresentados pela Companhia, a política aprovada elenca uma escala de prioridades. Primeiramente, a solução estrutural, e, apenas nos casos residuais, seriam adotadas operações com instrumentos financeiros derivativos.

Notas Explicativas



As operações com derivativos financeiros, quando realizadas seguem a política de hedge da companhia e não podem caracterizar alavancagem financeira ou operação de concessão de crédito à terceiros.

3.1.1 – Composição dos saldos em moeda estrangeira e análise de sensibilidade:

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para o fim de 2014 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e Economic Outlook 86, publicado pela OECD (*The Organisation Economic Co-operation and Development*).

Foram realizadas análises de sensibilidade dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, que apresentam exposição à taxa de câmbio e que poderiam trazer perdas materiais à Companhia, em quatro diferentes cenários, tendo como base o cenário provável acima mencionado: dois considerando a apreciação das moedas e outros dois considerando a depreciação dessas das moedas.

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

a) Risco de apreciação das taxas de câmbio:

	Saldo em 30.06.2014		CONTROLADORA		
	Moeda Estrangeira	Reais	Efeito no resultado - receita (despesa)		
			Cenário I - Provável 2014 ¹	Cenário II (25%) ¹	Cenário III (50%) ¹
Empréstimos obtidos	4.349.189	9.576.479	(861.574)	(3.471.088)	(6.080.601)
USD Empréstimos concedidos	4.907.788	10.809.403	969.288	3.913.961	6.858.634
Ativo financeiro - ITAIPU	1.147.445	2.527.248	226.620	915.088	1.603.555
Exposição líquida - USD			334.334	1.357.961	2.381.587
IENE Empréstimos obtidos	8.824.970	191.855	(15.888)	(67.824)	(119.760)
Empréstimos concedidos	12.353.701	268.693	22.118	94.820	167.523
Exposição líquida - IENE			6.230	26.996	47.763
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA EM CASO DE APRECIAÇÃO DAS TAXAS DE CÂMBIO			340.564	1.384.957	2.429.351

Notas Explicativas



		CONSOLIDADO			
		Saldo em 30.06.2014		Efeito no resultado - receita (despesa)	
	Moeda	Reais	Cenário I - Provável 2014 ¹	Cenário II (25%) ¹	Cenário III (50%) ¹
	Estrangeira				
Empréstimos obtidos		4.466.515	(884.817)	(3.564.726)	(6.244.635)
USD Empréstimos concedidos		4.740.212	936.192	3.780.319	6.624.446
Ativo financeiro - ITAIPU		1.147.445	226.620	915.088	1.603.555
Exposição líquida - USD			277.996	1.130.681	1.983.366
EURO Empréstimos obtidos		59.242	(17.410)	(66.416)	(115.422)
Exposição líquida - EURO			(17.410)	(66.416)	(115.422)
IENE Empréstimos obtidos		8.820.912	(15.793)	(67.705)	(119.617)
Empréstimos concedidos		-	-	-	-
Exposição líquida - IENE			(15.793)	(67.705)	(119.617)
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA EM CASO DE APRECIACÃO DAS TAXAS DE CÂMBIO			244.793	996.560	1.748.327
(¹) Premissas adotadas:			Provável	25%	50%
USD			2,400	3,000	3,600
EURO			3,309	4,136	4,963

b) Risco de depreciação das taxas de câmbio:

		CONTROLADORA			
		Saldo em 30.06.2014		Efeito no resultado - receita (despesa)	
	Moeda	Reais	Cenário I - Provável 2014 ²	Cenário II (25%) ²	Cenário III (50%) ²
	Estrangeira				
Empréstimos obtidos		4.349.189	(861.574)	1.747.939	4.357.452
USD Empréstimos concedidos		4.907.788	969.288	(1.975.385)	(4.920.057)
Ativo financeiro - ITAIPU		1.147.445	226.620	(461.847)	(1.150.314)
Exposição líquida - USD			334.334	(689.292)	(1.712.919)
IENE Empréstimos obtidos		8.824.970	(15.888)	36.048	87.983
Empréstimos concedidos		12.353.701	22.118	(50.585)	(123.288)
Exposição líquida - IENE			6.230	(14.537)	(35.304)
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA EM CASO DE DEPRECIACÃO DAS TAXAS DE CÂMBIO			340.564	(703.830)	(1.748.223)

		CONSOLIDADO			
		Saldo em 30.06.2014		Efeito no resultado - receita (despesa)	
	Moeda	Reais	Cenário I - Provável 2014 ²	Cenário II (25%) ²	Cenário III (50%) ²
	Estrangeira				
Empréstimos obtidos		4.466.515	(884.817)	1.795.092	4.475.001
USD Empréstimos concedidos		4.740.212	936.192	(1.907.935)	(4.752.062)
Ativo financeiro - ITAIPU		1.147.445	226.620	(461.847)	(1.150.314)
Exposição líquida - USD			277.996	(574.689)	(1.427.375)
EURO Empréstimos obtidos		59.242	(17.410)	31.596	80.602
Exposição líquida - EURO			(17.410)	31.596	80.602
IENE Empréstimos obtidos		8.820.912	(15.793)	36.119	88.031
Empréstimos concedidos		-	-	-	-
Exposição líquida - EURO			(15.793)	36.119	88.031
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA EM CASO DE DEPRECIACÃO DAS TAXAS DE CÂMBIO			244.793	(506.974)	(1.258.742)
(²) Premissas adotadas:			Provável	-25%	-50%
			2,400	1,800	1,200
			3,309	2,482	1,654
			0,024	0,018	0,012

Notas Explicativas



3.2 - Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia de contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a contratos de captação externa, referenciados à taxa Libor.

A Companhia monitora a sua exposição à taxa Libor e contrata operações de derivativos para minimizar esta exposição, conforme Política de *Hedge* Financeiro.

3.2.1 – Composição dos saldos por indexador e análise de sensibilidade:

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para o fim de 2014 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e Economic Outlook 86, publicado pela OECD (*The Organisation Economic Co-operation and Development*).

Foram realizadas análises de sensibilidade dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, que apresentam exposição à libor e que poderiam trazer perdas materiais à Companhia, em quatro diferentes cenários, tendo como base o cenário provável acima mencionado: dois considerando a apreciação dos indexadores e outros dois considerando a depreciação desses indexadores.

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

Em todos os cenários foi utilizada a cotação provável do dólar para converter para reais o efeito no resultado dos riscos atrelados à oscilação da LIBOR. Nesta análise de sensibilidade está sendo desconsiderado qualquer efeito cambial em decorrência de eventual apreciação ou depreciação do cenário provável da cotação do dólar. O impacto da apreciação e da depreciação do cenário provável da cotação do dólar estão apresentados no item 3.1.1 desta nota.

a) risco de apreciação das taxas de juros:

				CONTROLADORA		
				Efeito no resultado - receita (despesa)		
				Cenário I - Provável 2014 ¹	Cenário II (+25%) ¹	Cenário III (+50%) ¹
		Saldo da dívida/Valor Nominal em 30.06.2014				
		Em USD	Em reais			
LIBOR	Empréstimos obtidos	1.167.421	2.570.545	(9.156)	(11.445)	(13.734)
	Derivativo	1.040.384	2.290.822	8.160	10.200	12.240
	Exposição líquida - LIBOR			(996)	(1.245)	(1.495)

Notas Explicativas



			CONSOLIDADO			
Saldo da dívida/Valor Nocional em 30.06.2014			Efeito no resultado - receita (despesa)			
			Cenário I - Provável 2014 ¹	Cenário II (+25%) ¹	Cenário III (+50%) ¹	
	Em USD	Em reais				
LIBOR	Empréstimos obtidos	1.280.947	2.820.518	(10.047)	(12.558)	(15.070)
	Derivativo	1.040.384	2.290.822	8.160	10.200	12.240
	Exposição líquida - LIBOR			(1.887)	(2.358)	(2.830)
(1) Premissas adotadas:		30.06.2014	Provável	25%	50%	
USD		2,2019	2,400	3,00	3,60	
LIBOR		n/a	0.33%	0.41%	0.49%	

3.2.1 Contratos de swap de taxa de juros

De acordo com os contratos de *swap* de taxa de juros, a Companhia concorda em trocar a diferença entre os valores de taxas de juros prefixadas e pós fixadas calculados a partir do valor nominal acordado. Tais contratos permitem a Companhia mitigar o risco de alteração nas taxas de juros sobre o valor justo da dívida emitida com taxa de juros fixa e nas exposições do fluxo de caixa da dívida de taxa variável emitida. O valor justo dos *swaps* de taxa de juros no encerramento do exercício é determinado pelo desconto dos fluxos de caixa futuros, utilizando as curvas no encerramento do exercício e o risco de crédito inerente para esse tipo de contrato, e está demonstrado a seguir. A taxa de juros média está baseada nos saldos a pagar em aberto no encerramento do exercício.

A tabela a seguir demonstra o valor do principal e os prazos remanescentes dos contratos de *swap* de taxa de juros em aberto no fim do período de relatório:

Tipo	Transação	Montantes contratados (notional)	Taxas utilizadas	Vencimento	Valores Justos	
					30/06/2014	31/12/2013
Libor X Pre-tax	01/2011	20.192	2,4400%	25/11/2015	(387)	(660)
Libor X Pre-tax	02/2011	20.192	2,4900%	25/11/2015	(396)	(677)
Libor X Pre-tax	03/2011	50.000	3,2780%	10/08/2020	(5.410)	(6.137)
Libor X Pre-tax	04/2011	100.000	3,3240%	10/08/2020	(11.078)	(12.586)
Libor X Pre-tax	05/2011	50.000	2,1490%	10/08/2015	(837)	(1.424)
Libor X Pre-tax	06/2011	100.000	2,2725%	10/08/2015	(1.790)	(3.053)
Libor X Pre-tax	07/2011	100.000	2,1790%	10/08/2015	(1.702)	(2.897)
Libor X Pre-tax	08/2011	100.000	2,1500%	10/08/2015	(1.675)	(2.849)
Libor X Pre-tax	09/2012	25.000	1,6795%	27/11/2020	(305)	(47)
Libor X Pre-tax	10/2012	25.000	1,6295%	27/11/2020	(213)	62
Libor X Pre-tax	11/2012	75.000	1,6285%	27/11/2020	(634)	191
Libor X Pre-tax	12/2012	75.000	1,2195%	29/11/2017	(1.192)	(1.365)
Libor X Pre-tax	13/2012	75.000	1,2090%	29/11/2017	(1.158)	(1.320)
Libor X Pre-tax	14/2012	50.000	1,2245%	29/11/2017	(806)	(924)
Libor X Pre-tax	15/2012	50.000	1,1670%	29/11/2017	(682)	(1.109)
Libor X Pre-tax	16/2012	50.000	1,1910%	29/11/2017	(733)	(829)
Libor X Pre-tax	17/2012	50.000	1,2105%	29/11/2017	(775)	(884)
Libor X Pre-tax	18/2012	25.000	1,1380%	29/11/2017	(310)	(340)
	TOTAL	1.040.384			(30.083)	(36.848)

As operações classificadas como hedge de fluxo de caixa geraram no período um resultado abrangente negativo de R\$ 8.781.

Notas Explicativas



Com a designação dos swaps para contabilização de *hedge*, no período findo em 30 de junho de 2014, a Companhia reconheceu R\$ 17.338 como receitas financeiras referente aos swaps. No mesmo período, a Companhia reconheceu R\$ 658 como despesas financeiras referentes à parcela inefetiva.

3.3 - Risco de preços – commodities

A controlada Eletronorte celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para o fornecimento de energia elétrica para três de seus principais clientes. Esses contratos de longo prazo estão associados ao preço internacional do alumínio, cotado na London Metal Exchange (LME), como ativo básico para fins de definição dos valores mensais dos contratos.

Os detalhes dos contratos são os seguintes:

Cliente	Datas do contrato		Volume em Megawatts Médios (MW)
	Inicial	Final	
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	750 até 31/12/2006 e 800 a partir de 01/01/2007 de 304 a 328 de 353,08 a 492
Alcoa	01/07/2004	31/03/2014	
BHP	01/07/2004	31/12/2024	

Esses contratos incluem o conceito de *cap and floor band* relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço limite máximo e mínimo da LME está limitado a US\$ 2.773,21/ton e US\$ 1.450,00/ton, respectivamente.

O cálculo do prêmio desses contratos inclui o conceito de *cap and floor band*, relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço máximo e mínimo da LME está limitado a US\$ 2.773,21/ton e US\$ 1.450,00/ton, respectivamente.

Para atribuir o valor justo da parte híbrida do contrato é necessário identificar os principais componentes que quantificam o montante faturado mensalmente. As principais variáveis do contrato são: a quantidade de energia vendida (MWh), o preço atribuído à LME e o valor do câmbio do período faturado.

Considerando que o prêmio está associado ao preço da commodity do alumínio da LME, é possível atribuir o *fair value* destes contratos. O valor da LME fechou o mês de junho de 2014 cotado em US\$ 1.868,6/ton, o que representou uma variação positiva de 4,72% em relação ao valor verificado em dezembro de 2013, quando o preço da commodity alcançou US\$ 1.784,3/ton.

No mesmo período desta análise, houve uma valorização do Real em relação ao Dólar com a cotação passando de R\$ 2,34 para R\$ 2,20, ou seja, 5,98% de variação negativa. A variação positiva no preço do alumínio contribuiu com uma melhora na expectativa do valor justo para os derivativos compensando a valorização do Dólar no período.

Estas variações positivas contribuíram para proporcionar uma melhora na estimativa do valor justo para os derivativos acarretando ganho nesta operação, que no período representa R\$ 36.162 (2013 – R\$ 127.408) e está apresentada no resultado financeiro.

Notas Explicativas**3.3.1 - Análise de sensibilidade sobre os derivativos embutidos indexados ao preço do alumínio**

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de fornecimento de energia dos consumidores eletrointensivos Albras e Alumar considerando uma variação sobre o preço do prêmio auferido conforme tabela abaixo. Os componentes de volatilidade do prêmio basicamente são: preço do Alumínio Primário na LME, câmbio e CDI. Abaixo é possível verificar o impacto de cada cenário no resultado da empresa.

Saldo em 30/06/2014	Cenário I (-25%) Índices e preços	Cenário II (-50%) Índices e preços	Cenário I (+25%) Índices e preços	Cenário II (+50%) Índices e preços
300.091	5.098	-	729.847	1.167.754

Para o cenário II (redução de 50%) o preço esperado para a tonelada de alumínio ofertada na LME fica abaixo do preço mínimo para aferição de prêmio contratual (US\$ 1,450.00), logo o valor tende a zero impactando na marcação a mercado do derivativo embutido.

Quanto à variação obtida entre os cenários III e IV (aumento de 25% e 50%) a grande variação apresentada refere-se a aplicação dos referidos percentuais nos valores de Câmbio, Preço de Alumínio e CDI.

3.4 - Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

A Companhia, através de suas controladas, atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias. No segmento de distribuição, a Companhia, através de suas controladas, faz um acompanhamento dos níveis de inadimplência através da análise das especificidades dos seus clientes. Adicionalmente, são realizadas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos em atraso.

As disponibilidades excedentes de caixa são aplicadas em fundos extramercados exclusivos, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esse fundo é composto na sua totalidade por títulos públicos custodiados na Selic, não havendo exposição ao risco de contraparte.

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

Operações com derivativos, quando realizadas no mercado de balcão, contêm riscos de contraparte que, diante dos problemas apresentados pelas instituições financeiras em

Notas Explicativas



2008 e 2009, se mostram relevantes. Com o intuito de mitigar esse risco, a Companhia instituiu uma norma sobre credenciamento de instituições financeiras para fins de realização de operações com derivativos. Esta norma define critérios em relação a porte, rating e expertise no mercado de derivativos, para que sejam selecionadas as instituições que poderão realizar operações com a Companhia. Atualmente, a Companhia seleciona semestralmente as 20 melhores instituições financeiras baseadas nos critérios mencionados como instituições credenciadas a efetuarem operações de derivativos com a Companhia. Além disso, a empresa desenvolveu metodologia de controle de exposição às instituições credenciadas que define limites ao volume de operações a serem realizadas com cada uma delas.

A Companhia monitora o risco de crédito de suas operações de swap, segundo o CPC 46 (IFRS 13), mas não contabiliza este risco de descumprimento (*non-performance*) no saldo de valor justo de cada derivativo porque, com base na exposição líquida ao risco de crédito, a Companhia pode contabilizar o seu portfólio de swaps dado uma transação não forçada entre as partes na data de avaliação. A Companhia considera o risco de descumprimento apenas para a análise do teste retrospectivo para cada relação designada para Contabilidade de Hedge.

Adicionalmente, a Companhia está exposta ao risco de crédito com relação a garantias financeiras concedidas a Bancos pela Controladora. A exposição máxima da Companhia corresponde ao valor máximo que a Companhia terá de pagar caso a garantia seja executada. Em 30 de junho de 2014, o valor de R\$ 313.931 (R\$ 272.795 em dezembro de 2013) foi reconhecido no balanço patrimonial como passivo financeiro (Nota 22 item III).

3.5 - Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Companhia e suas controladas são de responsabilidade das áreas de tesouraria e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

As datas de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos estão divulgadas no item 3.2.1 desta nota explicativa. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Sistema Eletrobras por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros a incorrer e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Sistema Eletrobras deve quitar as respectivas obrigações.

Notas Explicativas



CONTROLADORA 30/06/2014					
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	2.978.840	1.123.241	5.339.324	12.465.132	21.906.536
Fornecedores	419.762	-	-	-	419.762
Empréstimos e financiamentos	1.668.579	1.123.241	5.339.324	12.465.132	20.596.275
Obrigações de Ressarcimento	890.499	-	-	-	890.499
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	30.083	-	-	-	30.083
Instrumentos Financeiros Derivativos	30.083	-	-	-	30.083

CONTROLADORA 31/12/2013					
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	2.124.926	925.012	2.661.171	17.037.723	22.748.832
Fornecedores	342.778	-	-	-	342.778
Empréstimos e financiamentos	1.199.102	925.012	2.661.171	17.037.723	21.823.008
Obrigações de Ressarcimento	583.046	-	-	-	583.046
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	-	11.560	6.771	18.517	36.848
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	11.560	6.771	18.517	36.848

CONSOLIDADO 30/06/2014					
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	15.795.422	13.103.059	12.439.572	17.492.728	58.830.780
Fornecedores	11.568.255	466.225	265.232	-	12.299.712
Empréstimos e financiamentos	3.115.857	1.810.987	11.553.073	16.288.076	32.767.992
Debêntures	15.519	12.573	37.719	157.174	222.985
Obrigações de Ressarcimento	901.443	10.428.065	-	57.209	11.386.717
Arrendamento Mercantil	191.436	382.873	574.309	941.230	2.089.848
Concessões a Pagar UBP	2.912	2.336	9.239	49.039	63.526
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	253.927	223.669	-	-	477.596
Instrumentos Financeiros Derivativos	253.927	223.669	-	-	477.596

CONSOLIDADO 31/12/2013					
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	18.285.710	4.868.442	2.646.712	28.258.779	54.059.643
Fornecedores	7.740.578	791.293	-	-	8.531.871
Empréstimos e financiamentos	1.969.765	1.368.261	2.051.702	27.086.559	32.476.287
Debêntures	12.804	24.769	41.217	139.892	218.682
Obrigações de Ressarcimento	8.377.400	2.317.708	-	-	10.695.108
Arrendamento Mercantil	181.596	363.192	544.789	983.647	2.073.224
Concessões a Pagar UBP	3.567	3.219	9.004	48.681	64.471
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	225.423	206.938	6.771	18.517	457.649
Instrumentos Financeiros Derivativos	225.423	206.938	6.771	18.517	457.649

Notas Explicativas



4 – Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a PCLD, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia e suas controladas usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

CONTROLADORA				
30/06/2014				
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	TOTAL
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Disponível para venda	1.253.641	-	-	1.253.641
Investimentos (Participações Societárias)	1.253.641	-	-	1.253.641
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	2.824.984	-	-	2.824.984
Caixa e equivalentes de caixa	469.336	-	-	469.336
Títulos e Valores Mobiliários	2.355.648	-	-	2.355.648
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	-	30.083	-	30.083
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	30.083	-	30.083
CONTROLADORA				
31/12/2013				
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	TOTAL
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Disponível para venda	1.253.297	-	-	1.253.297
Investimentos (Participações Societárias)	1.253.297	-	-	1.253.297
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	3.017.931	-	-	3.017.931
Caixa e equivalentes de caixa	1.303.236	-	-	1.303.236
Títulos e Valores Mobiliários	1.714.695	-	-	1.714.695
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	-	36.848	-	36.848
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	36.848	-	36.848

Notas Explicativas



	CONSOLIDADO			
	30/06/2014			
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	TOTAL
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Disponível para venda	1.417.662	4.645.676	-	6.063.338
Investimentos (Participações Societárias)	1.417.662	-	-	1.417.662
Ativo Financeiro - Concessões de distribuição	-	4.645.676	-	4.645.676
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	9.111.850	300.092	-	9.411.942
Caixa e equivalentes de caixa	2.009.719	-	-	2.009.719
Títulos e Valores Mobiliários	7.102.131	-	-	7.102.131
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	300.092	-	300.092
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	-	447.513	-	447.513
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	447.513	-	447.513
	CONSOLIDADO			
	31/12/2013			
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	TOTAL
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Disponível para venda	1.441.867	5.247.686	-	6.689.554
Investimentos (Participações Societárias)	1.441.867	-	-	1.441.867
Ativo Financeiro - Concessões de distribuição	-	5.247.686	-	5.247.686
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	9.695.341	216.155	-	9.911.496
Caixa e equivalentes de caixa	3.597.583	-	-	3.597.583
Títulos e Valores Mobiliários	6.097.758	-	-	6.097.758
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	216.155	-	216.155
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	-	420.801	-	420.801
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	420.801	-	420.801

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo, e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de

Notas Explicativas

mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais da FTSE 100 classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, que são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes, e o risco de crédito das contrapartes das operações de swaps.

Notas Explicativas

**NOTA 43 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS**

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, sobre os quais as tomadas de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. Os segmentos operacionais da Companhia são Administração, Geração, Transmissão e Distribuição, não havendo agregação de segmentos.

O Conselho de Administração avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do lucro líquido.

As informações por segmento de negócios, correspondentes a 30 de junho de 2014 e 30 de junho de 2013, são as seguintes:

01/04/2014 à 30/06/2014								
	Geração		Transmissão		Distribuição	Eliminações	Total	
	Administração	Regime de Exploração	Regime de O&M	Regime de Exploração				Regime de O&M
Receita Operacional Líquida	46.427	4.898.076	388.890	692.182	388.317	652.623	(199.690)	6.866.825
Despesas Operacionais	(1.403.745)	(2.714.091)	(494.363)	(790.166)	(842.334)	(1.189.580)	601.739	(6.832.540)
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	(1.357.318)	2.183.985	(105.473)	(97.984)	(454.017)	(536.957)	402.049	34.285
Resultado Financeiro	510.428	(586.498)	119.706	(42.787)	91.592	(112.953)	22.443	1.931
Resultado de Participações Societárias	532.700	-	-	-	-	-	(496.618)	36.082
Imposto de renda e contribuição social	35.827	54.203	65.519	(287.102)	(36.185)	(4.552)	-	(172.290)
Lucro Líquido (prejuízo) do período	(278.363)	1.651.689	79.753	(427.873)	(398.610)	(654.462)	(72.127)	(99.992)

01/01/2014 à 30/06/2014								
	Geração		Transmissão		Distribuição	Eliminações	Total	
	Administração	Regime de Exploração	Regime de O&M	Regime de Exploração				Regime de O&M
Receita Operacional Líquida	76.586	9.747.639	867.937	990.198	1.002.502	1.627.030	(436.590)	13.875.302
Despesas Operacionais	(2.661.960)	(5.251.076)	(850.837)	(1.146.893)	(1.586.252)	(2.612.278)	1.482.557	(12.626.739)
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	(2.585.374)	4.496.563	17.100	(156.695)	(583.750)	(985.248)	1.045.967	1.248.563
Resultado Financeiro	838.149	(937.171)	201.034	(68.377)	101.505	(160.312)	17.993	(7.179)
Resultado de Participações Societárias	2.082.565	-	-	-	-	-	(1.953.921)	128.644
Imposto de renda e contribuição social	(17.700)	(110.254)	108.341	(389.986)	(62.916)	(4.552)	-	(477.067)
Lucro Líquido (prejuízo) do período	317.640	3.449.138	326.475	(615.058)	(545.161)	(1.150.112)	(889.962)	892.961

01/01/2013 à 30/06/2013								
	Geração		Transmissão		Distribuição	Eliminações	Total	
	Administração	Regime de Exploração	Regime de O&M	Regime de Exploração				Regime de O&M
Receita Operacional Líquida	44.137	7.537.187	971.508	743.349	1.063.913	1.735.872	(290.992)	11.804.974
Despesas Operacionais	(1.824.275)	(6.260.371)	(914.227)	(1.600.567)	(932.397)	(2.109.441)	973.217	(12.668.061)
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	(1.780.138)	1.276.816	57.281	(857.218)	131.516	(373.569)	682.225	(863.087)
Resultado Financeiro	1.285.931	(563.305)	154.169	(65.422)	6.712	(51.579)	(58.446)	708.060
Resultado de Participações Societárias	954.093	-	-	-	-	-	(750.781)	203.312
Imposto de renda e contribuição social	(66.404)	46.881	(85.098)	218.390	(26.772)	(416)	-	86.581
Lucro Líquido (prejuízo) do período	393.482	760.392	126.352	(704.250)	111.456	(425.564)	(127.001)	134.866

Adicionalmente, a partir de 31 de março de 2014, nós mudamos nossos segmentos reportáveis para melhor retratar as operações de cada segmento e para melhor refletir a forma como gerimos nosso negócio. Sob a nova estrutura de segmento de negócio, continuaremos a apresentar separadamente nossas principais operações: geração, transmissão e distribuição; no entanto, não vamos mais eliminar saldos entre os segmentos. Esta é uma mudança em relação à apresentação nos anos anteriores, nos quais divulgamos os saldos por segmento líquidos das eliminações dos segmentos.

Notas Explicativas

**NOTA 44 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

A controladora final da Companhia é a União que detém 51% das ações ordinárias da Companhia (Vide Nota 35).

As transações da Companhia com suas subsidiárias, controladas e sociedades de propósito específico são realizadas a preços e condições compatíveis com as que seriam praticadas no mercado. Dentre as principais operações ocorridas com as partes relacionadas, destacamos os empréstimos e financiamentos concedidos estabelecidos nas mesmas condições existentes no mercado e/ou de acordo com a legislação específica sobre o assunto. As demais operações também foram estabelecidas em condições normais de mercado.

EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	CONTROLADORA					
		30/06/2014			31/12/2013		
		ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
FURNAS	Financiamentos e empréstimos	3.416.476	-	-	3.451.299	-	-
	AFAC	36.484	-	-	34.740	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	434.557	-	-	233.616
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	116.322	-	-	111.571
		3.452.960	-	550.878	3.486.039	-	345.187
CHESF	Financiamentos e empréstimos	50.098	-	-	56.594	-	-
	Outros passivos	-	1.355	-	-	1.355	-
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	1.918	-	-	3.563
	Resultado de participações societárias	-	-	245.208	-	-	(263.969)
		50.098	1.355	247.126	56.594	1.355	(260.406)
ELETRONORTE	Financiamentos e empréstimos	3.237.600	-	-	3.616.309	-	-
	AFAC	12.984	-	-	16.065	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	1.534.830	-	-	977.770
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	119.699	-	-	145.776
		3.250.584	-	1.654.529	3.632.374	-	1.123.546
ELETROSUL	Financiamentos e empréstimos	1.294.474	-	-	1.354.712	-	-
	Dividendo a receber	263.857	-	-	62.811	-	-
	AFAC	62.261	-	-	59.284	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	184.856	-	-	109.365
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	44.774	-	-	38.959
		1.620.592	-	229.630	1.476.807	-	148.324
CGTEE	Financiamentos e empréstimos	1.874.938	-	-	1.585.824	-	-
	AFAC	18.150	-	-	4.147	-	-
	Dividendo a receber	61.059	-	-	58.140	-	-
	Passivo a descoberto das investidas	-	373.484	-	-	97.718	-
	Provisões operacionais	-	-	275.765	-	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	-	-	-	(279.694)
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	61.533	-	-	15.763
		1.954.147	373.484	337.298	1.648.111	97.718	(263.931)
ELETRONUCLEAR	Financiamentos e empréstimos	1.057.571	-	-	1.085.814	-	-
	Outros passivos	-	279.918	-	-	283.348	-
	Resultado de participações societárias	-	-	(459.319)	-	-	(26.720)
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	33.299	-	-	34.948
		1.057.571	279.918	(426.020)	1.085.814	283.348	8.228
ITAIPU	Financiamentos e empréstimos	6.009.433	-	-	5.943.803	-	-
	Dividendo a receber	-	-	-	2.343	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	-	-	-	-
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	192.792	-	-	-
		6.009.433	-	192.792	5.946.146	-	-
ED ALAGOAS	Financiamentos e empréstimos	716.135	-	-	621.345	-	-
	AFAC	8.084	-	-	7.698	-	-
	Passivo a descoberto das investidas	-	218.196	-	-	-	-
	Provisões operacionais	-	-	196.796	-	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	-	-	-	(4.119)
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	38.023	-	-	17.473
		724.219	218.196	234.819	629.043	-	13.355
ED PIAUÍ	Financiamentos e empréstimos	872.149	-	-	786.048	-	-
	AFAC	16.416	-	-	15.631	-	-
	Passivo a descoberto das investidas	-	256.397	-	-	219.475	-
	Provisões operacionais	-	-	36.922	-	-	129.916
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	49.678	-	-	26.234
		888.565	256.397	86.600	801.679	219.475	156.150
AMAZONAS ENERGIA	Financiamentos e empréstimos	1.462.504	-	-	1.213.074	-	-
	AFAC	3.212	-	-	3.058	-	-
	Outros ativos	312.807	-	-	-	-	-
	Passivo a descoberto das investidas	-	3.140.903	-	-	1.994.855	-
	Provisões operacionais	-	-	648.401	-	-	336.212
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	66.355	-	-	40.265
		1.778.523	3.140.903	714.756	1.216.132	1.994.855	376.476

Notas Explicativas



		CONTROLADORA					
EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	30/06/2014			31/12/2013		
		ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
ED RONDÔNIA	Financiamentos e empréstimos	561.946	-	-	494.530	-	-
	AFAC	245	-	-	233	-	-
	Passivo a descoberto das investidas	-	150.543	-	-	188.654	-
	Provisões operacionais	-	-	(38.111)	-	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	-	-	-	(21.528)
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	27.632	-	-	14.340
		562.191	150.543	(10.479)	494.763	188.654	(7.189)
ELETROPAR	Resultado de participações societárias	-	-	(8.100)	-	-	776
		-	-	(8.100)	-	-	776
ELETROACRE	Financiamentos e empréstimos	169.662	-	-	158.074	-	-
	AFAC	12.787	-	-	237.337	-	-
	Passivo a descoberto das investidas	-	-	-	-	197.524	-
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	10.008	-	-	6.134
		182.449	-	10.008	395.411	197.524	6.134
ED RORAIMA	Financiamentos e empréstimos	42.289	-	-	25.814	-	-
	Passivo a descoberto das investidas	-	36.498	-	-	-	-
	Provisões operacionais	-	-	36.498	-	-	(23.562)
	Resultado de participações societárias	-	-	(8.294)	-	-	8.989
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	1.743	-	-	1.255
		42.289	36.498	29.947	25.814	-	(13.318)
TESOURO NACIONAL	Obrigações	-	-	-	-	39.494	-
		-	-	-	-	39.494	-

		CONSOLIDADO					
EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	30/06/2014			31/12/2013		
		ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
PODER PÚBLICO FEDERAL	Contas a receber	9.669	-	-	16.716	-	-
	Outras contas a receber	2.722	-	-	-	-	-
	Fornecimento de energia elétrica	-	-	20.646	-	-	-
	Outras receitas	-	-	15.397	-	-	36.997
		12.391	-	36.043	16.716	-	36.997
REAL GRANDEZA	Outros ativos	3.246	-	-	-	-	-
	Contribuições previdenciárias	-	3.153	-	-	-	-
	Contas a pagar	-	-	-	-	(202.598)	-
	Contratos de dívida atuariais	-	15.379	-	-	-	-
	Outros passivos	-	-	-	-	5.943	-
	Receitas financeiras	-	-	153	-	-	286
	Despesas financeiras	-	-	1.195	-	-	-
	Despesas atuariais	-	-	(11.462)	-	-	(6.698)
	Outras despesas	-	-	(17.414)	-	-	(9.029)
	Outras Receitas	-	-	375	-	-	-
	Provisão atuarial	-	-	35.502	-	-	-
		3.246	18.532	8.349	-	(196.655)	(15.441)
NUCLEOS	Contribuições previdenciárias	-	3.536	-	-	-	-
	Provisão atuarial	-	6.850	-	-	-	(16.715)
	Despesas financeiras	-	-	6.850	-	-	-
		-	10.386	6.850	-	-	(16.715)
RS ENERGIA	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	4.881
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	402	-	-	-
		-	-	402	-	-	4.881
UIRAPURU	Contas a receber	5.247	-	-	-	-	-
	JCP / Dividendos a receber	6.600	-	-	1.736	-	-
	Outros ativos	-	-	-	5.304	-	-
	Participação societária permanente	55.126	-	-	40.600	-	-
	Fornecedores	-	2	-	-	2	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	4.422	-	-	3.915
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	1.278	-	-	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(12)	-	-	(8)
		66.973	2	5.688	47.640	2	3.907
ARTEMIS	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	3.592
		-	-	-	-	-	3.592
PORTO VELHO	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(2.145)	-	-	-
		-	-	(2.145)	-	-	-
NORTE BRASIL	Participação societária permanente	319.462	-	-	231.446	-	-
	Outros ativos	-	-	33	68	-	17
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	7.687
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	100
		319.462	-	33	231.514	-	7.804
ETAU	Contas a receber	122	-	-	-	-	-
	JCP / Dividendos a receber	7.696	-	-	58	-	-
	Participação societária permanente	18.997	-	-	24.199	-	-
	Outros ativos	-	-	-	62	-	-
	Fornecedores	-	2	-	-	3	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	370
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	2.436	-	-	2.190
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(15)	-	-	(10)
		-	-	-	-	-	-
		26.815	2	2.421	24.319	3	2.550

Notas Explicativas



EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	CONSOLIDADO					
		30/06/2014		31/12/2013		30/06/2013	
		ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
ESBR	Clientes	986	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	2.928.823	-	-	2.752.140	-	-
	Outros Resultados Abrangentes	-	-	(600)	-	133	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(183.717)	-	-	(7.857)
		2.929.809	-	(184.317)	2.752.140	133	(7.857)
TELES PIRES	Participação societária permanente	529.783	-	-	262.964	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	14.142	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	2.820	-	-	3.862
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(5.749)
		529.783	-	16.962	262.964	-	(1.887)
INTEGRAÇÃO	Participação societária permanente	21.660	-	-	22.455	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	6.845
		21.660	-	-	22.455	-	6.845
COSTA OESTE	JCP / Dividendos a receber	-	-	-	458	-	-
	AFAC	1.146	-	-	15.104	-	-
	Participação societária permanente	24.368	-	-	4.278	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	835
		25.514	-	-	19.840	-	835
TSBE	Contas a receber	16	-	-	-	-	-
	JCP / Dividendos a receber	-	-	-	1.440	-	-
	AFAC	-	-	-	86.400	-	-
	Participação societária permanente	261.624	-	-	167.403	-	-
	Outros ativos	-	-	-	208	-	-
	Fornecedores	-	1	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	830
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	33	-	-	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(2)	-	-	-
		261.640	1	31	255.451	-	830
LIVRAMENTO	Outras contas a receber	17	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	39.768	-	-	97.348	-	-
	Outros ativos	-	-	-	112	-	-
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	63	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(9.546)
		39.785	-	63	97.460	-	(9.546)
SANTA VITÓRIA	Participação societária permanente	156.605	-	-	185.970	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	35	-	-	293
		156.605	-	35	185.970	-	293
MARUMBI	AFAC	4.702	-	-	4.505	-	-
	JCP / Dividendos a receber	-	-	-	101	-	-
	Participação societária permanente	8.791	-	-	1.151	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	37
		13.493	-	-	5.757	-	37
CHUI	Participação societária permanente	74.895	-	-	75.210	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(315)	-	-	(111)
		74.895	-	(315)	75.210	-	(111)
FACHESF	Fornecedores	-	1.961	-	-	302	-
	Contribuições previdenciárias	-	-	-	-	14.238	-
	Contratos de dívida atuariais	-	604.517	-	-	-	-
	Contribuições previdenciárias (normal)	-	7.671	-	-	-	-
	Despesas atuariais	-	-	(5.224)	-	-	(55.101)
	Despesas financeiras	-	-	(40.606)	-	-	(60)
	Despesas operacionais	-	-	(8.498)	-	-	-
	Outras despesas	-	-	-	-	-	(8.263)
		-	614.149	(54.328)	-	14.540	(63.424)
TDG	Participação societária permanente	58.232	-	-	49.829	-	-
	Dividendos / JCP a receber	-	-	-	2.152	-	-
	AFAC	101.000	-	-	86.000	-	-
	Contas a receber	128	-	-	-	-	-
	Contas a pagar	-	187	-	-	125	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	6.251	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	1.031	-	-	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(956)	-	-	-
		159.360	187	6.326	137.981	125	-
MANAUS TRANSMISSÃO	Participação societária permanente	203.210	-	-	207.038	-	-
	AFAC	38.553	-	-	13.650	-	-
	Outros ativos	1.342	-	-	1.338	-	-
	Fornecedores	-	750	-	-	491	-
	Outras receitas	-	-	2.310	-	-	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(3.257)	-	-	(2.903)
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(3.828)	-	-	(7.607)
		243.105	750	(4.775)	222.026	491	(10.510)
IE MADEIRA	Participação societária permanente	778.850	-	-	674.902	-	-
	Dividendos / JCP a receber	-	-	-	311.414	-	-
	AFAC	-	-	-	11.025	-	-
	Fornecedores	-	7.307	-	-	1.624	-
	Contas a pagar	-	-	-	-	(805)	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	8.814
	Outros Créditos	-	330	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	19.217	-	-	20.930
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(19.848)	-	-	-
		778.850	7.637	(631)	997.341	819	29.744
MANAUS CONSTRUÇÃO	JCP / Dividendos a receber	9.305	-	-	9.377	-	-
	Participação societária permanente	4.587	-	-	3.533	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	982	-	-	1.888
		13.892	-	982	12.910	-	1.888
STN	Outras contas a receber	202	-	-	191	-	-
	Dividendos / JCP a receber	-	-	-	1.292	-	-
	Participação societária permanente	205.955	-	-	195.154	-	-
	Fornecedores	-	1.379	-	-	1.439	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	20.311	-	-	11.710
	Receitas de prestação de serviços	-	-	1.204	-	-	1.150
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(6.532)	-	-	(8.061)
		206.157	1.379	14.983	196.637	1.439	4.798
INTESA	JCP / Dividendos a receber	847	-	-	1.334	-	-
	Participação societária permanente	39.285	-	-	38.152	-	-
	Fornecedores	-	1.066	-	-	1.108	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	2.114	-	-	2.119
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(4.989)	-	-	(6.199)
		40.132	1.066	(2.875)	39.486	1.108	(4.080)
EAPSA	Clientes	130	-	-	131	-	-
	JCP / Dividendos a receber	3.872	-	-	3.379	-	-
	Participação societária permanente	99.732	-	-	92.842	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	7.383	-	-	4.052
		103.734	-	7.383	96.352	-	4.052

Notas Explicativas

Eletrobras

EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	CONSOLIDADO					
		30/06/2014			31/12/2013		
		ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
SETE GAMELEIRAS	Contas a receber	5	-	-	5	-	-
	Participação societária permanente	20.402	-	-	20.243	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	25
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	159	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(318)
		20.407	-	159	20.248	-	(293)
S. PEDRO DO LAGO	Participação societária permanente	15.954	-	-	15.118	-	-
	Contas a receber	5	-	-	5	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	25
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	836	-	-	118
		15.959	-	836	15.123	-	143
PEDRA BRANCA	Participação societária permanente	14.015	-	-	14.096	-	-
	Contas a receber	5	-	-	5	-	-
	Outras contas a receber	27	-	-	25	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	165	-	-	25
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	29
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(81)	-	-	-
		14.047	-	84	14.126	-	54
BRASVENTO MIASSABA	Cientes	67	-	-	68	-	-
	AFAC	-	-	-	22.885	-	-
	Participação societária permanente	33.780	-	-	8.247	-	-
	Outros ativos	13	-	-	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	185
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	2.649	-	-	-
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	321	-	-	-
		33.860	-	2.970	31.200	-	(458)
BRASVENTO EOLO	AFAC	317	-	-	16.691	-	-
	Participação societária permanente	23.601	-	-	5.870	-	-
	Cientes	58	-	-	58	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	162
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	1.356	-	-	-
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	274	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(958)
		23.976	-	1.630	22.619	-	(796)
PREVINORTE	Outros passivos	-	3.966	-	-	-	-
		-	3.966	-	-	-	-
ENERPEIXE	Contas a receber	237	-	-	240	-	-
	JCP / Dividendos a receber	25.960	-	-	25.960	-	-
	Participação societária permanente	554.460	-	-	525.378	-	-
	Outros ativos	-	-	-	2	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	29.081	-	-	54.164
	Receitas de prestação de serviços	-	-	112	-	-	46
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	1.127	-	-	1.266
		580.657	-	30.320	551.580	-	55.476
TRANSLESTE	JCP / Dividendos a receber	2.969	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	27.123	-	-	27.187	-	-
	Fornecedores	-	160	-	-	(160)	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	2.905	-	-	3.654
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(766)	-	-	(839)
		30.092	160	2.139	27.187	(160)	2.815
TRANSUDESTE	JCP / Dividendos a receber	701	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	14.991	-	-	14.007	-	-
	Outros ativos	25	-	-	25	-	-
	Fornecedores	-	100	-	-	(99)	-
	Outras receitas	-	-	79	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	71	-	-	67
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	1.685	-	-	2.186
	Outras despesas	-	-	-	-	-	72
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(475)	-	-	(505)
		15.717	100	1.360	14.032	(99)	1.820
TRANSIRAPÉ	JCP / Dividendos a receber	780	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	14.553	-	-	14.050	-	-
	Fornecedores	-	68	-	-	(68)	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	1.283	-	-	2.139
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(326)	-	-	(360)
		15.333	68	957	14.050	(68)	1.779
CENTROESTE	Participação societária permanente	18.414	-	-	17.630	-	-
	JCP / Dividendos a receber	894	-	-	-	-	-
	Outros ativos	62	-	-	59	-	-
	Fornecedores	-	68	-	-	(68)	-
	Outras receitas	-	-	388	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	753	-	-	286
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	1.678	-	-	1.858
	Outras despesas	-	-	-	-	-	39
		19.370	68	2.492	17.689	(68)	1.823
BAGUARI	Cientes	14	-	-	15	-	-
	AFAC	315	-	-	82.632	-	-
	Participação societária permanente	92.992	-	-	9.805	-	-
	JCP / Dividendos a receber	1.837	-	-	1.837	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	870	-	-	2.828
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	90	-	-	98
		95.158	-	960	94.289	-	2.926
RETIRO BAIXO	Contas a receber	396	-	-	-	-	-
	AFAC	-	-	-	58	-	-
	Participação societária permanente	115.384	-	-	113.123	-	-
	Receitas financeiras	-	-	-	-	-	261
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	2.203	-	-	1.114
		115.780	-	2.287	113.181	-	1.334
SERRA FACÃO ENERGIA	Dividendos / JCP a receber	2.289	-	-	2.289	-	-
	Participação societária permanente	41.436	-	-	60.742	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(19.306)	-	-	(5.883)
		43.725	-	(19.306)	63.031	-	(5.883)
CHAPECOENSE	JCP / Dividendos a receber	17.054	-	-	17.054	-	-
	Cientes	402.338	-	-	345.387	-	-
	Participação societária permanente	-	-	-	-	-	-
	Outros ativos	740	-	-	751	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	56.950	-	-	48.883
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	-	-	-	2.134
		420.132	-	56.950	363.640	-	51.124

Notas Explicativas



EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	CONSOLIDADO					
		30/06/2014			31/12/2013		30/06/2013
		ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
MADEIRA ENERGIA	Clientes	-	-	-	2.011	-	-
	AFAC	-	-	-	89.700	-	-
	Participação societária permanente	2.611.296	-	-	2.416.382	-	-
	Outros ativos	-	-	-	163	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(29.096)
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	4.206	-	-	8.106
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	17.349	-	-	15.332
	Outras despesas	-	-	-	-	-	1.220
		2.611.296	-	21.555	2.508.256	-	(4.438)
INAMBARI	Outras despesas	-	-	-	-	-	(6.142)
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(5.966)	-	-	(776)
	Outras receitas	-	-	5.960	-	-	-
		-	-	(6)	-	-	(6.918)
TRANSENERGIA RENOVÁVEL	JCP / Dividendos a receber	9.904	-	-	9.904	-	-
	Participação societária permanente	76.059	-	-	78.241	-	-
	Fornecedores	-	77	-	-	(79)	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(2.182)	-	-	(25.638)
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(375)	-	-	-
	Outros ativos	-	-	25	17	-	-
	Outros passivos	-	-	8	-	-	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	-	-	-	(338)
		85.963	77	(2.524)	88.162	(79)	(25.976)
MGE TRANSMISSÃO	Participação societária permanente	139.500	-	-	60.802	-	-
	AFAC	5.096	-	-	45.570	-	-
	Outros ativos	188	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	14.509	-	-	(126)
	Receitas de prestação de serviços	-	-	332	-	-	1.207
		144.784	-	14.841	106.372	-	1.081
GOIÁS TRANSMISSÃO	Participação societária permanente	114.320	-	-	80.080	-	-
	AFAC	7.350	-	-	51.499	-	-
	JCP / Dividendos a receber	20.051	-	-	20.051	-	-
	Outros ativos	179	-	-	359	-	-
	Fornecedores	-	(227)	-	-	(207)	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(17.259)	-	-	751
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(834)	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	1.158	-	-	770
		141.900	(227)	(16.935)	151.989	(207)	1.521
REI DOS VENTOS	Clientes	65	-	-	60	-	-
	AFAC	-	-	-	12.894	-	-
	Participação societária permanente	22.956	-	-	7.553	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	161
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	282	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	2.508	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(1.072)
		23.021	-	2.790	20.507	-	(911)
TRANS SÃO PAULO	AFAC	1.960	-	-	13.132	-	-
	Participação societária permanente	49.909	-	-	36.500	-	-
	JCP / Dividendos a receber	5.441	-	-	5.441	-	-
	Outros ativos	142	-	-	71	-	-
	Fornecedores	-	19	-	-	(20)	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	433	-	-	584
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	277	-	-	3.396
	Outras Receitas	-	-	426	-	-	-
		57.452	19	1.013	55.144	(20)	3.980
TRANS GOIÁS	AFAC	-	-	-	93	-	-
	Participação societária permanente	2.432	-	-	2.369	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(29)	-	-	(336)
		2.432	-	(29)	2.462	-	(336)
CALDAS NOVAS	JCP / Dividendos a receber	421	-	-	-	-	-
	Outros ativos	12	-	-	176	-	-
	Participação societária permanente	11.869	-	-	10.634	-	-
	Fornecedores	-	(3)	-	-	-	-
	Outros passivos	-	(52)	-	-	-	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(16)	-	-	-
	Outras receitas	-	-	73	404	-	-
	Outras despesas	-	-	-	-	-	293
	Receitas de prestação de serviços	-	-	340	-	-	-
		12.302	(55)	2.052	11.214	-	(753)
IE GARANHUS	Participação societária permanente	162.930	-	-	98.659	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	6.941	-	-	808
		162.930	-	6.941	98.659	-	808
LUZIANIA NIQUELÂNDIA TRANSMISSORA	AFAC	-	-	-	2.728	-	-
	Participação societária permanente	7.029	-	-	2.907	-	-
	Outros ativos	-	-	-	94	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	1.010	-	-	(1.032)
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	235
	Outras Receitas	-	-	188	-	-	-
	Outras despesas	-	-	-	-	-	247
		7.029	-	1.198	5.729	-	(550)

Notas Explicativas



EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	CONSOLIDADO					
		30/06/2014			31/12/2013		30/06/2013
		ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
TSLE	Outras contas a receber	500	-	-	-	-	-
	AFAC	134.054	-	-	102.620	-	-
	Participação societária permanente	18.025	-	-	16.901	-	-
	Outros ativos	-	-	-	474	-	-
	Outros passivos	-	-	-	-	5	-
	Receita de uso da rede elétrica	-	-	3.010	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(124)
	Receitas de prestação de serviços	-	-	1.124	-	-	-
		152.579	-	4.134	119.995	5	(124)
Energia dos Ventos I	AFAC	-	-	-	5.175	-	-
	Participação societária permanente	7.266	-	-	198	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(27)	-	-	(17)
		7.266	-	(27)	5.373	-	(17)
Energia dos Ventos II	AFAC	-	-	-	3.121	-	-
	Participação societária permanente	4.415	-	-	154	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(21)	-	-	(17)
		4.415	-	(21)	3.275	-	(17)
Energia dos Ventos III	Participação societária permanente	6.545	-	-	4.655	-	-
	Outros ativos	12	-	-	186	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(26)	-	-	(17)
		6.557	-	(26)	4.841	-	(17)
Energia dos Ventos IV	AFAC	-	-	-	6.811	-	-
	Participação societária permanente	9.545	-	-	210	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(33)	-	-	(20)
		9.545	-	(33)	7.021	-	(20)
Energia dos Ventos V	AFAC	-	-	-	5.454	-	-
	Participação societária permanente	7.623	-	-	183	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(28)	-	-	(18)
		7.623	-	(28)	5.637	-	(18)
Energia dos Ventos VI	AFAC	-	-	-	7.585	-	-
	Participação societária permanente	10.397	-	-	181	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(34)	-	-	(20)
		10.397	-	(34)	7.766	-	(20)
Energia dos Ventos VII	AFAC	-	-	-	7.634	-	-
	Participação societária permanente	10.506	-	-	205	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(34)	-	-	(20)
		10.506	-	(34)	7.839	-	(20)
Energia dos Ventos VIII	Participação societária permanente	7.603	-	-	5.454	-	-
	Outros ativos	2	-	-	164	-	-
	Outras Receitas	-	-	71	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(28)	-	-	(18)
		7.605	-	43	5.618	-	(18)
Energia dos Ventos IX	AFAC	-	-	-	5.562	-	-
	Participação societária permanente	7.670	-	-	186	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(28)	-	-	(19)
		7.670	-	(28)	5.748	-	(19)
Energia dos Ventos X	AFAC	-	-	-	4.131	-	-
	Participação societária permanente	5.817	-	-	178	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(24)	-	-	(17)
		5.817	-	(24)	4.309	-	(17)
JUNCO I	Participação societária permanente	12.040	-	-	5.193	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(120)	-	-	(13)
		12.040	-	(120)	5.193	-	(13)
JUNCO II	Participação societária permanente	11.823	-	-	5.285	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(36)	-	-	(12)
		11.823	-	(36)	5.285	-	(12)
CAIÇARA I	Participação societária permanente	6.377	-	-	5.280	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(69)	-	-	(15)
		6.377	-	(69)	5.280	-	(15)
CAIÇARA II	Participação societária permanente	4.330	-	-	3.399	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(43)	-	-	(11)
		4.330	-	(43)	3.399	-	(11)
EXTREMOZ	Participação societária permanente	3.694	-	-	1.505	-	-
	AFAC	322.776	-	-	178.150	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	2.189	-	-	260
		326.470	-	2.189	179.655	-	260

Notas Explicativas



EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	CONSOLIDADO					
		30/06/2014			31/12/2013		
		ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
NORTE ENERGIA	Outros ativos	33	-	-	35	-	-
	Participação societária permanente	689.929	-	-	631.824	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(3.395)	-	-	(6.870)
		689.962	-	(3.395)	631.859	-	(6.870)
AETE	Fornecedores	-	265	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	4.664
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(1.309)	-	-	(1.434)
		-	265	(1.309)	-	-	3.230
BRASNORTE	Outros ativos	3.367	-	-	-	-	-
	Outros passivos	-	-	-	-	139	-
	Fornecedores	-	136	-	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	780	-	4.747	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(670)	-	-	-
		3.367	136	110	-	4.886	-
AGUAS DA PEDRA	Outros ativos	2	-	-	-	-	-
	Contas a receber	135	-	-	-	-	-
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	508	-	-	361
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	4.888
		137	-	508	-	-	5.249
ESTAÇÃO TRANSM	Outros passivos (especificar, se relevante)	-	-	-	1.646	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	18.839
	Outras receitas (especificar, se relevante)	-	-	-	-	-	911
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(3.735)	-	-	(3.651)
		-	-	(3.735)	1.646	-	16.099
INTEGRAÇÃO TRANS.	Outros ativos	2.125	-	-	272	-	-
	Fornecedores	-	753	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	6.532
	Receitas de prestação de serviços	-	-	1.606	-	-	4.679
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(3.687)	-	-	(4.202)
		2.125	753	(2.081)	272	-	7.009
LINHA VERDE	AFAC	210.000	-	-	-	-	-
	Outros ativos	90	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(3.005)
		210.090	-	-	-	-	(3.005)
RIO BRANCO	Outros ativos	-	-	-	152	-	-
	Outros passivos	-	-	-	-	176	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	1.031
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	650
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	-	-	-	(1.339)
		-	-	-	152	176	342
CONSTRUTORA INTEG	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	582
		-	-	-	-	-	582
TRANSM MATOGROSSO	Fornecedores	-	281	-	-	-	-
		-	281	-	-	-	-
TRANSNORTE	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	705
		-	-	-	-	-	705
CTEEP	AFAC	-	-	-	1.114	-	-
	Participação societária permanente	18.672	-	-	18.140	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	729	-	-	377
		18.672	-	729	19.254	-	377
EMAE	Participação societária permanente	5.087	-	-	5.407	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(145)	-	-	230
		5.087	-	(145)	5.407	-	230
Triângulo Mineiro Trans. S.A.	Adiantamento para futuro aumento de capital	6.223	-	-	10.908	-	-
	Participação societária permanente	10.377	-	-	443	-	-
	Outras Receitas	-	-	17	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(88)	-	-	-
		16.600	-	(71)	11.351	-	-
CEPEL	Despesas Operacionais	-	-	(5.462)	-	-	-
		-	-	(5.462)	-	-	-
TME	Outros passivos	-	-	-	-	294	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	4.615
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(1.389)	-	-	(1.390)
		-	-	(1.389)	-	294	3.225
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	Participação societária permanente	42.317	-	-	17.801	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	506	-	-	-
		42.317	-	506	17.801	-	-
Centrais Eolica Famosa I S.A.	Adiantamento para futuro aumento de capital	7.214	-	-	3.807	-	-
	Participação societária permanente	(34)	-	-	3.455	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(83)	-	-	-
		7.180	-	(83)	7.262	-	-
Centrais Eolica Pau Brasil S.A.	Adiantamento para futuro aumento de capital	4.809	-	-	2.538	-	-
	Participação societária permanente	(61)	-	-	2.302	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(92)	-	-	-
		4.748	-	(92)	4.840	-	-

Notas Explicativas



EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	CONSOLIDADO					
		30/06/2014			31/12/2013		
		ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Centrais Eolica São Paulo S.A.	Adiantamento para futuro aumento de capital	5.407	-	-	2.856	-	-
	Participação societária permanente	(40)	-	-	2.594	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(83)	-	-	-
		5.367	-	(83)	5.450	-	-
Centrais Eolica Rosada S.A.	Adiantamento para futuro aumento de capital	9.017	-	-	4.759	-	-
	Participação societária permanente	(46)	-	-	4.326	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(115)	-	-	-
		8.971	-	(115)	9.085	-	-
FOTE	AFAC	2.731	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	(60)	-	-	5	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(65)	-	-	-
		2.671	-	(65)	5	-	-
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	Outros ativos	3	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	9.557	-	-	663	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(76)	-	-	-
		-	-	7.816	-	-	-
		9.560	-	7.740	663	-	-
PUNAÚ I EÓLICA S.A.	Participação societária permanente	8.193	-	-	123	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(74)	-	-	-
		8.193	-	(74)	123	-	-
CARNAÚBA I EÓLICA S.A.	Participação societária permanente	7.553	-	-	113	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(23)	-	-	-
		7.553	-	(23)	113	-	-
CARNAÚBA II EÓLICA S.A.	Participação societária permanente	6.167	-	-	93	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(32)	-	-	-
		6.167	-	(32)	93	-	-
CARNAÚBA III EÓLICA S.A.	Participação societária permanente	5.487	-	-	83	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(25)	-	-	-
		5.487	-	(25)	83	-	-
CARNAÚBA V EÓLICA S.A.	Participação societária permanente	8.204	-	-	123	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(63)	-	-	-
		8.204	-	(63)	123	-	-
CERVANTES I EÓLICA S.A.	Participação societária permanente	5.480	-	-	83	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(32)	-	-	-
		5.480	-	(32)	83	-	-
CERVANTES II EÓLICA S.A.	Participação societária permanente	4.105	-	-	64	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(31)	-	-	-
		4.105	-	(31)	64	-	-
BOM JESUS EÓLICA S.A.	Participação societária permanente	6.248	-	-	93	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(24)	-	-	-
		6.248	-	(24)	93	-	-
CACHOEIRA EÓLICA S.A.	Participação societária permanente	4.158	-	-	64	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(27)	-	-	-
		4.158	-	(27)	64	-	-
PITIMBU EÓLICA S.A.	Participação societária permanente	6.198	-	-	93	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(74)	-	-	-
		6.198	-	(74)	93	-	-
SÃO CAETANO EÓLICA S.A.	Participação societária permanente	8.853	-	-	132	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(202)	-	-	-
		8.853	-	(202)	132	-	-
SÃO CAETANO I EÓLICA S.A.	Participação societária permanente	6.241	-	-	93	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(31)	-	-	-
		6.241	-	(31)	93	-	-
SÃO GALVÃO EÓLICA S.A.	Participação societária permanente	8.313	-	-	122	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(47)	-	-	-
		8.313	-	(47)	122	-	-
SINOP	AFAC	83.683	-	-	-	-	-
		83.683	-	-	-	-	-
Ventos de Santa Joana IX	Participação societária permanente	16.905	-	-	7.690	-	-
		16.905	-	-	7.690	-	-
Ventos de Santa Joana X	Participação societária permanente	16.185	-	-	7.690	-	-
		16.185	-	-	7.690	-	-
Ventos de Santa Joana XI	Participação societária permanente	14.890	-	-	7.690	-	-
		14.890	-	-	7.690	-	-
Ventos de Santa Joana XII	Participação societária permanente	18.711	-	-	7.690	-	-
		18.711	-	-	7.690	-	-

Notas Explicativas



EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	CONSOLIDADO					
		30/06/2014			31/12/2013		
		ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Ventos de Santa Joana XIII	Participação societária permanente	16.498	-	-	7.690	-	-
		16.498	-	-	7.690	-	-
Ventos de Santa Joana XV	Participação societária permanente	18.506	-	-	7.690	-	-
		18.506	-	-	7.690	-	-
Ventos de Santa Joana XVI	Participação societária permanente	17.364	-	-	7.690	-	-
		17.364	-	-	7.690	-	-
Hermenegildo I	AFAC	8.267	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	(126)	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(136)	-	-	-
		8.141	-	(136)	-	-	-
Hermenegildo II	AFAC	9.258	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	(79)	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(89)	-	-	-
		9.179	-	(89)	-	-	-
Hermenegildo III	AFAC	7.232	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	(76)	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(86)	-	-	-
		7.156	-	(86)	-	-	-
C. Seca	AFAC	2.900	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	23	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	13	-	-	-
		2.923	-	13	-	-	-
Chuí IX	AFAC	4.355	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	(71)	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(81)	-	-	-
		4.284	-	(81)	-	-	-
Baraúnas I	Participação societária permanente	(14)	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(14)	-	-	-
		(14)	-	(14)	-	-	-
Mussambê	Participação societária permanente	(15)	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(15)	-	-	-
		(15)	-	(15)	-	-	-
Morro Branco I	Participação societária permanente	(15)	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(15)	-	-	-
		(15)	-	(15)	-	-	-
Serra das Wbas I	Participação societária permanente	6.777	-	-	-	-	-
		6.777	-	-	-	-	-
Serra das Wbas II	Participação societária permanente	6.493	-	-	-	-	-
		6.493	-	-	-	-	-
Serra das Wbas III	Participação societária permanente	6.674	-	-	-	-	-
		6.674	-	-	-	-	-
Serra das Wbas IV	Participação societária permanente	6.708	-	-	-	-	-
		6.708	-	-	-	-	-
Ventos de Santa Joana I	Participação societária permanente	9.247	-	-	-	-	-
		9.247	-	-	-	-	-
Ventos de Santa Joana III	Participação societária permanente	11.270	-	-	-	-	-
		11.270	-	-	-	-	-
Ventos de Santa Joana IV	Participação societária permanente	8.948	-	-	-	-	-
		8.948	-	-	-	-	-
Ventos de Santa Joana V	Participação societária permanente	9.247	-	-	-	-	-
		9.247	-	-	-	-	-
Ventos de Santa Joana VII	Participação societária permanente	9.247	-	-	-	-	-
		9.247	-	-	-	-	-
Ventos Santo Augusto IV	Participação societária permanente	9.246	-	-	-	-	-
		9.246	-	-	-	-	-
SINOP	AFAC	53.000	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	(40)	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(40)	-	-	-
		52.960	-	(40)	-	-	-
Santo Antônio Energia	Contas a receber	2.667	-	-	-	-	-
		2.667	-	-	-	-	-
MATA DE SANTA GENEBRA	Participação societária permanente	14.621	-	-	-	-	-
	Outros ativos	1	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(349)	-	-	-
		14.622	-	(349)	-	-	-

Notas Explicativas



EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	CONSOLIDADO					
		30/06/2014			31/12/2013		30/06/2013
		ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
LAGOA AZUL TRANSMISSORA	Outros ativos	1	-	-	-	-	-
		1	-	-	-	-	-
EÓLICA ITAGUAÇU DA BAHIA SPE S.A.	Outros ativos	1	-	-	-	-	-
		1	-	-	-	-	-
EÓLICA VENTOS DE SANTA LUIZA SPE S.A.	Outros ativos	1	-	-	-	-	-
		1	-	-	-	-	-
EÓLICA VENTOS DE SANTA MADALENA SPE S.A.	Outros ativos	1	-	-	-	-	-
		1	-	-	-	-	-
EÓLICA VENTOS DE SANTA MARCELLA SPE S.A.	Outros ativos	1	-	-	-	-	-
		1	-	-	-	-	-
EÓLICA VENTOS DE SANTA VERA SPE S.A.	Outros ativos	1	-	-	-	-	-
		1	-	-	-	-	-
EÓLICA VENTOS DE SANTO ANTONIO SPE S.A.	Outros ativos	1	-	-	-	-	-
		1	-	-	-	-	-
EÓLICA VENTOS DE SÃO BENTO SPE S.A.	Outros ativos	1	-	-	-	-	-
		1	-	-	-	-	-
EÓLICA VENTOS DE SÃO CIRILO SPE S.A.	Outros ativos	1	-	-	-	-	-
		1	-	-	-	-	-
EÓLICA VENTOS DE SÃO JOÃO SPE S.A.	Outros ativos	1	-	-	-	-	-
		1	-	-	-	-	-
EÓLICA VENTOS DE SÃO RAFAEL SPE S.A.	Outros ativos	1	-	-	-	-	-
		1	-	-	-	-	-
UEE ACAUÃ	Participação societária permanente	5	-	-	-	-	-
		5	-	-	-	-	-
UEE ANGICAL 2	Participação societária permanente	5	-	-	-	-	-
		5	-	-	-	-	-
UEE ARAPAPÁ	Participação societária permanente	5	-	-	-	-	-
		5	-	-	-	-	-
UEE CAITITU 2	Participação societária permanente	5	-	-	-	-	-
		5	-	-	-	-	-
UEE CAITITU 3	Participação societária permanente	5	-	-	-	-	-
		5	-	-	-	-	-
UEE CARCARÁ	Participação societária permanente	(79)	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(84)	-	-	-
		(79)	-	(84)	-	-	-
UEE CORRUPÍÃO 3	Participação societária permanente	5	-	-	-	-	-
		5	-	-	-	-	-
UEE TEIÚ 2	Participação societária permanente	5	-	-	-	-	-
		5	-	-	-	-	-
BELO MONTE TRANSMISSORA SPE S.A.	Participação societária permanente	6.124	-	-	-	-	-
	Outros ativos	1	-	-	-	-	-
		6.125	-	-	-	-	-
ITAIPU	Financiamentos e empréstimos	6.009.433	-	-	5.943.803	-	-
	Dividendo a receber	-	-	-	2.343	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	-	-	-	-
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	192.792	-	-	-
		6.009.433	-	192.792	5.946.146	-	-

Notas Explicativas

**NOTA 45 - Remuneração do Pessoal Chave**

A remuneração do pessoal chave da Companhia (diretores e conselheiros) é como segue:

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	01/04/2014 à 30/06/2014	01/01/2014 à 30/06/2014	01/01/2013 à 30/06/2013	01/04/2014 à 30/06/2014	01/01/2014 à 30/06/2014	01/01/2013 à 30/06/2013
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	1.358	2.527	1.539	6.610	12.170	10.533
Salários e encargos sociais	294	576	286	1.384	2.653	2.165
Outros	78	124	66	424	816	1.003
	1.730	3.228	1.891	8.418	15.639	13.701

NOTA 46 - EVENTOS SUBSEQUENTES**1 – Captação de recursos**

Em 21 de julho de 2014 foi aprovada a captação de recursos pela Eletrobras, com garantia da União, no valor de R\$ 6,5 bilhões, a ser desembolsado em até 3 (três) parcelas, sendo a última em 2015, cujos recursos serão aplicados no cumprimento do Plano Diretor de Negócios e Gestão 2014.

A captação de recursos em referência decorreu de processo de *bookbuilding*, para o qual foram convidadas diversas Instituições Financeiras, sob coordenação do Banco do Brasil, autorizado como banco mandatário da operação.

Para o valor de R\$ 6,5 bilhões, a Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, ofereceram propostas firmes para concessão de R\$ 2,5 bilhões e R\$ 4,0 bilhões, respectivamente, nas seguintes condições:

Características da Operação	
Credores:	Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal
Valor:	R\$ 6,5 bilhões em 3 Parcelas
Prazo Total:	8 anos
Prazo de Carência do Principal:	2 anos
Período de Liberações:	Até Janeiro/2015
Sistema de Amortização:	SAC
Pagamento do capital:	Parcelas mensais após carência
Pagamento dos juros:	Pagamentos mensais
Garantia:	Fiança da União
Custos Financeiros:	119,5% do CDI
Taxa de Estruturação	0,75%
Taxa de Compromisso	0,60% ao ano sobre os recursos não desembolsados
Agente Administrativo	R\$ 46 mil ao ano

2 – Aquisição de participação societária

A Diretoria Executiva da controlada Eletronorte aprovou no dia 04 de julho de 2014, a aquisição da participação acionária da controlada Eletrosul Centrais Elétricas S.A. na Sociedade de Propósito Específico, Norte Brasil Transmissora de Energia S.A, envolvendo a aquisição pela Eletronorte da totalidade da participação da Eletrosul neste investimento, que corresponde a 24,5% do capital social da Norte Brasil.

3 – Oferta Pública de ações da controlada Chesf

De acordo com a ata da 455ª Reunião do Conselho de Administração da Controlada Chesf, realizada em 31 de julho de 2014, foi deliberada a oferta pública de aquisição de Ações para fechamento de capital da Companhia, o preço estabelecido por ação será de R\$ 205,45. O valor foi estabelecido com base em laudo de avaliação elaborado pelo banco Fator.

Notas Explicativas



José da Costa Carvalho Neto
Presidente

Armando Casado de Araújo
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Valter Luiz Cardeal de Souza
Diretor de Geração

Josias Matos de Araujo
Diretor de Regulação

Alexandre Vaghi de Arruda Aniz
Diretor de Administração

Marcos Aurelio Madureira da Silva
Diretor de Distribuição

José Antônio Muniz Lopes
Diretor de Transmissão

Rodrigo Vilella Ruiz
Contador
CRC-DF 088488/9 O

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Outras Informações Relevantes:

1 – Posição acionária por espécie e classe dos acionistas detentores de mais de 5% das ações do capital social da Companhia.

▪ Eletrobras:

Acionistas 30/06/2014	Ordinárias (unidades)		Pref. "A" (unidades)		Pref. "B" (unidades)		Total	
União Federal (3)*	554.395.652	51,00%			1.544	0,00%	554.397.196	40,99%
BNDESPAR*	141.757.951	13,04%			18.691.102	7,04%	160.449.053	11,86%
BNDES (1)	74.545.264	6,86%			18.262.671	6,88%	92.807.935	6,86%
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND (2)	45.621.589	4,20%					45.621.589	4,20%
Caixa Econômica Federal - CEF	8.701.564	0,80%					8.701.564	0,80%
Fundo Garantidor de Habitação – FHAB *	1.000.000	0,09%					1.000.000	0,09%
Fundo Garantidor para Investimentos – FGI *					8.750.000	3,30%	8.750.000	3,30%
Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo – FGEDUC*	30.161.730	2,77%					30.161.730	2,77%
Conselho e Administração	224	0,00%			1	0,00%	225	0,00%
Diretores	1	0,00%					1	0,00%
JP Morgan Chase Bank **	73.999.965	6,81%			24.335.882	9,17%	98.335.847	7,27%
Victor Adler			51.624	35,14%			51.624	35,14%
Outros	156.866.357	14,43%	95.296	64,86%	195.395.684	73,61%	352.357.337	26,05%
Total	1.087.050.297	100,00%	146.920	100,00%	265.436.883	100,00%	1.352.634.100	100,00%

* Fundos no qual o Governo Federal participa.

** Banco depositário dos ADRs de emissão da Eletrobras.

*** Fundos sediados no exterior os quais não se têm abertura de participantes.

(1) Das 82.307.232 ações ON, 80.513.664 pertencem ao BNDES e 1.793.568 pertencem ao Fundo de Participação Social (FPS) do qual o Banco é gestor.

(2) O acionista FND foi extinto, conforme MP 507/10, de 30/12/10. Após o processo de inventário, serão transferidas 30.058.641 ações ON ao acionista União Federal.

(3) União incorporou 1.420 ações PNB provenientes da Rede Ferroviária Federal, conforme ofício nº 016/INV/RFFSA/2001 enviado pelo Ministério dos Transportes.

* Transferência de 39.000.000 (trinta e nove milhões) de ações ordinárias, do BNDESPAR para a União Federal. (MP 600/12)

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

▪ BNDESPAR

O BNDES possui 100% do capital social do BNDESPAR.

O BNDES é uma empresa pública federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

2 – Quantidade e característica dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia detidos pelos grupos acionista Controlador, Administradores e Membros do Conselho Fiscal, conforme o artigo 4.2, item III do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 1 da Bovespa.

2.1 – Acionista Controlador e Administradores (Eletrobras):

Acionistas Em 30/06/2014	Ordinárias (unidades)		Pref. "A" (unidades)		Pref. "B" (unidades)
Controlador	856.183.750	78,76%	0	0,00%	45.705.317
Conselho de Administração	224	0,00%	0	0,00%	1
Diretores	1	0,00%	0	0,00%	0
Conselho Fiscal	137.000	0,01%	0	0,00%	6.000
Total	856.320.975	78,77%	0	0,00%	45.711.318

2.2 – Ações em Circulação (Free Float):

Acionistas Em 30/06/2014	Ordinárias (unidades)		Pref. "A" (unidades)		Pref. "B" (unidades)		Total (unidades)
Outros*	230.866.322	21,24%	146.920	100,00%	219.731.561	82,78%	450.744.807

* Já deduzidas as 226 ações ON em poder dos Diretores, Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

2.3 – Total Geral:

Acionistas Em 30/06/2014	Ordinárias (unidades)		Pref. "A" (unidades)		Pref. "B" (unidades)		Total (unidades)
Total Geral	1.087.050.297	100,00%	146.920	100,00%	265.436.883	100,00%	1.352.634.100

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

3 – Evolução da participação dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia detidos pelos grupos acionista Controlador, Administradores e Membros do Conselho Fiscal, conforme o artigo 4.2, item IV do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 1 da Bovespa.

3.1 – Acionista Controlador e Administradores (Eletrobras):

Acionistas Em 30/06/2013	Ordinárias (unidades)		Pref. "A" (unidades)		Pref. "B" (unidades)	
Controlador	863.594.750	79,44%	0	0,00%	45.706.025	0,00%
Conselho de Administração	126	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Diretores	1	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Conselho Fiscal	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Total	863.594.877	79,44%	0	0,00%	45.706.025	0,00%

3.2 – Ações em Circulação (Free Float):

Acionistas Em 30/06/2013	Ordinárias (unidades)		Pref. "A" (unidades)		Pref. "B" (unidades)		Total (unidades)	
Outros*	223.455.420	20,56%	146.920	100,00%	219.730.858	82,60%	443.333.198	32,78%

* Já deduzidas as 126 ações ON em poder dos Administradores (Diretores e Membros do Conselho de Administração).

3.3 – Total Geral:

Acionistas Em 30/06/2013	Ordinárias (unidades)		Pref. "A" (unidades)		Pref. "B" (unidades)		Total (unidades)	
Total Geral	1.087.050.297	100,00%	146.920	100,00%	265.436.883	100,00%	1.352.634.100	100,00%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Data base: Em 30/06/2014

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas
Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobras
Brasília – Distrito Federal

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases:

Valores a receber sujeitos à aprovação do regulador

a. Impactos da Lei 12.783/2013

Conforme descrito na Nota 2, a Companhia aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na Medida Provisória 579 (Lei nº 12.783/13), assinando em 4 de dezembro de 2012 os contratos de prorrogação das concessões afetadas.

Os saldos residuais dos ativos de transmissão, em 31 de maio de 2000, estão sendo avaliados pela Companhia e os respectivos laudos serão objetos de análise para posterior homologação pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, objetivando recebimento de indenização.

Os saldos residuais de geração hidráulica, em 31 de dezembro de 2012, exceto quanto aos respectivos projetos básicos, também estão sendo avaliados pela Companhia para análise e posterior homologação pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, objetivando recebimento de indenização.

Em 30 de junho de 2014, os saldos residuais dos ativos de transmissão e geração referentes às avaliações citadas anteriormente, montam a R\$ 8.857.107 mil e R\$ 1.483.540 mil, respectivamente, e foram determinados pela Companhia a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação, podendo sofrer alterações até a homologação final e realização dos mesmos.

Adicionalmente, os saldos residuais dos investimentos em geração térmica, em 31 de dezembro de 2012, cujas concessões vencem-se entre 2015 e 2017 e abrangidas pela referida legislação, totalizando, em 30 de junho de 2014 R\$ 1.205.289 mil, foram determinados pela Companhia com base em suas melhores estimativas e interpretação da legislação. Para esses ativos não foi divulgado pelo poder concedente metodologia para cálculo do valor de indenização, podendo o mesmo sofrer alterações até a sua homologação final e realização.

Nossa conclusão não contém ressalva em função desses assuntos.

b. Créditos a receber da Conta de Compensação de Combustíveis - CCC

Conforme Nota 12, a Companhia possui, em 30 de junho de 2014, créditos a receber da CCC no montante de R\$ 3.828.937 mil (líquido dos valores efetivamente recebidos), referente à subvenção pela geração de energia nos sistemas isolados. Desse montante, o valor de R\$1.170.000 mil refere-se ao contrato de suprimento da Termo Norte II (Despacho 2.180/2013), cujo pagamento não foi ainda inserido no orçamento da CCC.

O saldo remanescente, no valor de R\$ 2.658.937 mil refere-se a créditos a receber que vêm sendo calculados e registrados mensalmente pela Companhia, com base na Lei 12.111/2009, no Decreto 7.246/2010 e em resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A Companhia vem acumulando estes créditos mensalmente apurados ao valor histórico, uma vez que não há previsão para sua atualização monetária.

A realização destes saldos depende, em última instância, de transferência de recursos oriundos da União Federal, controladora final da Companhia. A Administração da Companhia não espera incorrer em perdas nestes montantes.

Nossa conclusão não contém ressalva em função desse assunto.

Continuidade operacional de empresas controladas e coligadas

Conforme citado na Nota 15, as empresas controladas do segmento de distribuição e a controlada de geração Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE) têm apurado prejuízos continuamente em suas operações e apresentaram, em 30 de junho de 2014, capital de giro negativo total no montante de R\$ 11.543.816 mil e passivo a descoberto total de R\$ 4.083.711 mil.

Adicionalmente, as coligadas Madeira Energia S.A., Energia Sustentável do Brasil Participações S.A., Manaus Transmissora de Energia S.A. e Teles Pires Participações S.A., nas quais a Companhia participa com 39%, 20%, 30% e 24,72%, respectivamente, apresentavam, em 30 de junho de 2014, capital de giro negativo total no montante de R\$ 1.347.473 mil, porém não apresentam passivo a descoberto..

A Companhia mantém investimentos nas coligadas Norte Energia S.A., na Madeira Energia S.A. e na Energia Sustentável do Brasil Participações S.A., as quais vêm incorrendo em gastos significativos relacionados ao desenvolvimento dos projetos hidrelétricos de Belo Monte, Santo Antônio e Jirau. Esses gastos, de acordo com as estimativas da administração das investidas, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras geradas pelos projetos. A conclusão das obras, e consequente início das operações, dependem da capacidade dessas empresas para continuar a obter os recursos necessários para continuidade e conclusão dos projetos.

A continuidade operacional das empresas controladas e coligadas citadas acima depende da manutenção do suporte financeiro por parte da Companhia e demais acionistas.

Nossa conclusão não está ressalvada em função desses assuntos.

Outros assuntos:**Demonstrações do valor adicionado**

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício e períodos anteriores

As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e ao semestre e trimestre findos em 30 de junho de 2013, apresentadas para fins de comparação foram anteriormente auditadas e revisadas, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram relatórios, datados em 27 de março de 2014, sem modificação, e 14 de agosto de 2013 (com limitação de escopo devido à não execução de procedimentos de revisão sobre certas investidas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e quanto ao impacto da conciliação dos valores determinados pela ANEEL relacionados à Base de Remuneração Regulatória “BRR” das controladas Companhia Energética do Piauí e Companhia Energética de Alagoas), respectivamente.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Danilo Siman Simões

Contador CRC 1MG058180/O-2 T-SP